

A DIOCESE DE BEJA NO FINAL DO SÉCULO XIX: A INTERVENÇÃO DE D. ANTÓNIO XAVIER DE SOUSA MONTEIRO *

JACINTO SALVADOR GUERREIRO

Introdução

Data de 10 de Julho de 1770 a diocese de Beja, restaurada pelo Breve «*Agrum Universalis Ecclesiae*» do papa Clemente XIV, a partir do vasto território da arquidiocese de Évora. Segundo o texto do breve de erecção do bispado de Beja, foi D. João Cosme da Cunha¹, arcebispo de Évora, quem sugeriu a erecção do novo bispado. A grande extensão da arquidiocese de Évora foi o motivo apresentado pelo prelado eborense que via na sua proposta para a

* O artigo retoma, com alterações, o trabalho final para obtenção do grau de Licenciatura em Teologia, orientado pelo Dr. António Matos Ferreira e apresentado na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa - Lisboa, em 16 de Novembro de 1995. Ao Dr. António Matos Ferreira quero agradecer a disponibilidade, empenho e interesse que dedicou à elaboração do trabalho, e ao Dr. Paulo Fontes a leitura atenta do presente texto.

Deixo também o meu agradecimento a todos os que, em Beja, me auxiliaram na tentativa de mais dados me fornecerem, quer no Paço Episcopal, no Seminário e no Arquivo Histórico Municipal. O meu obrigado, ainda, pela preciosa ajuda na pesquisa, consulta e orientação que me foi dada: Dr. A. Brito Cardoso (Coimbra), Dr. Pedro Penteado, Dra. Maria de Lourdes Henriques, Dra. Maria de Fátima Vacas e D. Sara (Lisboa). À minha esposa pela sua presença e encorajamento ao longo deste percurso.

¹ Segundo Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, III, Porto-Lisboa: Civilização, p. 531; D. João C. da Cunha residia em Lisboa e exercia determinadas responsabilidades junto do governo do Marquês de Pombal. Daí, poderemos verificar que, além do exercício dos seus cargos, terá movido muitas e convenientes influências, no sentido de *restaurar* a diocese de Beja.

província do Alentejo condição para um melhor pastoreio e zelo episcopal.

Foi seu primeiro bispo D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas que, após visita pastoral às paróquias, instituiu uma escola de Ciências Eclesiásticas para formação, promoção e qualidade do clero. Foi transferido para Évora em 1802. Nos seis anos seguintes Beja conheceu dois prelados e, em 1808, passou de novo a D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas que, de Évora, administrou a diocese de Beja até 1814.

Em 1819 é eleito novo prelado, D. Luís da Cunha de Abreu que tomou como prioridade, para o seu governo, a erecção do cabido e do seminário diocesano. No entanto, as mudanças políticas, verificadas desde a revolução de 1820 até à sua morte em 1833, não proporcionaram que o seu projecto se desenvolvesse. Passaram sessenta anos e a diocese numa situação difícil. Os seus pastores pouco podiam fazer perante as novas gerações que começavam a dar mostras de indiferença religiosa e descristianização.

D. Manuel Pires de Azevedo Loureiro, apoiante das ideias de Joaquim António de Aguiar, foi bispo de Beja de 1844 a 1848. O seu papel, muito ligado à política, terá contribuído para o desarranjo pastoral, combatendo a acção das ordens religiosas que, no Alentejo, tinham desenvolvido uma influente presença missionária e íam de encontro às necessidades de uma população dispersa e rural.

Provavelmente, devido ao facto da Sé pacense ser considerada menos relevante na hierarquia eclesiástica, a grande maioria dos bispos passou pela diocese exercendo uma acção discreta. D. José Xavier de Cerdeira e Sousa foi transferido da diocese do Funchal para Beja em 1849, onde esteve até 1859. Sucede-lhe D. José António da Mata e Silva que nem chegou a entrar na diocese, pois em 1860 era transferido para a arquidiocese de Évora.

Entretanto, a diocese vai sobrevivendo mas cada vez com maiores dificuldades espelhadas no seu estado de pobreza, isolamento material e no abandono religioso não preenchido pela deficiente organização paroquial. A evolução desta situação veio a ter reflexos nas atitudes religiosas da população. A agitação política e o desaparecimento do suporte espiritual que as ordens religiosas proporcionavam conduziu a um desequilíbrio económico-social e enfraqueceu a prática religiosa.

D. António da Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo, eleito bispo de Beja em 1861, procurou dar um novo impulso na orientação

dos estudantes de Ciências Eclesiásticas mas, dois anos depois, era transferido para Lamego, deixando desfeita a esperança para uma revitalização da diocese. Em 1864 é recusada, pela Santa Sé, a nomeação do bispo de Bragança e Miranda, D. João de Aguiar.

A diocese entra num interregno de vinte anos e o seu governo esteve ao cuidado de vigários pró-capitulares. De 1863 a 1871 foi governada pelo Dr. José Dias Ferreira de Carvalho; sucede-lhe o cónego Dr. António José Boavida que cultivou importantes influências e evitou que a diocese fosse suprimida aquando da reorganização das dioceses do reino em 1881.

Finalmente, em 1883 é nomeado novo bispo: D. António Xavier de Sousa Monteiro. A acção do bispo Sousa Monteiro marcou uma nova etapa na história da diocese. É a articulação da sua intervenção canónica, pastoral e eclesiológica que, numa síntese teológica e sistemática, o presente estudo pretende compreender e sublinhar.

A estruturação em quatro capítulos acompanha o desenrolar da experiência histórica vivida pela diocese no último quartel do século XIX. Na acção pastoral do bispo sublinha-se a sua preocupação na relação Igreja-sociedade e, por outro lado, a intervenção pastoral que pretende *renovar* a diocese. Dois obstáculos se lhe colocam, a saber: a descristianização e a indiferença religiosa. A sua resposta, no espírito de *harmonia* que preconiza, orientou-se em dois vectores: a educação e instrução religiosa do povo e a formação do clero, o que implicou a fundação do Seminário de Beja.

No primeiro capítulo, veremos os anos que antecedem a sua entrada na diocese serem protagonizados pelo cónego Boavida, que fundou a sua acção pastoral num discurso sobre a *caridade*. Não terá mudado os hábitos da mentalidade descristianizada mas conseguiu, no campo político, mover influências para defender a diocese da sua supressão.

O segundo capítulo detém-se sobre a biografia do bispo Sousa Monteiro, desde os primeiros estudos no Colégio de Humanidades do Dr. Cicouro em Lisboa, passando pela influência desenvolvida, como sacerdote, nos meios socio-culturais de Coimbra, até à sua nomeação para bispo de Beja. Pela análise da sua primeira carta pastoral à diocese, destaca-se o acento posto na defesa de *harmonia* e *diálogo* entre a Igreja e a sociedade, necessários ao desenvolvimento e à salvação de todos.

A educação-instrução religiosa e a formação do clero são os principais objectivos do bispo de Beja em ordem à desejada renovação cristã da diocese. A reflexão sobre o conteúdo das suas pastorais projectam, no terceiro capítulo, o factor central da visão e abertura a novas pistas no quadro de uma reflexão histórica e teológica sobre a história contemporânea da diocese de Beja.

O quarto capítulo apresenta-nos a criação do Seminário e as questões que a ele estiveram ligadas. A entrega da sua direcção a sacerdotes pouco vigilantes, de comportamento disciplinar e moral contrário às normas canónicas, bem como a selecção de candidatos sem as qualidades requeridas tiveram como consequência os actos de indisciplina e o seu encerramento no princípio deste século. Estes factos estarão presentes nas objecções levantadas acerca das frequentes ausências do bispo.

Com a intenção de permitir um melhor conhecimento de toda a sua intervenção pastoral, apresentamos cronologicamente, em anexo, uma recensão de toda a documentação pastoral que nos foi possível reunir para a elaboração deste trabalho. Na reunião dos documentos surgiram algumas dificuldades, devido ao estado de conservação e acesso aos mesmos: algum espólio não tratado; jornais e outros documentos que há muito foram para restauro, não nos sendo possível a sua consulta. Por outro lado, lamentamos que importante documentação tenha sido alvo de destruição, quer no período imediato à implantação da República quer mais tarde.

1. A situação *antecedente* na diocese de Beja

Com a transferência do bispo de Beja, D. António de Vasconcelos Pereira de Melo, em 1863, para a diocese de Lamego, a diocese de Beja entrou num período de profundas dificuldades, lançando por terra todas as esperanças que havia adquirido com a chegada deste prelado. As nomeações episcopais eram então feitas pelo governo do reino, tendo a Santa Sé o papel de confirmar ou não essas escolhas que lhe eram apresentadas e, nem sempre, o governo do reino e a Santa Sé estavam de acordo.

Assim, perante a apresentação à Santa Sé do bispo de Bragança D. João de Aguiar, para bispo de Beja, em 1864, a sua confirmação foi negada devido a acontecimentos anteriormente passados na sua dio-

cese². Este facto conduziu ao adiamento sucessivo na nomeação do novo prelado para Beja.

A diocese inicia um longo período de vacância que durou vinte anos, de 1863 a 1883. Nesse período, foi governada por vigários pró-capitulares: o primeiro, o Dr. José Dias Correia de Carvalho, governou de 1865 a 1871, ano em que foi nomeado bispo de Cabo Verde³; sucedeu-lhe o cônego Dr. António José Boavida por um período de doze anos⁴. Finalmente, a 26 de Abril de 1883 é nomeado o novo bispo, o então professor de direito canónico no Seminário de Coimbra⁵, Dr. António Xavier de Sousa Monteiro. Esta nomeação foi motivo de grande alegria para António José Boavida, ao considerar que a sua missão de governador e defensor da diocese de Beja não havia sido em vão⁶.

1.1. A acção pastoral do cônego António José Boavida

Na sua tomada de posse, o cônego António José Boavida em carta pastoral datada de 25 de Dezembro de 1871, dirigida a toda a diocese⁷, faz apelo à caridade e compreensão entre todos. «*A caridade é a bandeira dos povos*», e sem ela as nações são ruína e geram miséria (Cf. 1 Cor 13). Apela à cooperação entre todos os diocesanos, enunciando de imediato a missão que cada um transporta por via do poder que lhe foi confiado «*a bem da diocese*».

Dirigindo-se aos professores de Ciências Eclesiásticas, deixa bem saliente que a sua função é, acima de tudo, formar «*o espírito e o coração*», daqueles que procuram seguir o sacerdócio. O padre é chamado a iluminar o caminho do povo mas, para que ele seja «*luz do mundo*», é preciso que «*se acomode com a índole e exigência dos tempos em que vivemos, ensinando o amor, não só da liberdade cristã, que se coaduna sempre com a ordem constituída; mas também da obediên-*

² Cf. Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 503 e 567.

³ Cf. *Ibidem*, p. 503 e 610.

⁴ Cf. A. J. BOAVIDA, *Aos diocesanos de Beja*, in *Trabalhos Pastorais*, Lisboa: Diário da Manhã, 1883, p. V.

⁵ Cf. ASC, Ficheiro de professores do Seminário de Coimbra, Ficha do professor Dr. António Xavier de Sousa Monteiro.

⁶ Cf. A. J. BOAVIDA, *Aos diocesanos de Beja*, *Op. cit.*, p. V.

⁷ Cf. IDEM, *Carta de saudação Pastoral a todas as autoridades, corporações, clero e fiéis*, *Op. cit.*, p. 1-28.

cia aos poderes incumbidos de governarem»⁸. Com esta posição o cônego Boavida fazia emergir alguns dos problemas que grassavam por toda a diocese. A missão do padre e o seu pastoreio junto dos fiéis manifesta sinais de alguma fragilidade. Consciente desta realidade ape-la à tomada de consciência de que o cristianismo, perante a anarquia e o desvario dos povos, respeita a personalidade e os direitos alheios, e através da caridade, da fraternidade e do amor faz derivar o seu principal «*poder e influência sobre os costumes, os destinos e a civilização dos povos*».

Os professores têm a grandiosa missão e «*recomendação especial*» de evitar «*escrupulosamente inspirar aos alunos o espírito de antagonismo e rebelião contra o poder temporal*». Os professores são solicitados a formar «*bons cidadãos e párocos exemplares*» que pela palavra, disciplina e conduta possam construir uma nova sociedade em que o pilar fundamental desse edifício vá de encontro à verdade cristã e à lei do Evangelho: paz e caridade.

Salienta a importância e responsabilidade do pároco, bem como a influência que pode exercer na sociedade que o rodeia. Ele é aquele que melhor realiza a missão de «*paz, união e caridade*», porque é ele que está presente em todos os momentos da vida de um paroquiano, desde o berço até à morte, acompanhando todo o caminho espiritual daqueles que lhe são confiados. Enuncia-o claramente: «*Alta é a missão do pároco; graves os seus deveres; larga a sua influência; tremenda a sua responsabilidade. Como obreiro do Evangelho, cumpre-lhe lançar no coração dos fiéis a semente da boa doutrina, arreigar a virtude, plantar os bons costumes, sustentar a santa fé católica, promover o culto divino, destruir a hipocrisia e as superstições, a descrença e indiferentismo religioso, que vai corroendo as entranhas das sociedades modernas*»⁹.

Dirigindo-se a toda a Igreja de Beja, apela à unidade. A Igreja é o Corpo Místico, no qual todos os membros são importantes e têm uma função específica; se separarmos, qualquer membro do corpo, ele fica privado de vida e pouco tempo depois entra em estado de corrupção. Por isso, considera que é através da Igreja que todos os membros da sociedade são chamados a unir as suas forças e, desse modo,

⁸ *Ibidem*, p. 3.

⁹ *Ibidem*, p. 6.

contribuírem para a sua renovação, certos de que a união é o coro, a voz única que poderá civilizar os homens.

Várias vezes se fundamenta não só no Evangelho mas, sobretudo, no apóstolo S. Paulo quando se dirige aos Coríntios (1 Cor e 2 Cor). Tal como em Corinto, na diocese de Beja florescia desenfreadamente uma corrupção moral e dos costumes, a discórdia, os abusos, a calúnia e o falso testemunho, aspectos que se reflectiam também na conduta dos cristãos ¹⁰.

Deste modo, tal como o apóstolo, também apela à «*união espiritual*» de todos os fiéis, que será plena no reconhecimento dos seus «*legítimos pastores*» e do «*pastor universal*» (o Papa). Essa união deve começar por ser exemplo entre o clero expressa na sua acção pastoral. Manifesta assim o sentimento de que o clero da diocese precisa de ser mais perseverante nessa «*missão civilizadora*» que lhe foi confiada.

O clero tem que ter um modelo a seguir e a ensinar. Esse modelo só pode ser Jesus Cristo: Aquele que não caluniou, não odiou, não maltratou, mas simplesmente amou. Deste modo, o clero é chamado a assumir o Evangelho que anuncia nos púlpitos e a ser a «*luz do mundo*» e o «*sal da terra*». Convém que o clero «*seja instruído e moralizado. [...] Instruído, para que ensine pela palavra e pela ciência [...]. Moralizado, para que pelo exemplo edifique os costumes dos povos, preservando-os da corrupção*» ¹¹.

É sabido que a indiferença religiosa estava implantada em toda a diocese, não favorecendo acções de índole caritativa levando mesmo ao desprezo pelos pobres (que eram em largo número) e a caridade para com o outro reduzia-se na maior parte das vezes ao silêncio. Ciente desta realidade, responsabiliza os pais e demais responsáveis pela educação (moral e intelectual) das crianças, pela árdua tarefa de ensinar a amar a Deus e ao próximo, pois só com a formação cristã o homem tomará consciência de que para construir uma nova civilização é preciso amar.

A massa humana que vive em zonas urbano-industrializadas era sujeita a uma acelerada descristianização e vivia longe do Evangelho. O cristianismo é apresentado como a «*âncora da salvação*» para os povos; é ele que pode reunir à sua volta todos os homens e tornar-se

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 10.

¹¹ *Ibidem*, p. 12.

garantia de segurança para os povos. Esta concepção está na base do apelo feito às autoridades civis, militares e judiciais da diocese no sentido de juntos, em «*aliança enérgica e sincera de todos os que estão constituídos em autoridade*»¹², combaterem os ventos que chegam à diocese vindos da Europa.

No seu apelo, refere-se concretamente às conclusões dos congressos de Bruxelas, Liège e Nuremberga, em que a separação de poderes é uma realidade. A sua posição contrária a algumas das suas conclusões revela uma intransigência latente para com os ideais manifestados na sociedade em mudança.

O grito da segunda metade do século XIX é bem significativo da consciência dos espíritos que procuram fazer o diálogo entre a Igreja e o mundo: «*é preciso salvar a Igreja e a sociedade*», é preciso dar a salvação aos homens que desesperadamente pensam por si próprios e não têm a luz da religião.

O «*dever do trabalho*» como forma de angariar riqueza e consagrar o direito à propriedade; a defesa da «*honra*» e das virtudes sagradas; a «*santificação da família*» como o santuário e a pedra angular para que o edifício da sociedade não seja destruído, pois é na família que os laços de gerações se cruzam e se solidificam os alicerces do equilíbrio necessário ao progresso dos povos; e o ensino da «*caridade*», estes são os princípios pelos quais os homens se deverão reger para a salvação da Igreja e da sociedade.

Afirma e lembra que o cristianismo não é contrário ao progresso, antes pelo contrário, o cristianismo sendo avesso à anarquia, apresenta-se como o motor civilizador dos homens, tornando-os governáveis e semeando nos seus corações a vontade de liberdade. A caridade surge como a única chave para a sociedade que se quer renovar e que, em constante mudança, se depara com novas situações; só a caridade consola e lança a ponte do amor entre os homens, «*tornando-os participantes das graças de Deus e canais de bênçãos para a sociedade*»¹³.

Ao longo dos doze anos à frente da diocese, o cónego Boavida fez publicar nove pastorais. Nelas, a sua maior preocupação e proposta pastoral foi tentar conciliar com a Igreja aqueles que a hostilizam e reconduzir a «*um só rebanho*» todas as ovelhas.

¹² *Ibidem*, p. 20.

¹³ *Ibidem*, p. 27.

Na sequência de uma carta pastoral anunciando o jubileu do Ano Santo, em 1875 ¹⁴, lança o convite a uma prática sacramental, simples e humilde, através da Penitência e da Eucaristia: a reconciliação com Deus «*proporciona a paz e a alegria interior, o sossego da consciência, a tranquilidade de espírito*» ¹⁵ e a felicidade. Com a felicidade e o bem estar interior, o homem reparado das suas faltas torna-se homem novo, apto para ir ao encontro do Senhor na Eucaristia: a Eucaristia é o momento da «*reunião dos homens onde se ensina o termo das inimizades*», diz o cônego Boavida parafraseando Chateaubriand ¹⁶.

Mas, só os sacramentos não bastam para transformar os corações e a sociedade. É necessário criar espaço interior dentro de cada homem que será o tempo «*em que a alma do homem aprende a ler*» e a sentir que tem um coração de carne, que vive e que é pertença de Deus. A oração é esse espaço, esse tempo de escola para a alma humana, para que o homem se converta em «*homem interior*», adquira «*nobres sentimentos*», se eleve «*acima de todas as coisas terrestres*», e se torne «*espiritual e santo, e de certo modo se transforme todo em Deus*» ¹⁷. Baseando-se nos escritos do Padre Ventura de Raulica, define de uma forma breve e clara o que é um homem de oração: «*O homem da oração é sincero nas suas convicções, sério nos seus gostos, verdadeiro em suas palavras, indulgente para com os outros, severo para consigo. O homem da oração é o homem de inteira virtude, e de perfeição inteira*» ¹⁸.

A oração converte os corações, volta os homens para Deus e liberta-os na disponibilidade para com as necessidades dos outros homens seus irmãos. Neste quadro, o surgimento de associações de caridade e de socorros, devido às calamidades do tempo que geram a ruína, a miséria e a fome nas famílias, são consideradas fruto do crescimento e do pensamento cristãos, como um progresso do exercício da caridade entre os homens e da acção social ensinada pela Igreja ¹⁹.

¹⁴ Cf. A. J. BOAVIDA, *Pastoral anunciando o jubileu do Ano Santo*, Op. cit., p. 29-54.

¹⁵ *Ibidem*, p. 36.

¹⁶ *Ibidem*, p. 41.

¹⁷ *Ibidem*, p. 49, apoiando-se em palavras de S. João Crisóstomo, em relação à necessidade de oração.

¹⁸ *Ibidem*, p. 51.

¹⁹ Cf. A. J. BOAVIDA, *Exortação pastoral invocando a caridade pública em auxílio das vítimas das inundações*, Op. cit., p. 74 e 76.

No contexto da acção caritativa, é dado um grande relevo ao papel das mulheres e, de uma forma particular, das mulheres piedosas, consideradas como «*o tesouro da sociedade*»²⁰ tomando como sua uma frase do papa Pio IX. A mulher piedosa tem uma missão providencial na acção de ser mulher e no seu sentido maternal de profunda sensibilidade que, quando instruído pelo Evangelho, se apresenta sempre disponível a consolar e socorrer todos os infortúnios.

Vivendo um difícil momento de diálogo com a cultura emergente, a Igreja sente um forte apelo a incentivar, desenvolver e defender as *pias associações*. De acordo com os seus fins socio-caritativos, englobam vários membros da sociedade, promovem o exercício do apostolado e desenvolvem a criação de verdadeiros e fortes laços de amor fraternal²¹.

Para o cônego Boavida, para que a missão do padre como pastor de almas seja plenamente cumprida, ele é chamado a viver ensinando e praticando a caridade de molde a elevar o espírito e a esperança do povo. É feito sentir que é seu dever ser o exemplo visível da caridade, pois só desse modo ele poderá: «*voltar para Deus os que andam transviados e esquecidos da sua lei; Aplacar a justiça Divina, que manifestamente pune as nossas iniquidades; Tornar propícia a Infinita Misericórdia, que não recusa seus dons ao nosso arrependimento e regeneração; Remediar pelo bálsamo celeste da esmola as privações dos indigentes; inspirar-lhes resignação na adversidade, confiança na Providência, esperança na verdadeira felicidade, prometida e assegurada aos que amam a Deus e ao próximo [...]; Reformar nossa vida interior e os nossos costumes, pela frequência dos sacramentos e pelo exercício da oração*»²².

Por outro lado, considera que os sacerdotes e, em particular, os párocos *deviam*, por uma questão de boa consciência e de obediência à autoridade e à lei estabelecida, intervir, sempre que solicitados ou por motivação própria, na ajuda às comissões das freguesias, de modo a que as leis sobre os impostos de rendimento tivessem uma boa execução junto de todos os seus fregueses²³. Esta tarefa encontra a sua

²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 76.

²¹ Cf. J.-M.-MAYEUR, *Des Partis catholiques à la Démocratie chrétienne XIXe-XXe*, Paris: Colin, 1980, p. 51.

²² A. J. BOAVIDA, *Op. cit.*, p. 80.

²³ Cf. A. J. BOAVIDA, *Circular recomendando aos Reverendos Parocos que prestem o possível auxílio à execução das leis tributárias*, *Op. cit.*, p. 216.

plena justificação na necessidade emergente de um profundo equilíbrio entre os dois poderes: eclesiástico e civil. Transparece a conveniência de se coadjuvarem e «*auxiliarem mutuamente*», Igreja e o Estado, a fim de «*poderem desempenhar, cada um na órbita das suas atribuições, os altíssimos fins da sua missão civilizadora e cristã*»²⁴.

Um outro assunto que está sempre presente nos escritos e na acção pastoral do cônego Boavida é a defesa da religião, da Igreja, do papel e acção do Papa na condução do destino espiritual de todo o mundo católico e da sociedade em geral. Em todos os seus escritos encontramos a acérrima defesa da verdade proclamada no Evangelho, contrapondo-a aos efeitos nefastos de uma sociedade que não observa a justiça e a caridade evangélicas e que por isso mesmo «*só produz maus frutos*»²⁵.

Na evolução conturbada da sociedade, o Papa assume um papel providencial: ele é o *Soberano Pontífice, o Mestre e o Pai espiritual*. Neste contexto, considera que com Leão XIII fora dado um novo impulso à Igreja, através do seu diálogo permanente com a sociedade e que a sua voz desperta «*ecos de simpatia e entusiasmo*»²⁶ em todo o mundo.

Leão XIII é apresentado como o exemplo do homem cristão que se quer e deseja para a época. É visto como a luz e a esperança de um mundo novo, de uma nova civilização cristã, que está na forja. Para o cônego Boavida, «*é um farol colocado sobre firme rochedo, sobranceiro às tempestades da terra e ao embate das ondas do mar, e que esclarece o naufrago e o dirige a porto de salvamento, desviando-o dos escolhos, que ameaçam despedaçá-lo*»²⁷. É como um astro que convida os homens a levantar os olhos para o céu e a procurar aí «*auxílios celestiais*».

²⁴ *Ibidem*, p. 217.

²⁵ Tais como: a degradação moral do homem, considerando o suicídio e os duelos como actos heróicos, promovendo o divórcio como forma de emancipação, voltando pais contra filhos, incitando os empregados à infidelidade e os operários à insubordinação, fomentando deste modo um ataque aos sentimentos religiosos e escarnecendo da educação cristã apresentada pela Igreja. Cf. A. J. BOAVIDA, *Pastoral a propósito do jubileu extraordinário decretado pelo Sumo Pontífice Leão XIII em 1881*, *Op. cit.*, p. 105.

²⁶ *Ibidem*, p. 103.

²⁷ *Ibidem*, p. 108.

Em relação à questão de Roma e aos acontecimentos ocorridos aquando da transladação das cinzas de Pio IX, em 1881, para a basílica de S. Lourenço, são imparáveis os apelos que o cônego Boavida faz a todos os sacerdotes e fiéis. Apela no sentido de ser desenvolvida uma acção pastoral, tendo em vista uma maior defesa da fé e dos costumes católicos, por parte daqueles que se dizem pertencer à Igreja; e, por outro lado, apela a que todos os cristãos se empenhem publicamente em prestar o seu apoio ao Papa. Os cristãos devem «*cerrar fileiras*» e demonstrar o seu total apoio ao Papa que se sente «*prisioneiro no Vaticano*»²⁸.

Perante esta problemática não hesita em referir-se à imprensa protestante, concretamente acerca da condenação dos acontecimentos na cidade de Roma. Legítima a sua posição, destacando um jornal inglês, «Standard» que, estando fora do mundo católico e sendo dum país cismático, afirma que é a figura simples do Papa Leão XIII e o seu carácter «*prudente e conciliador que evita todas as ocasiões de provocar hostilidades ou excitar conflitos*»²⁹.

O cônego Boavida aproveita o momento e torna suas as palavras publicadas pelo referido jornal, sobretudo quando este esclarece o conteúdo ideológico que provocou tais acontecimentos e afirma que o «*liberalismo [...] no continente, é sempre essencialmente agressivo, e não sabe distinguir entre os negócios políticos e a indecência religiosa*». Mais, que «*os italianos, que se pavoneiam de liberais, e conspurcam o nome, que se arrojam, pela sua intolerância indecente e procedimento intolerável e ignominioso*»³⁰.

A acção pastoral do cônego Boavida foi exercida com esperança e confiança. Numa palavra, exerceu aquilo que sempre pregou: a *caridade*. E o facto de não ser o bispo da diocese não o impediu de corrigir ou ensinar aqueles que lhe estavam confiados, através das suas pastorais.

Nas suas cartas, além dos *remédios* para a diocese, demonstra um profundo conhecimento da sociedade, do mundo e da realidade diocesana. A diocese vive uma miséria social, pessoal e humana; enfrenta sucessivas catástrofes agrícolas — seca ou grandes inundações; não

²⁸ Cf. A. J. BOAVIDA, *Carta pastoral sobre a questão de Roma e do poder temporal*, *Op. cit.*, p. 229.

²⁹ *Ibidem*, p. 230.

³⁰ *Ibidem*, p. 231.

tem vias de comunicação; não tem homens letrados e os jovens pouco interesse demonstram pelas leituras. Está minada pelo indiferentismo religioso, confirmado pelas poucas vocações religiosas. Perante este conjunto de problemas ainda reuniu forças para enfrentar o grande desafio que lhe foi colocado: a defesa da diocese que estava sob a ameaça de ser suprimida.

1.2. A ameaça de supressão e a defesa da diocese

Vaga desde 1863, a Igreja dos Apríngios — como dedicadamente lhe chama o cónego Boavida ³¹, numa alusão ao passado glorioso da Pax Júlia — com o continuado desentendimento entre o reino e a Santa Sé, acerca da figura que deveria ocupar a cátedra episcopal, é esta Igreja que tendo sido *restaurada* no pontificado de Clemente XIV urge defender das objecções «*suscitadas por espíritos frívolos e superficiais*» ³².

Esta vacância proporcionou que forças anticlericais e o indiferentismo religioso se instalassem nos territórios do bispado, contrastando com os tempos em que na Igreja Pacense alguns dos seus filhos selaram com o sangue a defesa da fé e da sua adesão à Sé Apostólica tal como o recorda o breve papal. A vida religiosa dos fiéis ³³ foi perturbada e ocorreram algumas acções de carácter político que levaram certas figuras a defender a ideia de que é necessário suprimir a diocese de Beja.

A diocese de Beja não tinha nem catedral, nem cabido, nem seminário, nem meios de subsistência ³⁴. Esta realidade fundamentou a sua incorporação na arquidiocese de Évora e diocese de Faro. O cónego Boavida exerceu a sua influência e acção política, junto da Santa Sé, da Nunciatura Apostólica, dos Deputados e Pares do Reino, no sentido de defender não só a sua pessoa, como a vida de uma diocese recente. Recusa com o seu voto, a autorização para uma nova circunscrição, nos termos em que lhe é feita a proposta.

³¹ Cf. A. J. BOAVIDA, *Carta enviada ao Sr. Núncio Apostólico na corte de Lisboa*, Op. cit., p. 118.

³² *Ibidem*, p. 119.

³³ Cf. Miguel de OLIVEIRA, *História Eclesiástica de Portugal*, Ed. revista e actualizada, Mem-Martins: Europa-América, 1994, p. 239.

³⁴ Cf. A. J. BOAVIDA, *Carta enviada ao Sr. Núncio Apostólico na corte de Lisboa*, p.117-122.

Todo o movimento havia começado na Câmara dos Deputados, meses antes, quando na ordem do dia 13 de Março de 1876 foi à discussão a proposta de lei que autorizava a redução das dioceses, na qual Beja estava incluída. Destas movimentações políticas, ficou célebre o discurso proferido pelo cónego Boavida, principal visado e defensor da diocese de Beja. Discurso que, mais tarde, veio a contribuir para o pleno conhecimento da realidade diocesana e acelerar todo o processo de reorganização e evangelização da diocese.

Discursando na Câmara dos Deputados e defendendo a diocese³⁵, deixava entender que, não tendo dívidas para com o partido regenerador — ao qual esteve ligado cerca de 16 anos —, iria lutar, por todos meios, para evitar uma catástrofe administrativa e eclesiástica na província do Alentejo. Territorialmente era a diocese mais extensa do país, continha um elevado número de freguesias, que por natureza são muito dispersas, o que tornava ainda mais difícil não só a administração paroquial mas toda a vigilância eclesiástica superior.

Considerando que o território da diocese de Beja estava a ser alvo de vinganças pessoais, vindas de determinadas figuras que, exercendo cargos elevados no Ministério da Justiça, se dispunham a servir clientelismos e amigos pessoais, o cónego Boavida não hesita em denunciar e declarar publicamente que estas questões, suspeitas e confirmações podem ser demonstradas através de documentos públicos. Para esse efeito, cita o discurso do seu amigo Vaz Preto, registado no «*Diário da Câmara dos dignos Pares*», acerca da projectada nova circunscrição diocesana: «*O Sr. ministro da Justiça, com esta autorização pretende, pois, ficar habilitado a preencher, sem limitação alguma, os benefícios vagos nas sés catedrais, e os que depois vagarem; e não deixará, certamente, de exercer o patronato em favor dos seus apaniguados, e dos que se prestarem a secundar os seus intuitos partidários*»³⁶.

³⁵ Cf. A. J. BOAVIDA, *Discurso do Vigário Capitular de Beja, proferido na câmara dos senhores deputados na sessão de 13 de Março de 1876*, *Op. cit.*, p. 142-159.

³⁶ Vaz Preto, citado pelo Cónego A. J. BOAVIDA, *Opinião da imprensa*, in *Op. cit.*, p. 169ss. Vaz Preto, apresentando o porquê da tentativa de supressão da diocese de Beja, continua o seu discurso, da seguinte forma:

«*Quer a câmara saber como tem procedido para o vigário capitular de Beja o sr. ministro da Justiça nos últimos tempos?! Sua Ex.^a pretendeu influir nos ac-*

Fazendo suas as palavras de Vaz Preto, o discurso do cônego Boavida, crítica o governo que, após cinco anos de legislatura, surpreende repentinamente tudo e todos com uma matéria que estava há vários anos para ser debatida. Por isso, e porque estava em causa o bem do povo, defende que uma lei só pode ser votada quando se escutar suficientemente as populações envolvidas, tendo em atenção as culturas, as regiões e as circunstâncias territoriais. Mas, se a diocese tinha sobre si pesadas acusações e perante essas corria o risco de ser suprimida, valeu-se dos *Relatórios Anuais* que havia redigido como vigário capitular. Estes descrevem com bastante minúcia o estado das coisas eclesiásticas e civis da diocese de Beja.

Tomando o relatório ao governo relativo ao ano de 1872 — quatro anos antes destas questões —, encontramos alguns indícios de que os negócios eclesiásticos não iam bem em relação ao Alentejo. Sobre tudo no que se refere ao culto, ao clero e à sua organização, que é glo-

tos da exclusiva competência d'este prelado, que repeliu com energia e independência os atentados contra a sua jurisdição e atribuições.

O ministro, encolerizado, protestou vingar-se, e principiou a expedir portarias em nome de El-Rei, as quais não pode fazer cumprir, porque são contra a lei expressa. [...] Quis arrogar-se direitos que não lhe pertencem, e daqui resultou que não foi obedecido [...].

[...] Ora é preciso que se saiba que tudo isto não passa de uma grande marosca, ensaiada para ilusão dos papalvos. A verdade do caso é esta:

O Sr. Martens Ferrão, procurador geral da corôa, tem um irmão bispo em Bragança [Trata-se de D. José Maria da Silva Ferrão de Carvalho Martens, Cf. Fortunato de ALMEIDA, Op. cit., vol III, p. 567]. O Sr. bispo, que pouco depois de tomar posse ali esteve em risco eminente de vida, não se dá bem com os ares da terra, e deseja voltar para Portalegre onde viveu por longos anos, e onde tem interesses criados. Resolveu-se por isso deixar subsistir o bispado de Elvas e Portalegre, e como isso seria escandaloso, em presença da supressão de bispados que tem melhores condições de autonomia, ensaiou-se a comédia da grande representação e da grande comissão, como meio de cobrir o que é acto de mero favoritismo.

[...] Nós já dissemos e repetimos: que o bispado seja ou não suprimido é coisa que não nos dá cuidado, mas os interesses dos povos reclamam que pugnem pela conservação da diocese.

São grandes os transtornos que a supressão trará aos povos, e maiores serão ainda se a diocese não fôr anexada ao arcebispado de Évora. [...] O irmão do sr. Martens Ferrão entende que este bispado deve desaparecer, anexando-se uma parte a Évora e a outra a Faro, e como as influências podem mais no ânimo do Sr. Barjona que as razões mais justas, S. Ex^a., como sempre, há-de proceder no interesse dos amigos e das suas conveniências.»

balmente classificada como sendo um «*quadro triste, mas verdadeiro infelizmente!*»³⁷.

Por outro lado, nesse mesmo relatório, levanta já a questão em torno da possível existência de uma só diocese para todo o Alentejo: «*Formar uma só diocese em todo o Alentejo, seria altamente nocivo aos interesses e comodidades dos povos, e à regular administração dos negócios eclesiásticos. Tem esta província uma área extensíssima, desprovida em grande parte dos benefícios da viação ordinária. Uma quantidade considerável de paróquias é constituída de herdades e casais [...] sendo já de si difícil, no estado actual, fazer chegar a esses pontos disseminados a conveniente acção da autoridade eclesiástica. [...] A falta de correios e comunicações, e as consideráveis distâncias a que muitos párocos estão da sede do bispado, tornam sobremaneira dificultosa a boa administração*»³⁸.

Não havendo outros argumentos, encontramos-nos perante as vontades e caprichos meramente pessoais que, para serem satisfeitos, pretendem sacrificar todo um território e o seu povo. Às principais acusações de que Beja «*não tem Sé, Cabido, Seminário, nem meios de subsistência*», o cônego Boavida vai responder que «*não é bem assim*».

A diocese não tem Sé, este argumento não é válido, diz o cônego Boavida, pois sempre se fizeram celebrações «*com pompa*» e «*há mais de um século, na Igreja que serve de catedral*»³⁹. E remata a refutação deste falso argumento sugerindo que seja feita a devida adaptação num dos «*magníficos templos*» do património de que a cidade é herdeira. Ou então, e numa subtil acusação à governação, interroga-se porque é que não se concluiu já a grande igreja que se iniciou há algumas décadas atrás — destinada a ser Sé Catedral — e cujo edifício circundante serve de Paço Episcopal e centro de estudos eclesiásticos⁴⁰.

Quanto à não existência do *Cabido*, este defensor da diocese interroga-se, quer que lhe expliquem as razões para o facto de ainda não terem sido cumpridas as determinações contidas na bula de erecção do bispado, há mais de um século. E, por outro lado, apresenta a sua sugestão, que se «*proveitem os cinco professores de ciências eclesiás-*

³⁷ A. J. BOAVIDA, *Discurso do vigário capitular de Beja*, Op. cit., p. 153.

³⁸ IDEM, *Circunscrição das dioceses*, Op. cit., p. 149.

³⁹ IDEM, *Carta enviada ao Sr. Nuncio Apostólico*, Op. cit., p. 119.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 119.

ticas»⁴¹, os quais com o novo cargo poderiam melhorar o culto religioso e aumentar o esplendor e o interesse pelas ciências eclesiásticas.

Perante o terceiro argumento, Beja não tem *Seminário*, não tem um suporte e uma ponte importante para o desenvolvimento e progresso espiritual da população, o cônego Boavida refere que sempre existiram aulas regulares nas diferentes disciplinas teológicas. Para este homem é óbvio que para existir um Seminário em Beja «*basta que se cumpra a lei, [...] que determina que haja um tal estabelecimento em todas as dioceses*»⁴².

Em relação aos rendimentos, no decreto lei regulamentar de extinção das colegiadas, de 27 de Dezembro de 1849, era indicado que certos bens e rendimentos delas revertissem para a manutenção dos seminários e do clero em geral⁴³; a lei mais uma vez, não apresentava indícios de estar a ser praticada em Beja. E, quanto às disposições que gerem a Bula da Santa Cruzada, estariam a ser aplicadas nesta diocese?

Não era só no plano religioso que havia falta de estabelecimentos de ensino, também no plano civil essa falta se fazia sentir. Mais, a falta de pessoal com habilitação, para uma razoável gestão administrativa civil é também patente no quadro geral do distrito e, para isso, bastará ter presente, que esta província no ano de 1880 apenas dê «*um só aluno à Universidade de Coimbra*»⁴⁴. Não causaria espanto semelhante situação?

Daí, e perante todos os factos referenciados atrás, a extinção da diocese e consequentemente da sua — pobre e simples — escola de *ciências eclesiásticas*, ainda iria agravar mais a situação que a província já vivia. Urge, então defender Beja, defender a manutenção e salvaguarda da sua diocese, de modo a não deixar adiantar ainda mais a degradação a que esta chegou.

Os argumentos elaborados pelo cônego Boavida, assinados pelas autoridades e deputados por todos os círculos do distrito, e mais de seis mil assinaturas de populares de toda a diocese, foram apresentados aos representantes da Santa Sé, ao Rei e seu Conselho, e na Câma-

⁴¹ *Ibidem*, p. 120.

⁴² *Ibidem*, p. 120.

⁴³ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 35

⁴⁴ A. J. BOAVIDA, *Carta enviada ao sr. Núncio Apostólico*, p. 121; baseando-se em estatísticas publicadas no ano de 1880.

ra de Deputados. Teriam o seu eco e encontrariam resposta salvaguardando a diocese da sua extinção, quando pela Bula *Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus*, em 30 de Setembro de 1881, «o papa Leão XIII, a instâncias do rei de Portugal, determinou que se reduzisse o número de dioceses do Continente e delas se fizesse nova circunscrição»⁴⁵. Eram suprimidas as dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel; e a prelazia de Tomar e o priorado do Crato eram anexados às dioceses limítrofes.

Esta decisão — a manutenção e continuidade do bispado de Beja — originou de imediato um solene *Te-Deum* de acção de graças na *Catedral* de Beja, ao qual todas as autoridades e povo fizeram questão de estar presentes. É de salientar a presença do então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos, «que referendou o decreto da conservação do nosso bispado, de que é natural, [...] escolhendo esta ocasião solene e festiva, para visitar a sua terra natal e a cidade de Beja, que é quase sua pátria, [...] porque é aqui, que encontra os seus mestres, os seus condiscípulos, os seus amigos da infância»⁴⁶. Quais os motivos que levaram à salvaguarda da diocese? Amizades e influências ministeriais ou a força dos argumentos apresentados em sua defesa?

Recorde-se que o cónego Boavida foi sujeito a sucessivos convites para representar politicamente o círculo de Beja e existiram esforços visando aliciá-lo para uma carreira política como o próprio reconhece. Disso é testemunho a carta de 7 de Julho de 1881 e depois publicada em vários jornais: «[...]Dar-me um público testemunho de reconhecimento, pelos humildes serviços, por mim prestados, em prol da conservação do bispado e habilitar-me também a poder continuar a promover, perante os poderes públicos, todos os melhoramentos, que estão vinculados a esta importante questão: corre-me o imperioso dever de expressar a todos a minha indelével gratidão, por tão assinalado favor, mas que, por justos e ponderosos motivos não posso aceitar. É resolução minha peremptória e irrevogável não aceitar candidatura por este círculo, nem por outros, que me tem sido oferecidos por cavalheiros influentes, sem diferença de cores políticas, e onde a minha eleição não encontraria oposição alguma»⁴⁷.

⁴⁵ Miguel de OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 239.

⁴⁶ A. J. BOAVIDA, *Carta Pastoral de saudação e congratulação pela conservação da diocese de Beja*, *Op. cit.*, p. 267.

⁴⁷ B, 16 de Julho de 1881.

A sua recusa prende-se com a necessidade de resolver os problemas pendentes e imediatos da diocese, ou seja, a organização definitiva do Seminário Diocesano, da Sé Catedral e da constituição do Cabido, preparando deste modo o caminho para uma possível eleição episcopal.

1.3. A situação da Igreja na diocese de Beja

A partir de 30 de Setembro de 1881⁴⁸, começou-se a pensar no novo bispo para Beja. Não só por ser de suma importância para o conveniente pastoreio dos católicos da diocese, mas porque com a publicação e execução da bula do papa Leão XIII, se exigia uma melhor pastoreação nas dioceses que subsistiam.

Se, por um lado, o então governador diocesano, cónego Boavida, desde a sua tomada de posse fez aquilo que lhe era possível fazer ou remediar quanto ao governo da diocese, por outro lado, foi envolvido na solicitação que o seu cargo exigia para com a diocese e sua defesa.

Além dos obstáculos vindos do exterior, nomeadamente do governo que se recusava em apresentar outro bispo para Beja (desde a rejeição de Roma em relação a D. João de Aguiar) e movia esforços para suprimir a diocese, o cónego Boavida teve também de enfrentar problemas internos, chegando mesmo a chamar «aos tribunais o autor de uma correspondência anónima publicada ultimamente e datada de S. Martinho das Amoreiras. É a resposta e o correctivo que merece aquele apontado de necessidades e insinuações malévolas»⁴⁹. Quatro meses mais tarde, o mesmo jornal informa que o cónego Boavida teve que invocar um pouco mais de respeito, no que se refere à sua pessoa e à sua imagem: «O Sr. Dr. Boavida chamou à polícia correcional, o Sr. Ayres de Vasconcellos que em tempo publicou no *Jornal do Povo* uma correspondência em que o digno prelado se diz ofendido como homem público e particular»⁵⁰.

Os pequenos incidentes, que transparecem para a imprensa, são o fruto que se pode colher numa diocese que desde a sua restauração dificultava a acção dos seus pastores. Apresentavam-se com grandes projectos para realizar uma profunda missão de evangelização diocesana, mas a permanência era pouca e os intervalos grandes. Até 1863

⁴⁸ Cf. A. J. BOAVIDA, *Op. cit.*, p. 263-272.

⁴⁹ B, 4 de Setembro de 1880.

⁵⁰ B, 29 de Janeiro de 1881.

os bispos de Beja chegam e partem e outros há que nem entram nos limites da diocese. Esta vai sobrevivendo mas as dificuldades cada vez eram maiores. Era necessário um bispo *de pulso forte*, alguém que agarrasse o governo da diocese e a levantasse através de uma profunda reforma, regenerando-a, renovando-a plenamente.

Por outro lado, a situação da Igreja em geral não era fácil e a diocese não estava alheia de toda a movimentação e debate religioso do século XIX. Sabemos que bem cedo a questão anticlerical ali granjeou militância, enquanto o religioso era criticado e cada vez mais se faziam sentir «*os desastrosos efeitos deste lamentável estado de coisas, tornando-se sobremodo difícil a administração dos negócios eclesiásticos*»⁵¹.

A Igreja, humilhada, espoliada, sem ordens religiosas e com o clero funcionalizado e pago pelo Estado não estava em condições para dar resposta a uma mudança imediata. Era necessário uma reformulação pastoral na sua acção, linguagem e presença na construção do novo quadro civilizacional.

A resposta a essa renovação começou a surgir no seio do catolicismo, através da distinção entre dois sectores: um mais legitimista e outro que aceitava o liberalismo, tentando mesmo uma «*conciliação entre o liberalismo e o catolicismo*»⁵². Este facto provocou reacções nos sectores legitimistas e levou o papa Pio IX a contrapor o cristianismo aos fundamentos teológicos da sociedade liberal⁵³.

Vive-se assim no seio da sociedade uma ruptura fundamental entre o Antigo Regime e a ordem constitucional liberal, para a qual a Igreja era desafiada a procurar novas respostas. Por um lado, pela situação depauperante que vivia há alguns anos e, por outro lado, pela existência de um catolicismo demasiado enraizado no qual a ideia de regenerar, mudar, conduzia a divisões internas na própria Igreja. Deu-se assim, de seguida, uma tentativa de unidade dos católicos e foi estudada a possibilidade de uma intervenção mais directa: a ideia de criar um partido católico⁵⁴.

⁵¹ A. J. BOAVIDA, *Op. cit.*, p. 268.

⁵² Manuel Braga da CRUZ, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa: Editorial Presença, 1980, p. 64.

⁵³ Cf. António Manuel MARTINS, *Recepção em Portugal das Encíclicas sobre o Liberalismo: Mirari vos, Quanta cura e Immortale Dei*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 41-80.

⁵⁴ Cf. Manuel Braga da CRUZ, *Op. cit.*, p. 67-83.

Esta problemática teve maior impacto quando nos anos 70 começaram a surgir os primeiros congressos católicos. Nesta altura, para os sectores culturais dominantes, já não é o clero que era visado por não assumir a essência do cristianismo; agora, a questão havia evoluído para a pretensão de se «*esvaziar o cristianismo do seu conteúdo doutrinal*»⁵⁵, sendo a religião acusada de ser a causa do atraso em que o país vivia.

É neste pano de fundo que, entre 1864 e 1878⁵⁶, novas populações, atraídas pelo crescente desenvolvimento e exploração dos recursos minerais da província, se instalam na diocese de Beja. Verificou-se um significativo fluxo populacional, originando uma população desenraizada cultural e socialmente, contribuindo assim para o agravamento dos problemas que a região já vivia.

Será a partir da questão social, dos direitos humanos e da defesa dos mais fracos que o cônego Boavida, na sua última carta pastoral de 5 de Agosto de 1883, denuncia energeticamente o «*abuso flagrante e gravíssimo, que se dá nesta província, onde, com o pretexto de falta de braços, não se deixa aos desgraçados operários o necessário desafogo do repouso nos dias, que a Igreja manda guardar, não só por preceito da religião, senão também da própria natureza*»⁵⁷.

1.4. Um novo bispo

As notícias que temos são escassas em relação à nomeação do novo bispo. No entanto, no jornal «O Bejense», de tendências pouco próximas da religião, da Igreja e do clero, em Setembro de 1882, por duas semanas consecutivas faz-se referência à questão da nomeação episcopal. Trata-se, certamente, de uma especulação resultante de alguns boatos, de que seria o bispo de Macau o novo bispo de Beja: «*Diz-se que o bispo de Macau é transferido para Beja. E vão quatro versões. Ainda havemos de ter quinta e sexta se Deus quiser*»⁵⁸. E na semana

⁵⁵ Ana Maria C. F. JORGE, *Literatura e religião nas conferências do Casino. As conferências de Augusto Soromenho e Eça de Queirós*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 140.

⁵⁶ Cf. A. J. BOAVIDA, *Carta enviada ao Sr. Núncio Apostólico*, *Op. cit.*, p. 121.

⁵⁷ IDEM, *Carta Pastoral recomendando preces públicas e outras providências para que Portugal seja preservado da invasão da cólera morbus*, *Op. cit.*, p. 372.

⁵⁸ B, 16 de Setembro de 1882.

seguinte: «*Insiste-se na imprensa em dizer que o bispo de Macau é transferido para esta diocese*»⁵⁹. Referia-se a D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, que não seria transferido para esta diocese mas para a diocese de Bragança no dia 26 de Abril de 1883⁶⁰. E, é precisamente em 1883 que, finalmente, é nomeado e confirmado o novo bispo de Beja: D. António Xavier de Sousa Monteiro⁶¹.

A escolha episcopal não levantou grande euforia na cidade de Beja. Quanto ao novo bispo, as notícias são breves, simples linhas na secção social da província referem que o bispo de Beja «*prestou juramento perante o Sr. ministro da Justiça*»⁶².

O bispo Sousa Monteiro encontrou, na desenvolvida imprensa regional, um olhar acusatório e mesmopositor em relação à sua pessoa. Se, numa pequena coluna se elogiava as suas acções caritativas aquando da sua chegada à diocese⁶³; com grande destaque se procurava escarnecer de tudo o que estivesse ligado à religião e Igreja.

Ainda antes de entrar na diocese, já o anticlericalismo começava a manifestar-se: «*O Bispo de Beja, dizem que vem sagrar-se em um dos templos desta cidade. Na função tomam parte o Bispo de Coimbra e o de Viseu, e o Arcebispo de Braga. Quatro mitrados. Safa!...*»⁶⁴.

A memória e despedida do cônego Boavida, defensor da diocese, é manifestamente exaltada e chorada na imprensa bejense ao lado de uma pequena notícia, sem destaque, informando que em Beja há «*muitos forasteiros que vem assistir às festas pela sagração do Bispo*» e acrescentando apenas que «*sábado chega a Beja acompanhado dos Bispos de Coimbra, Viseu e Guarda, o Bispo confirmado desta diocese, D. António Xavier de Sousa Monteiro. Domingo terá lugar em S. Tiago, a sagração*»⁶⁵.

O recentemente sagrado prelado da diocese, na semana seguinte é o prato forte da crítica social do jornal «O Bejense»⁶⁶, que começa por comentar que não esteve ninguém da sua redacção aquando da chegada do bispo à estação ferroviária: não esteve, «*nem autorizamos pessoa alguma a representar-nos*».

⁵⁹ B, 23 de Setembro de 1882.

⁶⁰ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 626.

⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 504.

⁶² B, 21 de Setembro de 1883.

⁶³ Cf. *Idem*, 10 de Novembro de 1883.

⁶⁴ *Idem*, 6 de Outubro de 1883.

⁶⁵ *Idem*, 24 de Novembro de 1883.

⁶⁶ *Idem*, 1 de Dezembro de 1883.

Esta posição radical evidencia-se, nessa mesma coluna social, comentando apenas os pormenores mais fúteis e mesquinhos da primeira semana do bispo Sousa Monteiro: o comentário ao beliscão que o cónego Boavida recebeu de um padre no jantar dado pelo bispo; o *banquete* oferecido às autoridades e o *Chá* oferecido aos cavalheiros; não esquecendo de referir que «cada um convida quem quer» — a imprensa local «O Bejense» não foi convidada para as festas ⁶⁷.

Será neste contexto de pobreza, desinteligências humanas e conflitos político-religiosos que assolam a diocese, que o novo bispo de Beja D. António Xavier de Sousa Monteiro teve que desenvolver uma actividade pastoral determinada, em ordem à reorganização e evangelização da diocese.

2. D. António Xavier de Sousa Monteiro, bispo de Beja

2.1. A vida e a obra de D. António Xavier

António Xavier de Sousa Monteiro nasceu em Lisboa no dia 3 de Dezembro de 1829 e foi baptizado no dia 9 de Dezembro de 1829, na Basílica de Santa Maria da Sé de Lisboa ⁶⁸. Filho de Manuel Teotónio de Sousa Monteiro e Eufémia Albertina Teixeira de Monteiro, moradores na rua de S. João da Praça ⁶⁹, nº 83, 2º andar, da freguesia da Sé Patriarcal ⁷⁰, que eram proprietários e possuidores de grande fortuna ⁷¹.

Fez os estudos preparatórios em Lisboa, na antiga Secção Oriental do Liceu de Lisboa e no afamado Colégio de Humanidades do padre Cicouro ⁷² e no de Mr. Cariguan ⁷³. Em 1850 segue para Coimbra e no dia 20 de Outubro desse ano, matricula-se no 1º Ano do Curso de Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra ⁷⁴. Nos

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ AN/TT.RP, Lisboa, Sé, Livro B - 16, fl. 81.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

⁷⁰ Cf. IC, 2ª Série, 5 de Dezembro de 1883, p. 313-315.

⁷¹ JNJ, 6 de Junho de 1906.

⁷² DHCBBHNA, p. 1092; Colégio que teve como professores José Maria de Lima e Lemos e Tomás Cabral Soares de Albergaria, fundadores da *Sociedade Católica*, segundo Manuel CLEMENTE, *Nas origens do Apostolado Contemporâneo em Portugal. A Sociedade Católica*, Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993, p. 60-62.

⁷³ Cf. IC, 2ª Série, 5 de Dezembro de 1883, p. 313-315.

⁷⁴ AUC, Livro de Matrículas 1850-1851, Assento de Matrícula Nº 68, fl. 46.

dois primeiros anos de curso passou *com dispensa*; e, nos três anos seguintes apresentando-se aos exames de final de ano, obteve sempre a mesma classificação: *aprovado nemine discrepante* ⁷⁵. A 29 de Maio de 1855 concluiu o curso de Direito, pedindo a carta de curso a 31 de Maio do mesmo ano ⁷⁶. Homem de grande inquietação e cultura, é eleito sócio efectivo do Instituto de Coimbra para a classe de Belas Artes dois anos após a sua chegada a Coimbra; em 1873, já professor no Seminário de Coimbra, foi eleito para a classe de Ciências Morais; e, em 1874, foi eleito para a secção de Arqueologia ⁷⁷.

Com grande cultura e sensibilidade artística, António Xavier de Sousa Monteiro distinguiu-se como compositor de música sacra, «*sendo conhecida a sua sinfonia intitulada La Fête des Anjes, e muitas missas suas tem sido executadas na Sé de Lisboa e noutros templos do país*», conforme relato da época ⁷⁸. Ainda no campo das artes, como pintor, são-lhe atribuídas várias obras, entre as quais, a *representação de Nossa Senhora da Assunção* na capela mor da Igreja Paroquial de Penacova; a *representação de Jesus Cristo na Cruz* no retábulo da capela do cemitério de Coruche ⁷⁹.

Com 28 anos, em 1857, sentira-se chamado a seguir a vida eclesiástica; vocação tardia enriquecida pela sua cultura, conhecimento, pensamento, sabedoria e sensibilidade. Foi ordenado em 1858, na capela do Paço de Fontelo, em Viseu, pelo bispo ⁸⁰ D. José Manuel de Le-

⁷⁵ AUC, Livro de Actos e Graos 1852-1856: Acto de exame do 3º Ano de Leis 1852-1853, fl. 3; Acto de exame do 4º Ano de Direito 1853-1854, fl. 118; Acto de exame do 5º Ano de Direito 1854-1855, fl. 220.

⁷⁶ Averbamento à margem no assento do Acto de exame do 5º Ano de Direito 1854-1855, fl. 220 e Carta de Curso por nós consultada no AUC.

⁷⁷ ASC, Ficheiro de professores do Seminário de Coimbra, Ficha do professor Dr. António Xavier de Sousa Monteiro.

⁷⁸ JNJ, 6 de Junho de 1906. Apenas no ASC encontramos algumas partituras de obras suas, a saber: A) Ladainha da trezena de Sto. António a três vozes e órgão (basso, órgão e flauta) segundo pautas copiadas pelo padre José dos Santos Lemos; B) Matinas de Natal (1º tenor, barítono, 1º baixo, 1º alto, 1º soprano, 2º soprano, 2º baixo, parte instrumental) segundo pautas copiadas pelo padre José dos Santos Lemos; C) Missa Nº 1 a três vozes (1º tenor, 2º tenor, baixo) segundo pautas copiadas pelo padre José dos Santos Lemos; D) Te-Deum alternado (baixo) segundo cópia de J. M. Casimiro d'Abreu; E) Te-Deum para três vozes e órgão (baixo e órgão) segundo pautas copiadas pelo padre António dos Santos Caria e J. M. Casimiro de Abreu.

⁷⁹ Cf. IC, 2ª Série, 5 de Dezembro de 1883, p. 313-315..

⁸⁰ Segundo a GEPE trata-se de D. Manuel José de Lemos, parece-nos haver um lapso no nome do bispo. Segundo Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 593 e, A. Bri-

mos na Domingo 8^a depois do Pentecostes ⁸¹, e no dia de S. Pedro celebrou a sua primeira missa ⁸². Concorreu à paróquia da Lousã, no bispado de Coimbra, e tomou posse a 30 de Junho de 1859 ⁸³, passando a exercer as funções de pároco e, de seguida, arcepreste do *distrito* da Lousã.

Passados 6 anos, voltou para Coimbra e é nomeado, por decreto, cónego da Sé, lugar vago por falecimento do cónego António Lopo Correia de Castro ⁸⁴. A 20 de Outubro de 1870 é nomeado associado provincial da Academia Real das Ciências de Lisboa ⁸⁵. A 30 de Novembro de 1871 é nomeado sócio benemérito da Academia Dramática de Coimbra ⁸⁶. De 1872 a 1883 exerceu as funções de professor de Direito Canónico no Seminário de Coimbra e, desde 1883, torna-se o responsável pelas consultas de Direito na revista «*Instituições Christãs*» ⁸⁷. Em 23 de Março de 1880 é nomeado, por decreto, Comendador da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, tendo em consideração os seus «*serviços prestados às letras*» ⁸⁸.

Sendo um homem próximo dos meios culturais, é importante lembrarmos que seria com pessoas da sua geração — a geração de 50 ⁸⁹ — que a Igreja protagonizaria uma nova abordagem da relação da Igreja com a sociedade liberal, iniciando o processo de resolução de questões que se vinham demarcando desde o final do século XVIII. Apos-tando num permanente diálogo com a sociedade, marcada pelo aparecimento do capitalismo português, com a industrialização e o apareci-

to CARDOSO, *Figuras da Igreja na diocese de Coimbra*. D. José Manuel de Lemos, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1987, p. 13, trata-se de D. José Manuel de Lemos, posição que seguimos.

⁸¹ Cf. IC, 2^a Série, 5 de Dezembro de 1883, p. 313-315.

⁸² DHCBBHNA, p. 1092.

⁸³ IC, 2^a Série, 5 de Dezembro de 1883, p. 313-315. No entanto, o DHCBBHNA, *idem*, aponta como sendo o dia 29 de Junho de 1859.

⁸⁴ AN/TT.RGM, D. Luís I, Lv. 11, fl. 119v.

⁸⁵ AACL, Ficheiro de Associados, [D.] António Xavier de Sousa Monteiro (Bispo de Beja).

⁸⁶ Cf. IC, 2^a Série, 5 de Dezembro de 1883, p. 313-315.

⁸⁷ ASC, Ficheiro de professores do Seminário de Coimbra, *idem*.

⁸⁸ AN/TT.RGM, D. Luís I, Lv. 28, fl. 206.

⁸⁹ Tenhamos presente algumas das figuras que se integram nesta geração de meados do século e que vão protagonizar determinados sectores da cena pública ao longo da segunda metade do século XIX: Camilo Castelo-Branco, A. Aires de Gouveia, D. Manuel Correia de Bastos Pina e o Conde de Samodães, entre outros.

mento dos primeiros movimentos operários, a Igreja passa a centrar a sua acção na «questão social». É neste contexto que, em 1883 é nomeado bispo de Beja, sendo confirmado pelo papa Leão XIII a 9 de Agosto desse mesmo ano.

No dia 24 de Novembro de 1883 dava entrada em Beja e, no dia seguinte, 25 de Novembro, Domingo, às 10 horas da manhã, realizava-se a sua sagração na Igreja paroquial de S. Tiago. Foi celebrante o Bispo-Conde de Coimbra D. Manuel de Bastos Pina, assistido pelos Bispos de Viseu e da Guarda, D. José Dias Correia de Carvalho e D. Tomás de Almeida, respectivamente. E como a sua nova condição social o exigia, em 21 de Janeiro de 1884 fez juramento e tomou assento na Câmara dos Pares do Reino, não tendo sido necessário «*parecer nem comissão em virtude do decreto de 30 de Abril de 1826*», do Rei D. Pedro IV ⁹⁰, segundo o qual, ficavam sendo Pares do Reino, o Patriarca, e todos os Arcebispos e Bispos pelo simples acto de elevação à referida dignidade.

O bispo Sousa Monteiro inicia então, em Beja — diocese que se encontrava a funcionar nos limites da precariedade — uma profunda reorganização da mesma. O seu primeiro grande passo foi a reformulação no ensino e estudos eclesiásticos que até essa altura se fazia na diocese. Por isso, na sequência da reformulação empreendida em 1884, é assinado pelo Ministro da Justiça Lopo Vaz de Sampaio o despacho ao requerimento do bispo Sousa Monteiro ⁹¹, em que se assinava que todas as dioceses do reino tinham Seminário, à excepção da de Beja ⁹². De imediato é dado início às obras de adaptação de uma das alas do então Paço Episcopal, com o objectivo de criar espaço para as aulas e para os seminaristas. No dia 6 de Janeiro de 1885 é inaugurado o Seminário de Beja ⁹³.

Apesar do entusiasmo e dedicação, manifestado pela organização da diocese, no início da sua prelatura, das reformas e do zelo para com os sacerdotes, grande parte do tempo passava-o em Coimbra. Essas ausências eram bastante sentidas pela população, segundo relato de um professor do Seminário de Beja: «[...] de Julho de 1894 a 18 de Maio de 1895 esteve na diocese 35 dias e fora dela 285 dias!!!

⁹⁰ AR/AHP, Bispos nomeados para a Câmara dos Pares, s.d., Lv. 1546.

⁹¹ A. X. S. MONTEIRO, *Alocução na abertura do seminário de Beja*, p. 180.

⁹² Cf. *Ibidem*.

⁹³ Cf. *Ibidem*.

[...] Esta ausência do Ex.mo prelado diocesano [...] e que tão sentida foi por todos os habitantes desta cidade de Beja, por coincidir com a crise de fome que assoberbou a classe trabalhadora nos meses de Dezembro e Janeiro, porque enfim estava ausente quem mais podia e devia auxiliar aqueles que por todos os meios procuravam remédio para esta desgraça [...]»⁹⁴.

Devido às suas longas ausências, a diocese — que num primeiro momento suplantou algumas das dificuldades, através das reformas implementadas — veio a decair, atingindo um lastimável estado. Com ausências largamente visíveis e sentidas, as boas intenções com vista a uma renovação de toda a diocese acabariam por ficar esquecidas e a sua obra ser distorcida.

Através das suas cartas e outros escritos pastorais, o bispo revelava-se conhecedor dos males do seu tempo, observador atento da sociedade e neles exprime preocupações, define objectivos e soluções. Mas, dar as soluções não bastava; era necessário que o bispo estivesse presente e desta forma sensibilizasse para as coisas de Cristo, não só os párocos mas toda a população. Por outro lado, a forte militância anticlerical que grassava pela região, reconhecendo embora a importância da religião, não poupava críticas severas à actuação de alguns sacerdotes e do bispo, criticando as ausências e acusando-o de pouco zelo.

Deste abandono dissimulado através de breves visitas ao longo do ano, para orientação do clero, publicação e divulgação através das paróquias do conteúdo das suas pastorais, saíram algumas polémicas. As principais foram relacionadas com o seminário diocesano e a forma como estava a ser administrado. Problemas estes que se arrastaram ao longo da sua prelatura e que apenas terminaram com o encerramento do seminário em 1910.

Além das muitas cartas pastorais que nos deixou, escreveu e publicou vários livros relacionados com o direito e outras áreas do saber, dos quais destacamos o *Compendium Juris Canonici Seminariorum Lusitaniae Studiis adcomodatam* publicado em 1876, em 1889 e em 1901, que era livro de direito adoptado pelos seminários.

Através da sua acção persistente e, apesar das críticas normalmente destrutivas ou apresentadas de forma caricata que eram feitas à sua

⁹⁴ José Mendes LIMA, *O Senhor Bispo de Beja e um ex-professor do seu seminário*, Beja, 1895, p. 11.

prelatura e à Igreja em geral, o bispo Sousa Monteiro conseguiu mudar alguns hábitos nas populações e deu o seu contributo para que essas populações, ao conhecerem o desenvolvimento material, sentissem um certo conforto humano e espiritual cristão.

No dia 1 de Junho de 1906⁹⁵, pelas nove horas da noite, no Paço Episcopal, freguesia do Salvador, em Beja, D. António Xavier de Sousa Monteiro, bispo de Beja⁹⁶, falecia com 76 anos, vítima de uma pneumonia. Deixava em testamento 200\$000 réis para o hospital civil e 100\$000 réis para os pobres das quatro freguesias da cidade. No seu enterro as honras foram feitas pelo Regimento de Infantaria 17 de Beja e, segundo o jornal que noticia a sua morte «*havia pouca representação particular e oficial. No entanto o número de curiosos, naturalmente por ser domingo, foi grande*»⁹⁷.

2.2. A sua entrada na diocese: um projecto de evangelização

Ao entrar na diocese de Beja, o novo bispo estava consciente das dificuldades que iria encontrar e do estado em que esta se encontrava. A 25 de Novembro de 1883, na sua sagração apresentava a sua primeira e mais importante carta pastoral dirigida à diocese. Esta carta pode ser dividida em cinco partes, embora os assuntos tratados ao longo do texto se apresentem interligados. Apesar de distintos, manifestam a tentativa de os abordar numa perspectiva integrada que visa a *harmonia* — palavra que o bispo pretende deixar no ouvido de todos quantos o escutam; talvez mesmo, um conceito que resumia a sua concepção da função episcopal.

Alcançou a eleição para bispo, o topo de uma carreira eclesiástica, numa altura de mudança e reestruturação. Para isso contribuiu certamente a sua atitude dialogante, situando-se na linha defendida pelo papa Leão XIII, a da moderação e procura do diálogo com os di-

⁹⁵ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 504; e o JNJ, 2 de Junho e 6 de Junho de 1906. No entanto, consultando: A) O DHCBBHNA, *idem*, refere a sua morte a 16 de Junho de 1906; B) Na CRCB, no livro de óbitos de 1906, assento nº 18, consta que faleceu a 1 de Julho de 1906, às oito e meia da noite; C) A GEPB, refere o seu falecimento a 1 de Julho de 1906. Perante as informações apresentadas seguimos a data de 1 de Junho de 1906 por ser a mais indicada nas referências biográficas da imprensa da época.

⁹⁶ CRCB, Óbitos: Livro do ano de 1906, assento nº 18.

⁹⁷ JNJ, 6 de Junho de 1906.

versos sectores da sociedade, em ordem à construção da sociedade. É na interrelação entre o poder espiritual e o poder temporal que o diálogo fomentará o desenvolvimento, como nos dá a entender o bispo Sousa Monteiro unindo-se à voz do papa Leão XIII, citando a sua resposta de 30 de Outubro de 1880 à alocução que lhe dirigiu uma deputação dos católicos belgas: «*Porque, se a Igreja deixa a seus filhos toda a liberdade de acção nos negócios de ordem temporal e puramente política, contando que esta acção seja regulada pelos princípios da justiça e da moral cristã: quer ela que ouçam com docilidade a voz dos bispos em tudo o que importa aos interesses da Fé e da Religião e à salvação das almas*»⁹⁸.

O bispo considera que ao Estado é necessária a existência da religião, e que a Igreja não deve ser alheada das questões que se prendem com os valores defendidos pela sociedade em construção. Constatase assim o reconhecimento da liberdade da intervenção dos católicos na sociedade como expressão da missão da Igreja, tendo presente a subordinação à autoridade eclesiástica. A sociedade só poderá evoluir tendo em vista um desenvolvimento integrado e isso não é possível se não for também afirmado o valor religioso e, conseqüentemente, a participação da Igreja na vida da sociedade.

A afirmação do religioso passa por uma maior aceitação da figura de Cristo e maior identificação com o Cristo missionário. E a Igreja é mais do que identificação, ela é a expressão desse Cristo missionário: é na instituição Igreja que Cristo tem o seu instrumento próprio.

Estas questões passam pela política, nomeadamente na forma de «*instrumentalização política da religião e da questão religiosa*»⁹⁹, e no debate envolvente acerca da criação de um partido católico para uma conseqüente intervenção directa no parlamento.

Abordando este facto na introdução da sua primeira pastoral, o bispo Sousa Monteiro adverte os sacerdotes a não se envolverem em questões políticas: «*na verdade é grande a malícia e poder dos nossos inimigos espirituais, que de contínuo combatem a religião e tentam perder as almas: e são também e contínuas as dificuldades com que pretendem tolher a elevada e benéfica influência dos ministros da*

⁹⁸ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral ao clero e fiéis por ocasião da entrada na sua diocese*, p. 9.

⁹⁹ Manuel Braga da CRUZ, *Op. cit.*, p. 99.

*Igreja»*¹⁰⁰. A política não é missão específica do sacerdote. A sua posição é justificada na referência que faz às cartas do papa Leão XIII ao clero italiano e ao clero espanhol em 1882 e 1883, respectivamente. Ou seja, antes de idêntica carta aos bispos portugueses, em 1886.

Assim, o bispo Sousa Monteiro referênciava um conjunto de problemas que, envolvendo a diocese, são a amostragem de uma situação que envolve os meios culturais, políticos e religiosos não só no país mas em todo o mundo católico. As últimas décadas do século XIX permitiram o amadurecimento do pensamento que desligou a questão religiosa da questão política e abandona a afirmação da supremacia do poder da Igreja.

A Igreja em Portugal dá sinais de compreender publicamente essa mudança na sociedade a partir da realização dos Congressos Católicos do Porto (1889) e de Braga (1891), nos quais se definiriam as linhas de intervenção dos católicos na sociedade, abrangendo a cultura, a ciência, a política e as questões sociais, não esquecendo a questão religiosa. O protestantismo estava a eclodir no país (apesar de não se fazer sentir no Alentejo) e mais um desafio era colocado à Igreja católica que até aí tinha praticamente um papel exclusivo no debate religioso.

a) A missão do bispo

Analisando mais de perto a carta pastoral da sua entrada na diocese, observamos quais as preocupações que o bispo tem e as acções propostas para a sua organização e evangelização. Numa primeira parte, o bispo Sousa Monteiro, além de demonstrar os seus receios de falhar na sua missão à frente de uma Igreja onde a indiferença religiosa e a negação do religioso vivem aliados às ideias que combatem a religião, manifesta o seu entendimento acerca do seu chamamento numa analogia com a missão de Moisés: missão de salvar a diocese do caos¹⁰¹.

Nos tempos que se vivem, é exigido aos bispos santidade, zelo, ciência, caridade, prudência e paciência¹⁰², de modo a que possam fa-

¹⁰⁰ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral ao clero e fiéis por ocasião da entrada na sua diocese*, p. 7.

¹⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 6.

¹⁰² Cf. *Ibidem*, p. 7.

zer frente e superar as dificuldades que a sua acção espiritual tem pela frente. O bispo considera que a religião é combatida por diversos males da sociedade, e enuncia-os com toda a frontalidade; é um combate «com a indiferença religiosa, com os desvios da razão, com o esquecimento das leis da Igreja, com o apego exclusivo aos bens terrenos»¹⁰³.

A Igreja também é chamada a assumir a sua responsabilidade. Os prelados anteriores ao bispo Sousa Monteiro, descuidando-se com a evolução espiritual da diocese, não tomaram medidas sobre o governo da diocese que levassem a uma acção pastoral eficaz, no sentido de que as novas ideias à sua chegada encontrassem resposta por parte da população. A novidade, as ideias de uma maior justiça e liberdade protagonizadas pelo liberalismo entraram pelo deserto existente na alma da diocese e preencheram-no de esperança. A religião é considerada de caduca e causa da pobreza social, preocupando-se mais com o exterior do que com o interior do homem.

Beja tivera o terreno propício a que esta realidade se desenvolvesse principalmente entre o povo que, na sua precariedade de vida e, também, perante o alheamento às questões sociais a que estavam votados por parte de um vasto sector da Igreja, se afastara da religião católica.

O bispo Sousa Monteiro, realçando o carácter do povo alentejano — «*franco e generoso, um espírito tão sólido e recto, um coração tão bom e amável*»¹⁰⁴ — preconiza a concórdia e a reconciliação entre todos os sectores sociais. Nesta tentativa de apaziguamento social há um apelo ao reconhecimento do papel do papa, dos bispos, dos sacerdotes em que é valorizada a união com a Igreja institucionalizada, tendo como modelo Cristo: «*Pois se Nosso Senhor Nos fez tamanha mercê, que determinou lhe sucedêssemos no ofício, sendo indigníssimo dele, forçoso Nos é aceitá-lo com as mesmas condições; toda a herança, manda a lei, que passe com os seus encargos*»¹⁰⁵.

Além dos receios perante o indiferentismo religioso e o anticlericalismo que levam o homem a esquecer as leis da Igreja, o bispo sente que para realizar a tarefa de levantar uma diocese e organizá-la, era imprescindível a cooperação das forças políticas e autoridades actuaes na diocese.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 10.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 9.

Esta questão é habilmente colocada. O bispo ao afirmar a total disponibilidade da Igreja e a sua defesa pelos princípios da liberdade, fundamento do cristianismo, remata que essa mesma liberdade não se pode traduzir em desordem. Pois, a liberdade que o cristão transporta consigo é, na sua relação com a ordem temporal, neste caso a política, para «reconhecer a sua autoridade [...] e respeitá-la»¹⁰⁶. Ou seja, para o cristão, a liberdade de acção abordada deverá exercer-se numa atenção redobrada aos princípios da justiça, e da salvaguarda da moral cristã. A intervenção do cristão na sociedade visará preservar essa matriz cristã.

b) A relação da Igreja com a sociedade

Numa segunda parte da sua carta, o bispo apela à reconciliação, à conversão daqueles que se alhearam da religião e seguiram desenfreadamente a corrente do século. É necessário construir o futuro e «*este não há-de ser feito com recriminações estérteis, com ilusões obstinadas, com inércia e desleixo fatais, com divisões entre aqueles que para bem da Igreja e da sociedade devem estar unidos; mas sim pelo conhecimento exacto dos homens e dos factos, dos meios e dos perigos, e pela união, generosidade e sacrifício*»¹⁰⁷. A Igreja sentia as dificuldades que lhe advinham da sua perda de controlo sobre uma parcela significativa da sociedade e apela a que o homem deixe falar o seu coração no deserto que as novas ideias criaram no mundo e na mentalidade dos seus habitantes.

É a Igreja que fala, não só devido às afrontas de alguns sectores da sociedade, mas também ferida pelas lutas que, no seu interior, são travadas. A Igreja, com uma nova linguagem, tenta recuperar o apoio popular perdido há algum tempo em favor das ideias liberais, em que o sabor republicano se vai fazendo sentir. Acima de tudo está o bem do povo, e esse bem passa pela Igreja e pelo Estado. O bispo Sousa Monteiro, seguindo de perto o pensamento do papa Leão XIII, está convicto de que «*para se ser útil a um, não é necessário ser inimigo do outro; e que maltratar e ofender o Esta-*

¹⁰⁶ Manuel Braga da CRUZ, *Op. cit.*, p. 113.

¹⁰⁷ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral ao clero e fiéis por ocasião da entrada na sua diocese*, p. 11-12.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 12.

*do em nome do catolicismo é provocar a separação e prejudicar a Igreja»*¹⁰⁸.

Perante as circunstâncias do século, há como que um prenúncio de derrota da Igreja. Mas esse sinal não é mais do que a necessária transformação da sociedade pela Igreja. Para o bispo Sousa Monteiro, sob a acção de Deus tudo se transforma. E os factos do século são vistos como uma expressão da vontade de Deus: Deus exige que haja dinamismo e mudanças, pois «*é claríssimo que sonhar imobilidades é sonhar o impossível*»¹⁰⁹.

A sociedade está em permanente mudança e aproxima-se gradualmente dos desígnios de Deus; é preciso estar consciente de que «*a humanidade não é feita para se vasar sempre no mesmo molde e conservar o mesmo feitio*»¹¹⁰, refere o bispo Sousa Monteiro para, de seguida, desenvolver o seu pensamento sobre o modo de melhor se desenvolverem as relações Igreja-Sociedade.

A Igreja tem a função de conduzir a Deus todos os homens. Conduzi-los, guiá-los e ajudá-los «*a conseguir o seu fim no meio das transformações sociais*»¹¹¹. Enquanto que os princípios e fundamentos dogmáticos da fé cristã são imutáveis, as relações e diálogo da Igreja com a sociedade mudam. A sociedade tem características próprias, a ela é-lhe inerente uma mobilidade e mudança constante: «*como os costumes e as circunstâncias dos diversos povos: e daí resultam necessariamente relações, diferentes segundo o génio e capacidade dos povos e dos séculos, e que tanto tem influído nas leis disciplinares da Igreja*»¹¹².

Na sequência desta abordagem acerca das relações Igreja-Sociedade, o bispo lança um apelo à isenção dos ministros sagrados no que diz respeito às suas tendências políticas: «*O padre, e principalmente o bispo, não tem a fazer preferência nem de pessoas nem de formas de governo; ministros dum Senhor adorável, devem como o Apóstolo das gentes, ser tudo para todos. A caridade não tem cor política, nem conhece partido*»¹¹³.

Com esta posição torna-se mais clara qual a linha de rumo que conduziria o bispo Sousa Monteiro na busca do diálogo com a socieda-

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 15.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² *Ibidem*, p. 16.

¹¹³ *Ibidem*.

de. Esse diálogo tem como finalidade gerar a união no seio da Igreja: unidade à voz do bispo e do pastor universal da Igreja; uma unidade que procura realçar e sublinhar no papel crescente das associações católicas que leigos e sacerdotes empreenderam na segunda metade do século XIX. Esta visão do bispo, que chegou a Beja vindo de Coimbra, aproxima-nos da figura de um outro prelado, D. Manuel Correia de Bastos Pina. Foi ele que em Beja sagrou o novo bispo Sousa Monteiro.

D. Manuel Correia de Bastos Pina ¹¹⁴, exerceu o governo da diocese de Coimbra entre 1872 e 1913 e teve importante papel nas relações entre grupos católicos e no diálogo com o poder político e civil. Daí, que a colocação na diocese do novo bispo tenha uma íntima ligação e raízes na evolução verificada no seio da Igreja em Portugal nesta segunda metade do século XIX.

A responsabilidade de reorganização da diocese caiu sobre uma pessoa que não tendo grandes aplausos públicos derivados dos seus feitos e empreendimentos, tinha até aí elaborado um trabalho de bastidores muito importante. O bispo Sousa Monteiro tem, com a sua eleição para bispo, o corolário dos esforços que até aí exerceu no seio do mundo católico. Sendo uma figura de confiança e muito próxima do bispo de Coimbra, que na altura buscava determinado protagonismo na liderança do movimento católico, não nos poderá espantar que, de Coimbra, viesse o bispo de Beja ¹¹⁵.

Sendo Beja uma das dioceses onde o anticlericalismo pululava com maior vigor, impunha-se um bispo que não estando envolvido nos negócios da diocese, fosse de uma fortaleza de princípios e inspirasse firmeza e tranquilidade para o bom prosseguimento da renovação da Igreja. Daí, os planos de uma pastoral renovada, o factor predominante na missão evangelizadora que o bispo Sousa Monteiro anuncia e se encarrega de vir exercer nestas terras que têm a «*fé mais adormecida do que apagada*» ¹¹⁶.

¹¹⁴ Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 521-525.

¹¹⁵ Segundo A. Brito CARDOSO, O bispo Bastos Pina «*sabia cultivar as amizades e recebia com gentileza e fidalguia. Por ocasião dos grandes acontecimentos religiosos e nacionais reunia no Paço Episcopal os grandes vultos da política, da ciência e da religião*», in *Figuras da Igreja na diocese de Coimbra. D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1987, p. 30.

¹¹⁶ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral ao clero e fiéis por ocasião da entrada na sua diocese*, p. 10.

c) A harmonia entre a Igreja e o Estado como factor de prosperidade da diocese

A terceira parte da carta pastoral procura abordar a necessidade de que todas as forças vivas de Beja concorram para a unidade. Evoca a ajuda de todos como factor essencial para promover a prosperidade da diocese e da sociedade. As boas relações entre o Estado e a Igreja são uma meta a atingir. Não é digno do catolicismo colocar problemas ao Estado, até porque a Igreja precisa do Estado. A Igreja lutava pela sua liberdade e por uma maior autonomia, mas essa liberdade deve ser conquistada na base do diálogo, de forma a não prejudicar as relações da Igreja com o Estado, ao qual também é útil ter o catolicismo como religião oficial. É neste sentido que o bispo Sousa Monteiro vem, publicamente, apelar à unidade de todos: *«bem alto o dizemos: é mister pôr acima de tudo o bem da Igreja e do Estado, e ter como dever imprescritível o conservar a paz, a união e harmonia entre eles, e nunca separar um do outro»*¹¹⁷.

Para o bispo Sousa Monteiro, torna-se imperativo que as hostilidades quer da Igreja quer do Estado cessem no seio da sociedade. Ambos, Estado e Igreja, precisam de viver um com o outro. O bispo ousa ir ainda mais longe e levanta a questão social: se o Estado desconhecer os seus deveres para com a Igreja, o que será do país? Refere-se à acção socio-caritativa desenvolvida pelas paróquias e associações católicas. Neste mesmo tom, interroga a Igreja, questiona aqueles que sendo da Igreja se levantam contra o Estado. Pede-lhes que façam uma apurada reflexão acerca *«da sorte de tantas fundações católicas e de tantas ruínas que presenciamos, como viriam a salvar-se, se o Estado chegasse a ter a Igreja como hostil em princípio, e de partido asente contra as instituições que nos regem?... Há portanto a proteger interesses legítimos de ordem elevadíssima; e o não ter em conta os homens e os tempos é comprometê-los irremissivelmente»*¹¹⁸.

A voz e o peso do papa Leão XIII faz-se sentir nesta posição que o bispo de Beja assume quando se refere às questões relacionadas com o diálogo Igreja-política. Tomando na sua palavra a carta do Papa ao Cardeal Arcebispo de Paris, datada de 22 de Outubro de 1880, diz que *«a Igreja Católica não condena nem reprova nenhuma forma de*

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 12.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 13.

*governo, e as instituições estabelecidas pela Igreja para bem geral podem prosperar, quer a causa pública seja regida pelo poder e justiça de um só, quer pelo de muitos. [...] Ofender os direitos de soberania, de quem quer que eles enfim sejam, não é sua vontade, nem o pode ser»*¹¹⁹. Mas, se a Igreja não deve hostilizar nenhuma forma de governo, por outro lado, a Igreja «*não pode aprovar o que houver de injusto na constituição e administração do Estado*»¹²⁰. Ou seja, a Igreja não condena nenhuma forma de governo desde que os princípios cristãos sejam salvaguardados.

Esta visão dos acontecimentos não é alheia ao seu conhecimento de que no liberalismo também há vozes cristãs. O bispo tem consciência de que a cultura está a mudar; enquanto antes havia o predomínio de uma cultura, agora há diversas propostas na sociedade. E, é precisamente para essa complexidade social, política e religiosa que a sociedade começa a viver que a Igreja se deve preparar. Encontra-se assim, nesta carta pastoral, clara influência do pensamento e do que já se vivia pela Europa.

Esta visão da sociedade e do mundo, em geral, vem de um homem que profundamente ligado ao meio cultural e universitário de Coimbra, local privilegiado por onde entravam correntes, se cruzavam e debatiam linhas de pensamento vindas de toda a Europa. A tendência é para demarcar a função e autoridade da Igreja, incentivando a existência de uma convergência entre o poder político e o poder religioso naquilo que ambos têm de comum, pelas questões que se levantam no seio da sociedade e da cultura. No entanto, é necessário à Igreja ter sempre presente que a sua missão é apenas o ensino e a prática da verdade cristã, ao mesmo tempo que deve reivindicar a sua liberdade de acção.

d) A formação e o testemunho cristãos para a salvação da sociedade

O bispo Sousa Monteiro muda ligeiramente de tom quando entramos na que consideramos ser a quarta parte da primeira carta à diocese. Os problemas focados são mais específicos; aqui o bispo não trata dos seus projectos, aspirações ou receios na globalidade. Vai ao en-

¹¹⁹ *Ibidem.*

¹²⁰ *Ibidem.* p. 14, citando ainda o papa Leão XIII na carta enviada ao Cardeal Arcebispo de Paris, datada de 22 de Outubro de 1880.

contro de todos os presentes, advertindo-os pessoalmente de qual a sua missão e o que deles espera para que a diocese se organize e possa adquirir o tão desejado desenvolvimento material e espiritual.

Determinado a despertar a fé que o povo alentejano deixou adormecer, lança um olhar ao futuro espiritual de uma das maiores dioceses do país e desafia os professores do curso de ciências eclesásticas a uma profunda aplicação na sua tarefa. Pede-lhes maior dedicação e empenho: «*velai pelos grandes interesses que vos estão confiados: deles depende o futuro da fé. Penetrai-vos da suma importância de vossos deveres; e, bem persuadidos de que a Igreja espera dos mancebos confiados ao vosso ensino ministros dignos do santuário, ministros que sejam a luz do mundo e o sal da terra, dedicai-vos inteiramente a dar-lhes uma instrução religiosa e civil tal como a exige o nosso tempo, firme e bem radicada nos princípios da fé e da moral cristã*»¹²¹.

Esta dedicação e empenho só tem o resultado desejado se, da parte dos *seminaristas*, houver a vontade para enfrentar os desafios do mundo. O bispo deixa o alerta aos estudantes de ciências eclesásticas, no sentido de que estes tenham sempre presente que a ciência e a piedade devem sempre caminhar juntas¹²². Fundamenta, deste modo, as suas afirmações baseando-se na alocução do papa Leão XIII, a 20 de Julho de 1880, aos alunos do Seminário do Vaticano: «*em vós se deve encontrar sempre unida a prática das virtudes cristãs com o amor das letras e ciências*».

Professores e alunos têm a cultura a passar-lhes nas mãos. A eles se deve uma atenção especial e firme aos princípios cristãos. Daí, implica que por eles, seja dado um bom testemunho de dedicação, caridade, piedade e outras virtudes cristãs, que são necessárias preservar, para que na sociedade individual que se começa a viver se afirmem os valores cristãos. Ao incitar, professores e alunos, ao estudo das ciências, artes e letras, procura que estes sejam os protagonistas e façam eco do tão desejado diálogo religião-cultura-ciência, que se exige a partir do último quartel do século XIX. Nesta linha de pensamento manifesta outra das suas preocupações pastorais e que se vai prender com a precária formação do clero.

¹²¹ *Ibidem*, p. 17.

¹²² Cf. *Ibidem*.

Aos párocos, pede directamente a sua colaboração e testemunho pelo exercício da caridade, da prudência, da moderação e do cultivo das virtudes. O sacerdote tem de ser visível na sociedade através do seu exemplo; por isso, tem de cuidar da sua imagem de forma a não perder o respeito do povo e assim contribuir com a sua missão para a cura das almas.

É em Jesus Cristo e pela Igreja que a sociedade pode obter a renovação moral e a sua salvação. Tomando de novo palavras do papa Leão XIII, quando este se dirigia ao clero italiano no dia 26 de Setembro de 1883, deixa bem claro aos seus sacerdotes de que é a eles «*que pertence ser os instrumentos mais activos desta renovação e desta salvação social*»¹²³.

A conquista da sociedade para Cristo, partindo da sua renovação moral, só se poderá efectuar quando o padre «*cumprir*» a sua «*elevada missão*»¹²⁴. Mas a realidade da diocese é bem diferente: o bispo sabia que alguns padres haviam enveredado pelos caminhos da acção política. Por isso, adverte-os dos perigos que a militância política poderá trazer para a Igreja: «*Não vos entregueis [...] às rivalidades dos partidos políticos, de modo que pareçais cuidar antes das coisas humanas do que das divinas; 'isto não é conforme ao vosso ministério', e faz-vos perder o respeito do povo, tão necessário para o cumprimento da vossa elevada missão. E na verdade murmura-se geralmente dos eclesiásticos que são havidos como influentes nas dinastias e nos governos; e não se olha com bons olhos para os párocos que se lançam na arena política, e trabalham nas eleições, ou disputam cadeiras no parlamento*»¹²⁵.

O sacerdote deve manter-se isento da política, deve ser um modelo de Cristo para os fiéis. O contributo do sacerdote para a prosperidade do país não passa pelos discursos no parlamento mas por uma boa preparação e utilização dos púlpitos. O bispo procura, que os sacerdotes anunciem e pratiquem a mensagem de Jesus — «*dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*» (Mat 22, 18-21) — numa entrega total ao povo que lhe foi confiado, ensinando-o e instruindo-o acerca da religião e da doutrina.

¹²³ *Ibidem*, p. 19.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 19-20.

Neste caminhar específico de preocupações e projectos para a diocese, o bispo Sousa Monteiro dirige-se às autoridades civis e militares da província. Às autoridades civis pede auxílio e deseja estabelecer o diálogo para a cooperação e a harmonia mútua. O bem e o desenvolvimento da região e do país são o elo de ligação para o empreendimento da unidade necessária.

O bispo salienta que, apesar das diferenças e da finalidade da acção das autoridades civis, em ambos, há algo em comum: «*Somos feitos para nos entendermos, temos aspirações idênticas: [...] restabelecer a perfeita ordem e a perfeita união [...] e desenvolver-se os legítimos interesses da pátria*»¹²⁶. A habilidade deste bispo é exercida com uma sagesa extraordinária; não aprofunda nenhuma questão que provoque novas divisões — política, social, cultural ou religiosa —, apenas salientando os pontos em comum.

Em relação às forças militares a sua preocupação vai no sentido de que haja tranquilidade no seu meio, conseguida desde que haja obediência e humildade. A disciplina é elogiada; ela é sinal de confiança e valoriza o homem. Mas, além disso, os militares não podem esquecer a palavra espiritual e a direcção moral e religiosa que o capelão lhes dirige. É de grande importância escutá-lo e seguir «*com docilidade*»¹²⁷ os seus ensinamentos.

A presença e influência do clero secular, como se tem destacado, deve sair reforçada em relação a qualquer outra religiosidade de cariz popular. Para a execução de cada passo tendente à reorganização, reestruturação e evangelização que se propõe fazer na diocese, o bispo salienta sempre que essa renovação só é possível com uma maior presença da Igreja. A Igreja marcará presença e exercerá a sua missão junto dos homens através de uma bem estruturada direcção moral e espiritual. Ela é a porta pela qual todos os cristãos são chamados, acompanhados e orientados a seguir os caminhos da fé.

Esta questão, referida levemente pelo bispo, é tida como de extrema importância para a Igreja. Para o bispo Sousa Monteiro, a direcção espiritual implica criar um elo com o sacerdote, e esse elo de ligação passa necessariamente pela confissão auricular.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 21.

¹²⁷ *Ibidem*.

e) A questão social e a pobreza

A última parte da sua carta visa a principal questão que envolve humanamente o povo do Alentejo no final do século XIX: a chamada questão social e a pobreza. Esta questão é factor de preocupação do bispo, tanto mais que se arrasta ao longo do tempo. Perante este facto apela ao trabalho e incita os mais pobres a não cobiçar a fortuna dos ricos proprietários. Procura, em seguida, dar uma resposta cristã acerca da existência da riqueza, da propriedade e da partilha que se deve estabelecer entre todos os homens ¹²⁸. Para o bispo Sousa Monteiro existem três linhas fundamentais para que se possa falar cristãmente deste assunto: trabalhar e poupar; divisão da fortuna; felicidade e riqueza. São questões abordadas frontal e abertamente.

Para o bispo «o trabalho é o fundamento da riqueza, e esta o produto do trabalho poupado, posto de parte e acumulado» ¹²⁹. A existência de ricos não pode ser mal entendida, pois os ricos trabalham na administração dos seus bens e dão trabalho aos mais pobres. Desse modo, o rico pode partilhar, justamente, a sua riqueza através dos ordenados e salários distribuídos ¹³⁰.

¹²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 23. Sobre este assunto o escritor J. V. Fialho de ALMEIDA, *O país das Uvas*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 16-17 relata a vida no Alentejo: «[...] Estes conclaves são magníficos de carácter e cor local. Salários, negócios, estatística de colheitas e poucas vergonhas, bofetadas, roubos de palha, cancãs de rua, tudo ali vai cancelar a sua bagagem, pagar imposto aduaneiro aos farricocos da moralidade e tirar folha corrida para poder seguir através do mau hálito das bocas maldizentes. Todas as classes tem na vila o seu predilecto lugar de assembleia. Ao começar de manhã, a classe serva anda nos campos lidando. Os ricos dormem ainda nas suas casas. É o propiatairo que então reina, como desputa do burgo, gozando o ripanço dum mariola pela rua central da povoação. Lentamente depois de morto o bicho cada madraço vem-se arrastando de casa como pode [...]. As grandes extensões de território, no Alentejo, pertencem a dez ou doze nababos que vivem nos grandes centros, indiferentes ao cultivo e empenhados somente em perceber num prazo fixo o dinheiro das rendas, para sustentação das suas prodigalidades e magnificências. [...] Sob um tal regime, fazer fortuna é coisa difícil. Há pobres diabos a trabalhar quarenta e cinquenta anos, vestindo saragoça, comendo chicharros, privando-se enfim, poa amor do lucro, do estritamente necessário à existência, e que ao fim de velho e cansados mal puderam juntar em vinhas podres e casebres de telha vã o capital de meia dúzia de contos».

¹²⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹³⁰ Cf. *Ibidem*, p. 24.

Os ricos são fonte de existência de capital, «quando não houver ricos, não há capital»¹³¹. E adverte o povo para que não viva iludido «com discursos falazes daqueles que vos pretendem persuadir que a divisão da fortuna dos ricos entre o povo melhoraria a sorte deste»¹³². Pelo contrário, a não existência de ricos contribuiria para piorar a vida do povo.

A melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da agricultura, da indústria, do comércio e das vias de comunicação passam pelo aumento da riqueza pública. Por isso, justifica que é necessário haver mais ricos e que exijam mais comodidades, melhorando assim as comodidades dos mais pobres¹³³.

Por outro lado, adverte que para se ser feliz não é necessário ser rico: a felicidade consiste na alegria de coração¹³⁴ e essa alegria verdadeira só se pode obter através da religião e do encontro com Deus no íntimo de cada pessoa.

O pobre não pode ser mais enganado e iludido pelas doutrinas socialistas, consideradas dissolventes da sociedade. Não é possível acabar com a pobreza sem nada fazer, apenas cobiçando o que pertence aos ricos. O bispo apela a que todos sejam «independentes pelo trabalho, pela providência e pela economia»¹³⁵.

A sua posição sobre o nascente movimento socialista é muito clara: o movimento socialista não é a solução para a sociedade e só lançará mais pobreza; defende, deste modo, a existência do capital e a justiça distributiva, através do justo salário como forma de desenvolvimento e bem público.

Na questão social o bispo vê o terreno frutífero onde a religião e o laicado católico se vão afirmar. Estamos perante o embrião de um problema que mais tarde se traduzirá em três formas possíveis de encarar a sociedade: liberalismo, socialismo e democracia cristã.

Com este programa geral, o bispo Sousa Monteiro procurou exercer o governo da diocese, sempre na tentativa de dar o seu melhor para o desenvolvimento social, através da educação dos hábitos e dos ensinamentos da Igreja. Consciente dos problemas de evangelização

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Cf. *Ibidem*.

¹³⁴ Cf. *Ibidem*, p. 24.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 25.

presentes ao Alentejo, tem a noção das dificuldades que as populações sentiam devido à sua deficiente instrução. O problema cultural, religioso e político na diocese já se arrastava há muito. Por isso mesmo, era necessário pensar, elaborar e executar um projecto de evangelização na diocese.

Em Beja, a organização do Seminário foi a sua grande medida pastoral, nessa tentativa de organizar e evangelizar a diocese. Era o espaço em que os futuros sacerdotes, ao serem devidamente preparados, poderiam acompanhar de perto, e em ligação com o bispo, a sua acção e ensinamentos pastorais.

3. A intervenção e acção pastoral na sociedade alentejana do final do século XIX

A intervenção do bispo Sousa Monteiro ao longo dos cerca de vinte e três anos que governou a diocese manifestou-se, sobretudo, através das cartas pastorais. Seguindo uma forma corrente em toda a Igreja, ao longo do ano ou na Quaresma, o bispo dirigia-se à diocese, aos seus fiéis e fazia-se ouvir nas missas, através da leitura das suas pastorais. Nelas chama à atenção dos seus fiéis para os factos que mais o perturbam, expõe-os, dá-lhes a importância que pensa merecerem, debate-os e medita-os juntamente com os problemas que atormentam a realidade da sociedade.

As cartas pastorais são uma forma de expressar a normatividade e o papel do bispo na diocese e, deste modo, acentuar o vínculo da unidade requerida para com o seu clero e fiéis.

Nos primeiros três anos da sua prelatura, o bispo Sousa Monteiro publicou vinte e oito documentos pastorais (cartas, provisões e circulares), procurando exercer a sua autoridade e esforço de *normalização* da vida espiritual e religiosa da diocese. Apercebemo-nos de que a sua inquietação e intervenção se articulou segundo dois vectores principais: a educação e instrução religiosa do povo; e a formação do clero.

Procuraremos abordar as diversas temáticas que, sendo preocupações do bispo, também estão presentes em toda a sociedade, de uma forma geral: *a educação dos fiéis e a instrução religiosa; a necessidade da catequese e a santificação do domingo; o reforço da prática sacramental, oração-devoção e piedade; o papel do cristão na assistência e a caridade cristã; a necessidade da religião perante a indife-*

rença religiosa; a questão social e a sua articulação com a renovação moral. Por outro lado, procuraremos equacionar a problemática da *formação do clero: a disciplina para a perfeição sacerdotal; a inserção e relação do sacerdote com os seus fregueses e a sociedade; bem como a necessária renovação sacerdotal.*

3.1. A educação, a instrução religiosa e a problemática social

O indiferentismo religioso de parte significativa da população, é um fenómeno que levou o bispo Sousa Monteiro a confrontar-se com o enfraquecimento e a restrita influência da religião¹³⁶. Consciente desse problema, levanta a questão e aponta a necessidade de dar educação cristã, instruir o povo nas coisas de Deus, da religião e da Igreja.

Mas, será que só agora este povo revela indícios de uma crescente descristianização? Sabemos que o seu antecessor, o cónego Boavida, havia tocado no problema mas olhava-o com outros olhos. Para o cónego Boavida era uma questão de combate às ideias novas e à política que minava o interior do coração dos homens. Para o bispo Sousa Monteiro o diagnóstico era diferente e era necessário inovar no método pastoral: estabelecer o diálogo, de modo a que todos concorressem para o progresso do mundo e permitissem a salvação dos homens.

Na regressão da prática religiosa que o bispo aponta, podemos ver uma descristianização que, associada à crescente onda de secularização praticada, quer por governos com uma linha anticlerical, quer por uma legislação anti-religiosa, contribuía para o afastamento da população e dos costumes religiosos. Na religiosidade de um povo não se pode confundir entre o que é religiosidade, entendida como uma inclinação para os valores de uma religião, com o que é a prática da religião. É essa distinção que o bispo Sousa Monteiro procura salientar na abordagem que faz acerca da necessidade de dar mais educação e instrução religiosa ao povo.

Vê a necessidade de formar as consciências do povo, que vive uma religiosidade de cariz popular, sobretudo a devoção ao Santíssimo Sacramento, expressa na procissão e festa do Corpo de Deus — a mais importante festa religiosa da cidade de Beja, só equiparável às festividades da Semana Santa (o espectáculo da religião, da sociedade e da Igreja) — e um misto de amor e devoção à Mãe de Jesus Cristo, mani-

¹³⁶ Cf. A. X. S. MONTEIRO, *Carta sobre o indiferentismo religioso*, p. 160.

festado nas peregrinações aos vários santuários marianos que rodeiam toda a diocese.

As invocações marianas lembram uma fé, uma espiritualidade e uma devoção que nos conduzem aos locais relacionados com uma anterior experiência religiosa muito próxima das ordens religiosas que aí missionavam até algumas décadas atrás. Tomemos, como exemplo, alguns dos mais concorridos santuários: Imaculada Conceição, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora da Rocha, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora das Salvas, Nossa Senhora da Cola, Nossa Senhora de Ara Coeli, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora das Graças ¹³⁷.

Ao verificarmos que o elemento religioso estava presente no povo e, de certo modo, contribuiu para a sua formação, coloca-se uma outra questão: aonde nasceu o crescente sentimento anticlerical, a tradição de não participar ou simplesmente se omitir de tudo o que tenha a ver com a prática religiosa? Voltemo-nos para o passado recente desta diocese e vejamos o acidentado percurso dos sucessores de D. Manuel do Cenáculo, defensor da presença das ordens religiosas no território alentejano ¹³⁸.

A descristianização de uma população não se pode explicar por uma só causa. É muito claro, e mais simples, apontar apenas a crescente onda de anticlericalismo no Alentejo, fundamentá-la no factor da laicização progressiva das instituições e na luta que se travou ao longo de décadas entre a Igreja e o Estado. E o factor religioso? Qual era o seu estado, qual era o papel da Igreja, que consciência cristã restava no colectivo popular? Que imagem lhe dava o clero e como é que este se identificava com a Igreja?

O bispo Sousa Monteiro não estava alheio desta problemática. A sua visão cultural e social alertava-o para a necessidade de compreender a indiferença que o Alentejo vivia perante a religião. Essa indiferença não se baseava na negação da religião, ela enraizava-se na falta de uma catequização e formação cristã de longa data; é aí que o movimento anticlerical encontrava terreno fértil.

Não querendo continuar uma acção pastoral de acordo com o modelo anterior (cónego Boavida), o bispo Sousa Monteiro procurou

¹³⁷ Cf. J. Gonçalves SERPA, *Enciclopédia diocesana. Estudo histórico, geográfico, etnológico, religioso da diocese de Beja*, p. 140-141.

¹³⁸ Cf. J. MARCADÉ, *Une comarque portugaise - Ourique - entre 1750 e 1800*, Paris: F. C. Gulbenkian, 1971, p. 118.

uma intervenção e um protagonismo inédito na diocese. Se o clero não estudou, nem fez uma avaliação das novas ideias e vivia de respostas obsoletas, como não verificar um desfasamento da sua missão junto do povo? Por isso, preconiza a necessidade do clero ser bem formado de molde a poder enfrentar a sociedade.

Por outro lado, como não entender a descristianização de uma população que vivia no isolamento rural da planície, na dispersão dos lugares, *montes* e herdades? Certamente, já no princípio do século XIX, era grande a ausência de uma sólida cristianização de toda a diocese, de que a Igreja nem se apercebeu no decorrer dos anos. Era urgente reorganizar as estruturas diocesanas.

A quase constante ausência episcopal, aliada ao descrédito no clero, conviviam de uma forma acomodada com a indiferença religiosa. Esta situação constituiu, de certo modo, uma frente de resistência silenciosa às tentativas de mudança e inovação de um bispo que deixa transparecer o seu cunho de jurista, legislador e administrador, nomeadamente ao publicar as suas pastorais com indicações para uma conduta e moral cristãs.

A sensibilidade intelectual do homem não pode substituir a sensibilidade humana e pastoral do bispo, que entendia que tudo estava bem só porque fazia chegar às paróquias o seu pensamento pastoral. Um pensamento revela ideias e posições em relação ao modo de actuar e de agir do seu pensador. O bispo Sousa Monteiro, seguindo a linha de pensamento de seu amigo pessoal, o bispo de Coimbra D. Manuel de Bastos Pina, identifica-se com uma geração de prelados do final do século XIX que, no governo da diocese, procuram a afirmação da sua pessoa no exercício do seu papel como bispo. Apresenta-se interessado nos problemas humanitários da diocese, demonstra uma generosidade para com todos, tolerante na sua expressão mas de uma exigência intransigente em matéria de defesa da disciplina e doutrina da Igreja.

A sua primeira visita pastoral à diocese ¹³⁹, verificou-se dezoito meses após a sua tomada de posse, quando estava estabelecida toda a sua administração diocesana e criado o Seminário. Estavam criadas as condições que o bispo carecia para se fazer respeitar perante as manifestações de hostilidade que, de início, recebeu. Afinal, preferido e «enviado» pelo governo em vez de uma pessoa que tanto havia feito

¹³⁹ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral anunciando a visita geral à diocese*.

pela diocese, dava provas de bom administrador episcopal e homem atento ao diálogo.

A notícia da sua visita pastoral é o anúncio de uma grande inspecção, em todos os sentidos, à vida eclesiástica e civil da diocese. Exercendo a sua autoridade, define o seu papel de bispo como um supervisor para melhor administrar: conhecer as freguesias, inteirar-se junto do povo acerca do bem existente, dos abusos e das necessidades ¹⁴⁰, constituem o objectivo da sua visita à diocese.

Inovar no diálogo com as autoridades civis, com os representantes dos vários sectores da sociedade e no contacto com o povo, eis o bispo que anuncia algo que não se via há muito tempo naquela região. No exercício da sua função quer saber se o pároco cumpre «*com inteligência, zelo e caridade*», se existe «*respeito entre o pároco e os seus fiéis*», se existe «*instrução na doutrina cristã*» das crianças, se os «*adultos frequentam a Igreja e os sacramentos*» e se os «*doentes e pobres são visitados e socorridos*» ¹⁴¹.

Se uma visita pastoral era motivo de grande alegria e festa, este bispo preferiu a discrição exigindo que não haja festejos nas suas deslocações. O espírito de prudência avisa-o que o terreno poderia não lhe ser favorável. Despojando-se da grande pompa, o seu discurso será o de uma Igreja simples e cativadora, escutada pelos que olhando para este representante da Igreja, não vêem o representante de uma instituição hostil e ensoberbada mas sim a presença de uma Igreja que, em permanente relação e entendimento, procura contribuir para o avanço moral da sociedade e visa promover a sua salvação ¹⁴².

Antecedendo o anúncio da sua visita pastoral, procurava preparar as consciências dos seus fiéis diocesanos, quando na primeira metade do ano de 1885 publicou duas importantes cartas pastorais: uma, pela Quaresma, sobre a necessidade de confissão; e a outra, pouco depois, sobre a santificação do Domingo.

a) A confissão

A confissão é para a Igreja católica um sacramento e constitui um dos elementos que integram a questão religiosa. No final do século XIX, os bispos procuram chamar à atenção das consciências para a ne-

¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 225.

¹⁴¹ Cf. *Ibidem*, p. 226.

¹⁴² Cf. *Ibidem*, p. 227.

cessidade que o homem tem de se confessar. Não é só uma necessidade é, acima de tudo, uma obrigação: «o ajuste de contas» pelo menos uma vez por ano. A uma apologia dos bens e graças recebidas com a confissão, acresce o papel que a Igreja é chamada a exercer na salvação dos homens. A influência que o pároco, normalmente o confessor, pode exercer, irradia a influência da Igreja junto da sociedade dos homens. O indiferentismo religioso e a descristianização da diocese é fruto também de um abandono da prática da confissão ¹⁴³.

Mas, a confissão auricular, defendida pela Igreja como o bem necessário para a sociedade se elevar, é apontada pela sociedade como um elemento de controlo e influência dessa mesma sociedade ¹⁴⁴. O bispo Sousa Monteiro sente necessidade de clarificar a questão e insiste junto dos seus diocesanos na urgência de haver uma mudança de atitude na prática religiosa. Por esse motivo tem necessidade de justificar que o padre, no confessional, não é um homem que escuta outro homem. O padre está presente em nome de Cristo, é seu representante, recebe aquele que deverá confessar tudo e que o faça de propósito firme ao «*examinar a sua consciência: pensamentos, desejos, palavras, acções, enumerar os pecados mortais e nada omitir*» ¹⁴⁵, disponibilizando-se para uma verdadeira reconciliação cumprindo a penitência para com Deus e exercendo a sua reparação junto do próximo.

As obras de caridade para com os pobres e doentes aparecem nas entrelinhas deste seu pensamento como um meio do homem tomar consciência da necessidade de se voltar mais para a mensagem que Deus lhe faz chegar pela Igreja. A Igreja, não pode ser vista como algo longe do homem, distante daquilo que ele vê, pensa e sente. Para o bispo Sousa Monteiro a Igreja tem de se fazer ouvir, ela tem a missão de salvar o homem, regenerando-o.

b) A santificação do Domingo

Na pastoral seguinte, sobre a santificação do Domingo, podemos encontrar o seu fio de orientação na área da acção social e associativa, que começa a desenvolver-se na Igreja em Portugal e no resto da

¹⁴³ Cf. A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral para a quaresma de 1885, sobre a necessidade de confissão*, p. 193.

¹⁴⁴ Cf. A. Matos FERREIRA, *A questão religiosa: um aspecto das relações Igreja-Estado no Portugal oitocentista*, in *Estudos Contemporâneos*, 1982, 4, p. 134.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 194.

Europa. A questão social é levantada através da denúncia à «*violação do Dia de Deus*»¹⁴⁶, lei proclamada e defendida pela religião em relação ao Domingo. O bispo denuncia os abusos, sobretudo pelo facto de ao Domingo a maior parte da população não se deslocar às celebrações religiosas, mas sim «*trabalhar, consumir o tempo nos divertimentos e na ociosidade das tabernas*»¹⁴⁷.

Não sendo contrário ao desenvolvimento económico e industrial, que as vilas e cidades começavam a viver, encontramos uma crítica à mudança social que esta protagonizava e veiculava, ao conduzir as massas sociais urbanas à indiferença religiosa. Ora, os hábitos da cidade facilmente se propagavam pelo interior (a província), pois o grosso do tecido social da nova cidade era sustentado, sobretudo, por populações oriundas e com uma profunda relação com o campo. A Igreja assume um papel fundamental na construção da nova realidade social, que se vai levantando quer nas cidades quer nos campos. Reconhece as transformações sociais e procura apresentar as necessárias respostas ao homem, que perante as novas ideias e pensamentos se vê numa encruzilhada interior.

Invocando a lei do repouso cristão, pela voz do bispo, a Igreja apresenta uma verdadeira carta de conduta e de salutar convivência entre patrões e operários. O patrão que não segue a lei cristã transforma o seu operariado em «*instrumento, escravo e animal de trabalho*»¹⁴⁸. Apresenta o problema social na defesa de um dos direitos essenciais que o homem tem — o descanso —, quer seja operário, agricultor, assalariado ou patrão. A Igreja procura a aproximação a uma nova classe que era preciso cristianizar proporcionando a sua «*protecção ao operário e ao povo que trabalha*»¹⁴⁹, lutando com a bandeira da santificação do Domingo: «*o dia que livra o homem do mando de outro homem*»¹⁵⁰.

Mas, como poderia a Igreja exercer essa protecção e formar operários, assalariados e patrões em Beja? Para o bispo Sousa Monteiro é na Igreja, e em tudo o que ela representa, que ao Domingo o operário encontra a sua protecção. O Domingo é o «*dia da reunião dos tra-*

¹⁴⁶ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral sobre a santificação do Domingo*, p. 197.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 198.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 199.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

*balhadores, [...] uma reunião que dá instrução, conselho, animação e perseverança moral [...] e leva à relação de classes altas e inferiores»*¹⁵¹.

O protagonismo da Igreja na unificação de todos os católicos espalhados pelos vários sectores da sociedade, aliada à necessidade de exercer uma linha de acção na actuação e defesa dos seus interesses, leva-a a promover o associativismo católico e a promover o esbatiemento das diferenças sociais.

O bispo não pretende criar partidos ou forças políticas na diocese. Procura fazer a promoção dos valores do Evangelho numa sociedade descaracterizada desses valores. A cristianização da diocese concebia-se a partir da organização de grupos de trabalhadores que, associados entre si, teriam um protagonismo e intervenção social e política na construção da nova sociedade.

As «reuniões», desejadas pelo bispo e ocorridas em toda a diocese, englobando as «classes altas e inferiores», além da sua intervenção social, função assistencial e de entreajuda, engrossam e enriquecem as velhas irmandades, criam colectividades e geram associações que só poderiam conduzir à criação de uma frente de pensamento católico na diocese. A convocação de «reuniões» revela uma Igreja que busca a sua renovação através da conquista de novos sectores e de outros já existentes, promovendo o diálogo e estendendo a sua influência.

A reunião semanal ao Domingo, proposta pelo bispo — sem dúvida, um eco das propostas e do desenrolar dos acontecimentos verificados entre os católicos do eixo Braga-Porto-Coimbra-Lisboa — tem como fundamento «ligar as classes pelo vínculo da religião»¹⁵². Era recorrendo à reunião que nessas «irmandades» se exerceria um «papel importante na protecção do trabalhador, [...] na organização fraternal e democrática, unindo as classes no mesmo pensamento, na mesma devoção e na mesma assistência»¹⁵³.

Tomando o protagonismo e assumindo frontalmente a defesa das novas classes e realidades — «operários, trabalhadores e a necessá-

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 200; compare-se, sobre esta temática, o estudo de J. F. A. POLICARPO, *Para a história de um pequeno grande problema. O descanso dominical no pensamento social do grupo católico d' «A Palavra»*, in *Biblos*, 1986, LXII, p. 487-496.

¹⁵² A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral sobre a santificação do Domingo*, p. 200.

¹⁵³ *Ibidem*.

ria presença dos seus patrões» — o bispo procurou salientar que a realidade modeladora da sociedade alentejana não se podia desenvolver sem a presença de um valor essencial ao homem e à sociedade: a religião cristã.

O que pretende questionar é um estado de desagregação, de dispersão dos valores da sociedade e quiçá uma verdadeira diáspora entre os católicos. Por isso, as transformações que a sociedade vive no seu constante pulsar têm de ser acompanhadas e apoiadas pela candeia do Evangelho que deve iluminar a sociedade a partir do protagonismo e impacto, quer social quer político, que a desejada unidade dos católicos poderia representar.

A questão do século XIX, que havia começado como uma questão religiosa e cultural, tinha já algum tempo deixado de ser apenas um mero problema cultural, passando a ser uma questão social. Para a diocese de Beja a questão social, não podendo ser olhada como um problema envolvente da cidade, assumiu o drama vivido nos campos.

Para o bispo, a sociedade só florescerá quando olhar para o Domingo e para tudo o que este representa na Igreja e na acção dos cristãos: *«deixai de fazer do dia do Senhor um dia de enfado, que vos oprime ou um dia de prazeres e de festins que vos dissipam. Deixai de trocar a casa de Deus pela ignóbil taberna, e o santo repouso pela crápula»* ¹⁵⁴.

A Igreja colocava-se ao lado dos mais desprotegidos socialmente, procurando fundamentar a renovação em curso. Tomando na sua mão a questão social, estabelecia uma eclesiologia que afirmava a Igreja como uma presença forte na sociedade. As transformações sociais conduziram a uma abordagem estruturada na encíclica *Rerum Novarum*, onde o papa Leão XIII não pretendia apenas dar uma resposta à questão social, mas visava sobretudo afirmar ao mundo o valor da Igreja na sociedade.

A crescente importância que o papado exercia em toda a Igreja católica e, em Portugal, a normalização das relações do Estado Português com a Santa Sé, contribuíram para que se consolidassem algumas das posições assumidas no seio dos bispos portugueses em relação às questões sociais e à problemática na relação com a sociedade.

Assim, as encíclicas papais encontraram na pessoa do bispo Sousa Monteiro um dos grandes propagadores do espírito que pretende

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 206.

«aproximar as sociedades da Igreja»¹⁵⁵. A encíclica *Immortale Dei* (publicada em 1 de Novembro de 1885) se recebeu o maior apreço e elogios pelo bispo de Coimbra¹⁵⁶, encontrou no bispo de Beja uma posição igualmente acolhedora: «*No esplendor da forma, na precisão da doutrina, na energia pacífica e indizível mansidão [Leão XIII], reúne o ensino da tradição católica e expõe os princípios e interpretação [...] do que deve pensar-se e fazer-se [...] com vista à constituição cristã dos Estados*»¹⁵⁷. Através da encíclica, o papa fazia um apelo ao fim das lutas entre católicos, facto que será exaltado pelo bispo Sousa Monteiro, pedindo moderação e um constante diálogo entre todos os sectores diocesanos. Com o epicentro em Coimbra, as ondas de uma linha de pensamento social ligada ao bispo Bastos Pina propagavam-se por outras dioceses e encontramo-las, em Beja, no pensamento do bispo Sousa Monteiro.

A necessidade da religião entroncava na afirmação de que «*o homem é um ser social e a sociedade é composta por indivíduos, [daí] se o indivíduo necessita de religião, a sociedade necessita de religião*»¹⁵⁸. À afirmação de que a religião era desnecessária para a evolução da sociedade, o bispo Sousa Monteiro contrapõe a sua reflexão numa clara linha de conciliação Igreja-Sociedade, em defesa da religião e dos seus valores.

«*Negar Deus não é acabar com Ele*», diz o bispo à sua diocese¹⁵⁹. A religião é apresentada como sendo boa para os ricos e para os pobres: para os primeiros a religião desfaz-lhes o orgulho e, para os segundos, é o meio onde se poderia exercer a caridade e ver no seu rosto o Jesus Cristo das Bem-Aventuranças. A questão religiosa sobressaía assim no seio da sociedade que se debatia com graves problemas sociais, os quais eram atribuídos ao «*socialismo, ao niilismo e ao comunismo*», levando o bispo a preconizar para a diocese o projecto de incremento de certas práticas e devoções religiosas.

¹⁵⁵ A. X. S. MONTEIRO, *Ordem diocesana mandando fazer a publicação da Encíclica «Immortale Dei»*, p. 213.

¹⁵⁶ Cf. António Manuel MARTINS, *Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: Mirari vos, Quanta cura, Immortale Dei*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 75.

¹⁵⁷ A. X. S. MONTEIRO, *Ordem diocesana mandando fazer a publicação da Encíclica «Immortale Dei»*, p. 213.

¹⁵⁸ IDEM, *Carta pastoral sobre a necessidade da religião*, p. 345.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 346.

c) As devoções populares e a oração dos fiéis

Na sua acção pastoral nos meios populares, preocupa-se com a problemática da oração, da celebração da fé e com as devoções do povo. Alinhavada ao complexo tecido da instrução religiosa, estabeleceu medidas que conduziriam ao ressurgir de uma espiritualidade popular. Exemplo desse facto é a criação de uma liga espiritual do Santo Rosário ¹⁶⁰, no seu entender, uma «arma» que partindo da família, podia defender a paróquia e a Igreja, segundo era sua vontade bem como do papa.

No final do século XIX, a oração afirmava-se como necessária e, em unidade com o papa, promovia-se o desejo de liberdade de culto: «À liberdade do Papa, está ligada a liberdade do culto: individual e colectivo, [...] se o Papa não for independente e livre, o culto e a fé cristã estarão em risco» ¹⁶¹. Numa palavra, pretendia-se a criação de um espaço próprio para a Igreja, a afirmação dos seus valores e do seu papel na necessária renovação moral na sociedade.

A movimentação no sentido de se organizar a criação de confrarias, como por exemplo, a «do Santo Rosário», obrigava a que ao nível dos leigos se formassem células paroquiais. Com os pequenos grupos paroquiais era mais fácil manter o controlo da situação e influenciar a sociedade. Conhecer Jesus Cristo, O Salvador, era a meta fundamental para o homem de oração.

Se «orar é um dever» ¹⁶², então, impunha-se a toda a diocese o dever de rezar, qualquer que fosse a situação: colheitas, searas, frutos, moléstias ou outros motivos ¹⁶³. Rezar aos santos, promover e participar nas procissões e nos tempos de oração da paróquia. Era o apelo a que o povo se mostrasse, o apelo «aquela fé mais apagada que morta» que o bispo, no seu sermão de entrada na diocese, com tanto ênfase tinha salientado.

De acordo com a tradição da Igreja e a vontade papal estabeleceram-se determinados meses para as devoções: Março, a dedicação a S. José; Maio, as Ladainhas a Nossa Senhora; Outubro, o Santo Rosário; Novembro, a Novena das Almas. Avivando a consciência do po-

¹⁶⁰ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral sobre o uso de rezar o Santo Rosário*.

¹⁶¹ IDEM, *Carta pastoral sobre a dedicação do mês de Março ao Patriarca S. José*, p. 5.

¹⁶² IDEM, *Carta pastoral sobre a celebração das ladainhas de Maio*, p. 71.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 75.

vo, impeliam-no a um exame de consciência e ao exercício penitencial ao longo do ano. Rezando quer por si, pelos seus familiares ou pela Igreja, a fé manter-se-ia mais viva e iria despoletar um desenvolvimento espiritual.

O bispo, sabendo do «*esquecimento*» do povo em matéria de devoção, caridade e religião, procurava incutir nos seus fiéis o desejo de seguir de perto todos os passos dados pelo papa Leão XIII. Pretendeu fundamentar uma religiosidade que promovesse o diálogo entre todos e a aproximação à paróquia, a unidade na oração, gerando assim as condições necessárias a uma urgente e desejada renovação pastoral.

A renovação da paróquia e consequentemente o fortalecimento da Igreja, tornar-se-iam visíveis através do surgimento das associações católicas e das confrarias. A corrente dessa mudança paroquial, sedimentada através dos «*grupos de oração*», extrapolava para a sociedade através das obras sociais e actos de caridade a que homens e mulheres eram chamados. O exercício da catequese e a participação nas obras da Igreja, contribuíam para que a renovação eclesial fosse, efectivamente, um facto. Neste contexto, a família detinha uma função peculiar, não só como transmissora de valores mas como símbolo de unidade e da expressão de uma espiritualidade comunitária que era preciso afirmar numa altura em que, cada vez mais, o individualismo se afirmava na sociedade.

No entanto, os repetidos apelos à oração eram vistos por alguns sectores da sociedade bejense como uma imposição externa e exótica à regular normalidade da vida social, política e religiosa da cidade. Por isso mesmo, esses momentos de oração eram considerados supérfluos e incompreendidos pelos mais críticos da religião, deixando-nos a impressão que, só se rezava quando o bispo estava presente ou fazia anunciar a sua chegada: «*Esqueceu-nos em tempo de noticiar o regresso de S. Ex.^a Reverendíssima o muito sabido bispo desta diocese; e, se não fosse ao deparar-nos por acaso com uma Igreja aberta fora da hora do uso e costume nem tal nos lembrávamos. S. Ex.^a Reverendíssima logo que chegou a Beja deu-lhe na tonta para incomodar os padres mandando rezar terços e novenas todas as noites que Deus mandar. Neste caso damos os nossos parabéns aos carolas e às beatas por tão belo divertimento*»¹⁶⁴.

¹⁶⁴ JNJ, 13 de Outubro de 1886.

A religião enfrentava então a crescente secularização e laicização da sociedade que se afasta do *Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo*, produz «interesses e comodidades materiais, desenvolve o orgulho, a má imprensa, o teatro licencioso, desmoraliza as artes, modifica o ensino, [gera] tendências materialistas e ateístas, obscurece as verdadeiras noções de direito [e perturba] a vida privada e pública» ¹⁶⁵.

A uma maior e mais profunda interpelação tanto no plano privado como no público, o bispo lançou o apelo a uma descoberta de Jesus Cristo. Elaborava, assim, uma perfeita ligação entre aquilo que via como sendo a fé pessoal e aquilo que era do âmbito do social. Os católicos da diocese de Beja eram chamados a uma explicitação da sua fé através da prática religiosa, identificada e tornada presente em todos os sectores da diocese.

Ao valorizar o terreno social como campo de acção da Igreja, o bispo Sousa Monteiro criou condições para que os católicos se sentissem mobilizados na renovação da Igreja. E, chamou-os à prática religiosa, de modo a que a sua presença como homens e como cristãos fosse visível: no campo pessoal, conhecendo melhor Jesus Cristo e exemplificando-O; ao nível público, manifestando-O pelas obras de caridade e pela participação nas associações que nos «alpendres» da Igreja se formavam ou procuravam abrigo. Aos fiéis competia testemunhar «através da sua profissão de fé e da sua vida cristã [...]. A transmissão da revelação na Igreja e através da Igreja inclui tanto o magistério como o testemunho de fé da comunidade crente» ¹⁶⁶.

d) A questão operária

Através das propostas do bispo Sousa Monteiro e ao longo da sua acção, podemos encontrar alguns traços da Igreja governada pelo papa Leão XIII. O papa tinha expressado e dado provas do seu desejo de resolver ou ir ao encontro das preocupações do seu tempo e a sua lucidez incendeara toda a Igreja. Em Portugal alguns círculos eclesio-intelectuais, nomeadamente ligados a Coimbra, vinham desenvol-

¹⁶⁵ A. X. S. MONTEIRO, *Carta pastoral sobre a necessidade da religião*, p. 347.

¹⁶⁶ Angel ANTÓN, *El misterio de la Iglesia. Evolución de las ideas eclesiológicas. De la apologética de la Iglesia-sociedade a la teología de la Iglesia-misterio en el Vaticano II y en el posconcilio*, Madrid-Toledo: B.A.C., 1987, p. 444.

vendo a sua acção, procurando uma ponte de ligação às três margens fundamentais da sociedade: social, política e religiosa. A necessidade de diálogo Igreja-Sociedade encontrara apoio em Leão XIII.

Defensor da formação cristã em todos os sectores sociais para que fosse viabilizada uma consciência cristã da sociedade, o bispo Sousa Monteiro vê na encíclica sobre a «*questão operária*» a «*solução exposta e tratada com perfeição, clareza e luz*»¹⁶⁷.

A situação social, e depois operária, é uma situação completamente nova face ao passado vivido pela Igreja. Daí, a mudança no seu interior ter tido o impacto de uma novidade que partiu da iniciativa de leigos, de encontros e reuniões como expressão de uma adesão pessoal à fé cristã¹⁶⁸.

A abordagem da questão social pelo bispo Sousa Monteiro ia ao encontro do que caracterizava a época: o aparecimento do operariado, constituindo uma nova classe e provocando um confronto de ideias, no modo como pretendiam gerir a sociedade e a economia. Apesar de em Beja não haver indústrias relevantes como acontecia noutras zonas do país, o bispo não quis deixar de manifestar o seu apreço e apoio aquando da publicação da encíclica papal sobre a «*questão operária*».

O papa Leão XIII publicou a encíclica a 15 de Maio de 1891. O bispo Sousa Monteiro publicou uma carta circular¹⁶⁹ a 23 de Setembro de 1891, comentando o problema dos operários e a questão social, vistos e vividos pela Igreja. Esta era solicitada a incentivar e desenvolver a sua tarefa como missionária na sociedade. E para tal necessitava de se reconciliar com a cultura e a ciência e de reconquistar a vida do povo.

A encíclica do papa Leão XIII chegou à diocese como um tónico clarificador, expondo a individualização da sociedade, apontando defeitos, vendo os perigos e preconizando as regras a seguir para os evitar: «*Esta encíclica [...] é um deslumbrante foco de luz, é um clarão imenso, que, irradiando da preciosíssima pena do inimitável chefe da Igreja, cai sobre o universo todo, iluminando a giorno uma questão obscurantíssima que pelos sabedores de ciências sociais era conside-*

¹⁶⁷ A. X. S. MONTEIRO, *Carta circular sobre a questão operária*, p. 14.

¹⁶⁸ Cf. Manuel CLEMENTE, *O Congresso Católico do Porto (1871-1872) e a emergência do laicado em Portugal*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 179-195.

¹⁶⁹ A. X. S. MONTEIRO, *Carta circular sobre a questão operária*, p. 13-14.

*rada irresolúvel»*¹⁷⁰. É com base neste documento que o bispo Sousa Monteiro demonstra que a Igreja tem soluções e apoia-se no papa para salientar a necessidade da Igreja e da religião. Daí, numa linha de unidade e de fé, a diocese era solicitada a incentivar a formação de «*sociedades de socorros mútuos, protectorados de crianças e homens e a criação de corporações operárias*»¹⁷¹.

Numa diocese essencialmente agrícola e com um precário desenvolvimento das vias de comunicação, tornava-se complicado atender a uma linha de pensamento pastoral que corria sérios riscos de ser demasiado desfasado para a realidade vivida pelo povo da diocese.

Os pilares de orientação do bispo: educação dos fiéis, formação do clero e questão social, constituíam pedras soltas de uma construção, criando duas faces na sua administração diocesana. Por um lado, aquilo que era o seu pensamento como membro responsável da Igreja e, por outro lado, o que era o resultado do seu pensamento e da sua acção pastoral concreta.

e) A catequese e o papel dos leigos

Logo que chegara à diocese, inteirado dos manuais de catequese em uso, mandou publicar um catecismo a utilizar na sua diocese. O catecismo usado havia alguns anos não tinha a sua aprovação. O bispo «*proíbe que na diocese se ensine a doutrina cristã por uso de qualquer outro catecismo*»¹⁷² que não seja o aprovado por ele. Começava a afirmação de um homem de leis, de uma formação jurídica que marcaria a sua intervenção no sentido de que sendo um bom legislador seria um óptimo administrador.

Em Coimbra, a promoção e divulgação do tomismo passara a ser vista como «*uma trave mestra para uma orientação espiritual e existencial*»¹⁷³. Em Beja, iríamos assistir à mudança na educação cristã em duas linhas de orientação: a formação catequética e a formação do clero, sobretudo a partir do momento em que é fundado o Seminário de Beja¹⁷⁴. A irradiação do tomismo chegou a Beja pela mão do seu bis-

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 14.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² A. X. S. MONTEIRO, *Provisão sobre o catecismo diocesano*, p. 210.

¹⁷³ Paulo SAMUEL, *O pensamento filosófico contemporâneo*, in A.A.V.V., *Um século de cultura católica em Portugal*, Lisboa: Laikos, 1984, p. 90.

¹⁷⁴ O Seminário de Beja será objecto de estudo em capítulo próprio.

po, que não só impôs um novo catecismo como reestruturou todas as cadeiras e estudos no Seminário.

Com uma catequese pouco frequentada e uma educação pública deficiente em conhecimentos religiosos, só o padre e pessoas da sua confiança poderiam remediar essa lacuna. Por esse facto, a 7 de Outubro de 1884, escrevera uma carta aos párocos sobre a instrução religiosa do povo e já deixava antever que toda a estrutura catequética ia ser alterada.

A afirmação de que a religião é o elemento mais eficaz para moralizar a sociedade é o mote da nota de abertura para a mudança diocesana: «*é impossível falar em moralizar e civilizar a sociedade, sem ao mesmo tempo falar de Deus, imortalidade da alma, céu e inferno*»¹⁷⁵. A pedagogia era chocante para uma diocese que seguia um percurso catequético sem grandes projecções: «*educar a mocidade e as classes populares sem religião é preparar habitantes para a prisão e para o degredo*»¹⁷⁶.

O bispo tinha uma visão de longo alcance, centrada na necessidade urgente de um plano diocesano de catequese, partindo da infância, seguindo o tempo escolar e mantendo-se até à juventude. Plano que daria luz nova e limpidez à sociedade do final do século XIX.

As responsabilidades desta renovação couberam não só ao padre mas também a uma boa relação com os pais, patrões e professores. Os meios humanos já existiam. Quanto aos instrumentos e guias para a catequese o bispo elaborou e uniformizou um único catecismo. Afirmou o seu poder e autoridade para o qual havia sido investido, atenuando confusões e rebeldias da parte de alguns sacerdotes.

Dois anos depois da sua entrada na diocese a catequese ficou estruturada em três etapas de conhecimentos religiosos, com vista à formação religiosa das crianças e adultos. A uniformização do ensino religioso na diocese ficou estipulada da seguinte forma: «*Infância, o catecismo elementar — 12 lições; Primeira Comunhão, o catecismo pequeno — 25 lições; e, para depois da primeira comunhão [até jovem], o catecismo explicado — 51 lições*»¹⁷⁷.

¹⁷⁵ A. X. S. MONTEIRO, *Carta aos párocos sobre a instrução religiosa do povo*, p. 127.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 126.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 145.

Imbuído do espírito renovador e perante a crescente mudança que a sociedade vive, não hesitou em conferir a homens e mulheres uma maior responsabilidade e participação nas paróquias. Obriga os párocos a abrir escolas nas paróquias para aprofundar a religião, formar e ensinar.

Não estava aquém das ambições que se viviam a nível nacional, na década de 80, com o movimento educacional e associativo criado em 1882, a partir da União Católica¹⁷⁸. As finalidades visadas eram entre outras, o apoio à imprensa católica e às Conferências de S. Vicente de Paulo, a criação de pequenos gabinetes de leitura e de pequenos clubes católicos juvenis, a fundação de colégios e escolas católicas¹⁷⁹.

Os párocos teriam de arranjar condições para que os leigos tivessem um papel mais activo na estruturação e movimentação da paróquia: «*é cousa louvável, que os leigos ajudem os seus párocos na instrução religiosa da mocidade*»¹⁸⁰. Aos leigos é dado o papel do ensino da catequese e de apoiar a formação dada nas reuniões, numa relação de entreajuda à função do pároco que sentia o seu papel social a sofrer alterações.

A sociedade estava em mudança e já não se vivia como antigamente. O padre tinha de ser bem formado e instruído para poder estar à altura das solicitações que o rodeavam. Tinha de saber instruir os fiéis que frequentavam a Igreja, para que estes quando expostos ao ridículo pudessem saber enfrentar por si mesmos a situação: «*Nalgumas freguesias [...] é necessário mais coragem para ir à missa e à confissão, do que suportar a metralha inimiga e tomar uma cidade de assalto*»¹⁸¹.

O clero tinha de ter essa consciência da mudança e para isso requeria-se que fosse activo nos serviços prestados ao povo, pela sua formação e pelas suas virtudes. Se o clero de Beja ainda não tinha tomado consciência da situação da Igreja, era pela mão do bispo que seria alertado para estar preparado a entabular a via do diálogo com o

¹⁷⁸ Cf. J. Pinharanda GOMES, *Política e acção social cristãs em Portugal (1830-1980)*, separata de *Democracia e Liberdade*, 1986, 37/38, p. 54.

¹⁷⁹ Cf. Rogério FERNANDES, *Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal*, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, Fevereiro (2), p. 126.

¹⁸⁰ A. X. S. MONTEIRO, *Carta aos párocos sobre a instrução religiosa do povo*, p. 144.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 132.

mundo que o rodeava pois «*o império temporal do clero já passou, e não lhe resta a exercer senão uma dominação moral*»¹⁸².

A Igreja não se deixava intimidar, a sua influência na sociedade e a crescente defesa de uma aperfeiçoada justiça social constituíam uma meta nos objectivos do bispo Sousa Monteiro. A instrução religiosa do povo reforçava o seu contacto com a Igreja e esta podia exercer a educação, a civilização e a moralização da sociedade.

A catequese foi exaltada nas suas pastorais como sendo a forma da Igreja de Beja, a longo prazo, poder ser uma diocese rejuvenescida espiritualmente. A instrução religiosa, expressão muito utilizada no seu vocabulário, será assunto de tratamento em longos parágrafos, nas várias pastorais e no mesmo tom, quando se dirigia aos fiéis ou aos sacerdotes.

A lei portuguesa apenas contemplava o ensino da doutrina cristã e história sagrada no período primário e obrigatório — dos 6 aos 12 anos. O ensino deixava de ser obrigatório quando residiam a mais de 2 km da escola. Se não frequentavam a escola gratuita, porque tinham de trabalhar ou se residiam fora da sede de freguesia e, no Alentejo, seria a maior parte, que ensino religioso lhes era ministrado, quer pelo Estado quer pela Igreja? Será que os sacerdotes se deslocavam ao encontro dessas crianças e seus familiares? Que concepção paroquial existia no Alentejo depois da extinção das ordens religiosas?

O bispo além de desejar que nas escolas primárias públicas fosse aplicada a lei de 2 de Maio de 1878 — Artºs 2 e 3 sobre o ensino da religião do Estado, em que o mestre escola devia ensinar as orações básicas e um resumo da doutrina cristã —, consciente do problema do ensino religioso no Alentejo, denuncia não só a anterior lei, como se manifesta contrário à nova lei de 20 de Setembro de 1882. Publicada no Diário do Governo, a lei decreta aquilo que apenas deverá ser ensinado em matéria de religião: Persignar e benzer, Padre Nosso, Ave Maria, Salvé Rainha e breve explicação, Mistério da Santíssima Trindade, Credo, Artigos de Fé e breve explicação, Mandamentos, preceitos da Igreja, Pecados capitais e virtudes opostas, Virtudes teologais, Virtudes cardeais, Obras de misericórdia e breve explicação, Sacramentos da Igreja, Santo Sacrifício da Missa e breve explicação, Actos de atrição e contrição e suas diferenças¹⁸³.

¹⁸² *Ibidem*, p. 138.

¹⁸³ Cf. *Diário do Governo*, nº 214, 22 de Setembro de 1882.

Na perspectiva do bispo Sousa Monteiro, isto não era ensino da religião. O ensino que o Estado propõe «*não satisfaz as necessidades da época: nem enquanto às matérias que compreende, nem enquanto ao tempo que dura o ensino, nem enquanto às pessoas; porque, [...] muitas há que escapam ao ensino obrigatório, e portanto que ficarão sem o ensino elementar religioso*»¹⁸⁴.

O bispo pretendia um ensino obrigatório com uma melhor programação religiosa e, por consequência, mais moralizante. No entanto, é preciso questionarmos que ensino obrigatório era ministrado no Alentejo, quem o ministrava, em que condições o fazia e quem eram as crianças ou adultos — no ensino nocturno — que o frequentavam.

Com a denúncia do bispo acerca do tipo de ensino efectuado no Alentejo evidenciam-se as dificuldades que se deviam ao fraco desenvolvimento proporcionado pelo atraso agrícola, pela escassez de recursos e pela dispersão geográfica que caracteriza a região. Não apresentando condições para os professores, poucos eram os que teimavam em ficar e exercer a sua tarefa convenientemente, sendo esta mais uma questão responsável pelo atraso social da diocese: «*havia até à pouco tempo uma escola régia de primeiras letras, cujo professor em três anos e dois meses de exercício recebeu seis meses de ordenado na importância total de 33\$800 rs!!! O professor abandonou a escola e foi ganhar a sua vida noutra coisa. Não lhe pagavam!*»¹⁸⁵.

No Alentejo, o litoral alentejano surge como a região onde a promoção social incentivava o desejo pelas letras e pelo saber ler, constando-se «uma frequência maior em Sines [...] esse facto justificar-se-á por um lado, pelo número superior de habitantes e, por outro lado, pela dinâmica do seu porto, que abastecia de pescado uma grande parte do Alentejo; Santiago do Cacém apresenta um maior isolamento, o que se fica a dever à sua posição geográfica, à maior dispersão populacional e à ausência de uma actividade económica comparável à de Sines»¹⁸⁶.

¹⁸⁴ A. X. S. MONTEIRO, *idem*, p. 135.

¹⁸⁵ Fernando Luís GAMEIRO, *O analfabetismo no Alentejo, 1860/90: um estudo de caso*, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, Fevereiro (2), p. 72; este autor refere também a obra de Francisco Luís Lopes, *Breve notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*, Lisboa: Tipografia do Panorama, 1850 (reeditado pela C. M. de Sines em 1985).

¹⁸⁶ Cf. Fernando Luís GAMEIRO, *idem*, p. 70; faz-se referência a outro estudo do mesmo autor: *Elites municipais de Santiago do Cacém no século XIX — al-*

Face a estas situações que permaneceram ao longo de toda a segunda metade do século XIX, o bispo pretende ver resolvidos de uma só vez dois problemas: a fixação dos mestres de escola — professores — nas freguesias e o ensino religioso aos seus fregueses. As condições seriam um diálogo fluente e o exercício de relações benévolas e amigáveis entre o pároco e o professor. Era preciso a Igreja estar atenta à lei de 2 de Maio de 1878 — artº 28 e pôr em execução *o método de ensinar*, como o bispo lhe prefere chamar.

O bispo exigiu dos párocos uma atenção especial na relação com os professores, uma vez que também eles são homens de saber e de ciência as relações «*têm de ser cordiais, [...], tem de ir à escola, [...] tem de aproximar-se do professor [...], empregai todos os meios de zelo, ganhai afeição dos professores, manifestai desejo de boas relações, convidai os professores, exaltai as qualidades dos professores e dissimulai os defeitos*»¹⁸⁷.

Os párocos de parceria com os professores eram frequentemente os únicos letrados a integrar as comissões de beneficência e tinham um papel importante na freguesia. Daí a necessidade de fomentar o conhecimento e a amizade, pequeno passo que podia ser resolvido com gestos de caridade através da «*oferta de livros, roupas e outros objectos*»¹⁸⁸ certamente de comodidade material.

Estes eram os mecanismos, encontrados pelo bispo, no sentido de fazer frente ao problema da miséria, das moléstias, do desmazelo e da acentuada irreligião de uma população. Esta necessitava sair da ignorância a que estava votada, quer em relação aos avanços da agricultura, da rede viária e da indústria, quer em relação aos escassos conhecimentos científicos e religiosos.

Numa monografia do pároco António Macedo e Silva¹⁸⁹, publicada anteriormente à chegada do bispo Sousa Monteiro, era já visível toda esta problemática: «*A população rural [...] não tem, é verdade, os gris-gris dos negros africanos, mas tem os charlatães, as comadres e as mulheres de virtude, que valem o mesmo. Quantos séculos*

guns aspectos, in *Actas do colóquio poder e poderes periféricos em perspectiva histórica*, Reguengos de Monsaraz, 1989.

¹⁸⁷ A. X. S. MONTEIRO, *Carta aos párocos sobre a instrução religiosa do povo*, p. 141.

¹⁸⁸ A. X. S. MONTEIRO, *Carta aos párocos sobre a instrução religiosa do povo*, p. 141.

¹⁸⁹ Referenciada por Fernando Luís GAMEIRO, *Op. cit.*, p. 74-75.

serão ainda necessários para civilizar estas tribos selvagens que, além do desamparo de todos os socorros a que a sua posição os condena, vegetam na mais profunda ignorância? Este resultado só se obterá quando a instrução ultrapassar os limites dos povoados e derramar pelos campos até à mais pobre das choupanas. A existência excepcional de tantos milhares de famílias isoladas e privadas de todos os confortos, só poderá modificar-se quando em volta do lar doméstico, a leitura do livro útil substituir o baralho de cartas, e quando se der à conversação decente e instrutiva o tempo que se malbarata e perde na taberna ou em bailes licenciosos».

Neste quadro compreende-se a importância dada à instrução. A alfabetização entroncava na própria concepção eclesial do bispo Sousa Monteiro, que via no seu esforço de catequizar crianças e adultos o elemento que iria colmatar as lacunas de um ensino baseado essencialmente na razão. A alfabetização e a catequese surgem, em paralelo, como os elementos chave para a promoção e renovação não só material mas também espiritual da sociedade alentejana.

3.2. A formação do clero

No final do século XIX são vários os relatórios acerca da situação teológica, cultural e moral do clero. A sua formação estava sujeita a leis decretadas décadas atrás, aquando da extinção das ordens religiosas e da posterior introdução das reformas governamentais ¹⁹⁰. Era necessário modificar a situação já que o clero vivia uma decadência «no campo cultural e moral, como consequência de uma série de causas complexas, que ameaçavam a própria Igreja» ¹⁹¹. A urgência de dar formação e instruir teológica e moralmente o clero, de modo a que ele não fosse considerado ignorante e aprendesse a lidar com os instrumentos necessários à sua missão, é uma constatação que encontramos nalguns membros do episcopado, como o bispo Bastos Pina ¹⁹².

Aquando da abertura do Seminário de Beja, o bispo Sousa Monteiro afirmara a necessidade de formar sacerdotes capazes de «defender a fé e serem dotados de virtudes [...], o padre precisa de alcançar

¹⁹⁰ Cf. A. Matos FERREIRA, *Portugal. Le catholicisme aux 19eme et 20eme siècles*, in *DSAMDH*, XII, Paris: Beauchesne, 1986, col. 1982.

¹⁹¹ A. Pinto CARDOSO, *A fundação do Colégio Português de Roma*, in *Lusitania Sacra*, 1991, III, p. 298.

¹⁹² Cf. *Ibidem*, p. 294.

ciências que satisfaçam a época»¹⁹³. O sacerdote necessitava saber mais do que apenas o necessário à celebração da missa. A formação do clero era urgente uma vez que iria concorrer para maior capacidade de argumentação científica e desenvolvimento de capacidades intelectuais e culturais para que, face aos opositores da religião, o sacerdote soubesse combater o erro.

Não tendo o suficiente conhecimento da religião, o clero entrava nas fronteiras da ignorância, dos abusos e da depravação de costumes. Aspectos que são frequentes e frontalmente denunciados pela abundante literatura da época quer nos escritores do norte, quer do sul do país.

Fialho de Almeida, escritor alentejano do final do século XIX, levanta o véu sobre o clero alentejano e analisa o lugar funcional que o clero ocupava na sociedade. A ignorância das atitudes do clero, o antagonismo de modelos, só podiam espelhar a humilhante situação que a Igreja vivia em Portugal, a qual se traduzia no baixo nível cultural e espiritual do seu clero: «São comentadas há muito, na minha aldeia, as antipatias dos dois padres que lá vivem — um pastoreando a freguesia, à sombra de uma cômgrua pouco farta; vivendo o outro do vinho e mais do azeite que lhe produzem as terras que cultiva»¹⁹⁴.

¹⁹³ A. X. S. MONTEIRO, *Alocução na abertura do Seminário Diocesano*, p. 180.

¹⁹⁴ J. V. Fialho de ALMEIDA, *Os Gatos*, IV, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 19-28. E o escritor continua: «Padre Carreira, o senhor pároco, é uma pessoa robusta e já grisalha, sanguínea de pescoço, e toda frenética por qualquer pequena contrariedade que lhe advenha. Sempre foi pobre, e nada enfiado em subtilezas místicas de beatério. Chama às coisas pelos seus nomes, o que lhe tem valido alguns dissabores por banda do Senhor Bispo; e come e bebe nas bodas, célebre e desabusado, a ponto de parecer que guarda comida nos bolsos da rabona, tão lesto lhe desaparecem do prato os nacos que ele saca aos ensopados, coas suas grandes trinchadas pantagruélicas. O outro padre é Assunção — padre Assunção. O senhor padre Assunção...

Noutro gosto, o mequetrefe. No ainda e filho da terra e d'umas tias que o educaram, o Dom Basílio tem sabido, guardar entre a rusticidade montesa dos paroquianos, o seu efeminado esforço de menino de coro — e manso nas falas, muito doce ao contacto das mãos, é tal o seu aspecto de reserva e prudência, que o madamismo do concelho todo vem, pela Quaresma, diluir na consolação das suas prédicas o remorso de quantos pecadinhos haja cometido, pequenos e grandes, pela volta do ano. Padre Assunção não quis paróquia. É quase rico, tem cavalo e sobrecasaca, recebe jornais de propaganda, e ao mencionar o Senhor Bispo tira sempre o chapéu com grandes mostras de veneração. Acha, porém, que em padre Carreira falecem requisitos de bom pastor e faz-lhe a honra de o desprezar sem espalhafato, porém com uma tenacidade, que ainda há-de vir a ser causa do desterro do bom cura.»

No Alentejo, a questão da formação do clero assumiu contornos complexos devido à falta de um Seminário Diocesano. Esta situação veio a ser solucionada pelo bispo Sousa Monteiro, na primeira medida pastoral que tomou na diocese, ao substituir os precários estudos eclesiásticos pela fundação do primeiro Seminário de Beja.

Já anteriormente, o padre António Xavier de Sousa Monteiro, sentira lacunas que o sistema organizativo e de provisão do clero paróquial tinha criado. A constatação *in loco*, como pároco, das dificuldades em responder aos seus fiéis, levaram-no a apostar na formação do clero através da fundação em 1871 da «*Revista das Sciencias Ecclesiásticas*», sediada em Coimbra e com uma periodicidade mensal.

Na nota de abertura da «*Revista das Sciencias Ecclesiásticas*» encontramos uma advertência ditada pela sua direcção, a qual se apresenta como uma resposta ao problema da deficiente formação do clero abrindo portas para o diálogo que se preconizaria para as décadas seguintes: «*Na época em que vivemos circunstâncias há, em que a reputação da ciência concilia ao padre mais respeito do que o seu carácter, e até às vezes mais do que a mesma virtude.*

*O mundo quer a ciência, é preciso que lhe dêmos a ciência; estudemos, não todos os conhecimentos humanos, mas ao menos os relativos aos nossos deveres, e não fiquemos de todo ignorantes nos demais. Avante pois; levemos o facho da ciência, e acompanhem-na em sua marcha incessante. Ao redor de nós tudo está em movimento e em progresso; é forçoso seguir a corrente sob pena de ficarmos atrás. O padre pelo ascendente de suas luzes e virtudes dará mais lustre ao seu augusto estado, tão decaído pela diminuição das crenças»*¹⁹⁵.

Surgira um discurso que exigia mais dinamismo, mais acção e maior entrega à verdade de Jesus Cristo e ao serviço da sua Igreja, linhas de pensamento que demarcaram toda a sua acção futura.

A diocese de Beja estava carente de sacerdotes e a maior parte dos que nela oficiava careciam de formação sólida. O cunho jurídico do bispo Sousa Monteiro esteve sempre presente nomeadamente na exigência da formação e instrução religiosa, já referida. Do mesmo modo, a exigência de uma conduta irrepreensível foi denunciada pelo seu enérgico combate a alguns costumes eclesiásticos.

As suas pastorais dirigidas aos párocos e demais sacerdotes apresentavam uma defesa sem tréguas pela reposição da ordem, do res-

¹⁹⁵ RCE, 1871 (I), nota de abertura.

peito e da dignidade que do sacerdote era de esperar. Incidiam em dois vectores fundamentais: a disciplina para a perfeição dos sacerdotes e a questão da inserção do sacerdote na sociedade, debatendo e «legislando» ao pormenor a relação com os *fregueses*, a formação e estudos eclesiásticos e a futura renovação do clero. Também neste campo se constata um paralelismo nas directrizes seguidas pelo bispo Sousa Monteiro e pelo bispo Bastos Pina.

Em 1875, o bispo Bastos Pina, em Coimbra, publicara uma pastoral cujo tema se prendia com a necessidade dos sacerdotes usarem o traje eclesiástico referindo-se à disciplina que os valores eclesiásticos tinham de representar. A mesma questão seria abordada pelo bispo Sousa Monteiro que, sobre o assunto, fez publicar uma pastoral logo que se sentou na cátedra de Beja.

O bispo de Coimbra disciplinou o seu clero não consentindo o exercício das ordens a clérigo algum que não vestisse o traje eclesiástico ¹⁹⁶. O bispo de Beja, nove anos mais tarde, legisla também sobre o hábito eclesiástico: «*Não aparecer em público senão com hábito eclesiástico, [...] senão puder usar hábito precisa de licença do bispo [...], o uso do hábito secular só é permitido nas viagens e nas freguesias rurais, mas a função eclesiástica só de hábito talar [...], estão proibidos sob pena de suspensão, celebrar missa sem batina ou samarra [...], a apresentação no Paço episcopal só de hábito talar [...], obrigatório usar a coroa aberta, conforme o grau e sempre visível, o cabelo cortado curto, a barba sempre feita [...] sem suíças e sem bigodes [...]. Proibimos de usar murça em cima de sobrepelis se não forem designatários*» ¹⁹⁷. Considerava-se que a disciplina assim imposta contribuiria para o reconhecimento social do padre e para uma nova atitude pessoal. A condição para a formação dos seus sacerdotes era começar uma mudança pelos aspectos exteriores, determinando como se deviam apresentar em público.

A nível nacional, a questão moral do clero era vista de forma que conduzia à interrogação acerca do lugar do clero. Segundo o pano de fundo descrito pelos relatos do Nuncio Apostólico: «*Infelizmente, é verdade que tal é o padre tal é o povo; os padres, senão em geral, ao menos em grande número são lá pouco instruídos e imorais, tendo não*

¹⁹⁶ Cf. IC, 1ª Série, 1883 (I), p. 11.

¹⁹⁷ A. X. S. MONTEIRO, *Provisão sobre o hábito eclesiástico*, p. 53-57. Haverá uma segunda provisão em 9 de Maio de 1898.

*raras vezes mulheres e filhos; e o povo não é nada ou quase nada instruído e imoral, e as tristes consequências disto chamam-se doçuras de costumes»*¹⁹⁸. O Núncio constatava o que era do conhecimento público e usado pela luta anticlerical, no sentido de atingir o clero a nível da sua disciplina e da sua formação moral e cultural.

A imprensa de Beja, muito próxima do pensamento anticlerical e defensora das novas filosofias do século, inimiga declarada da acção do bispo Sousa Monteiro, não hesitou em apresentar alguns exemplos comportamentais que o bispo procurava combater: *«Os moralões põem pela rua da amargura o padre Galeote porque cometeu uma indignidade sem nome 'tem em sua casa o seu retrato junto ao da ama'. Que grande crime! Pois por cá [em Beja] temos nós visto padres ao lado das amas não fotografados, mas em carne e osso e pelos sítios mais frequentados da cidade. E não nos admirámos»*¹⁹⁹.

A observação do relator da notícia tratava verdadeiramente de uma «normalidade» social e não a constatação de um drama. Além disso, no pensamento do povo alentejano a família e a terra — a descendência e a riqueza — representavam um binómio que desde sempre foram assumidos e compreendidos como essenciais para a sobrevivência do homem. O facto do padre passear pela sociedade acompanhado de uma senhora e em alguns casos ter filhos, não apresentava para algumas consciências qualquer motivo de repugnância.

Para os bispos, impunha-se, com urgência, enfrentar o relaxamento instalado no clero português nomeadamente no clero da diocese de Beja. O bispo Sousa Monteiro, com provas dadas na área do direito canónico, apresentava-se com um ímpeto legislador e implacável no combate em defesa dos direitos, da disciplina e da doutrina da Igreja.

Em Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina vinha mantendo com algum sucesso, uma disciplina de ferro, segundo as palavras do próprio Núncio Apostólico. E em Beja? Como era equacionada a questão da formação e perfeição do clero? Cartas pastorais ou códigos de conduta moral para os sacerdotes? Se em Coimbra a legislação episcopal já dava frutos, em Beja foram publicados a um ritmo quase mensal documentos legislando sobre todas as dignidades sacerdotais. O recurso a uma posição legislativa acerca das questões que se colocavam na sociedade definia uma determinada visão da função de ser bispo e de

¹⁹⁸ A. Pinto CARDOSO, *Op. cit.*, p. 296.

¹⁹⁹ B, 15 de Maio de 1886.

ser padre. O descalabro diocesano situava-se no limite. Os mais críticos da religião davam sinais de alguma desaprovação quanto ao comportamento e à relação que o clero mantinha com os seus fregueses. A sua pouca formação indiciava o abandono da pregação do Evangelho e o seu exemplo de vida afastava do púlpito o povo: «*Os púlpitos das Igrejas de Beja foram transformados em tribuna para o mulhierio. Fizeram bem. Desde que eles deixaram de ser cadeira da verdade e passaram a soalheiro, ficam lá a calhar senhoras comadres*»²⁰⁰.

Era importante que o sacerdote fosse exemplar perante a sociedade. A perfeição sacerdotal impunha-se no momento, para que o respeito à Igreja, à fé e à religião levasse a sociedade a repensar o papel que a instituição religiosa tinha como factor moralizador dessa mesma sociedade: «*milícia eclesiástica [...], luz no candelabro, modelo para os fiéis*»²⁰¹.

O clero não devia ser apontado pela sociedade quer em relação a questões morais quer em relação a questões políticas. A isenção política tinha sido outra das leis disciplinares quer do bispo de Coimbra, quer do bispo de Beja.

A questão social substituíra a política. A política criava inimizades enquanto que a preocupação e a assistência aos mais pobres gerava riqueza social, moral e espiritual afirmando a necessidade da Igreja e da religião: «*O método de praticar a caridade [...] é a fundação de associações de caridade e beneficência [...], pedir esmolas [...], ter um armazém de depósito de esmolas*»²⁰². A criação de um «banco» de auxílio aos pobres constituiria o exemplo desejado para a afirmação da Igreja em terreno que lhe era adverso; o pároco seria auxiliado por um laicado motivado e mobilizado.

Deste facto ao debate cultural e científico e à situação social foi um passo rápido, transformando os anos 80 numa década verdadeiramente marcada pelo desenrolar das ideias que pairavam na cultura portuguesa. A Igreja católica procurava despertar para essas problemáticas e por isso era urgente que os católicos constituídos em centros associativos, meditassem e fornecessem as linhas de acção para uma pastoral actualizada e eficaz. Era necessária uma Igreja renovada no

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ A. X. S. MONTEIRO, *Carta ao clero sobre a perfeição sacerdotal*, p. 79.

²⁰² IDEM, *Carta de instruções aos párocos sobre a caridade e a assistência pública aos pobres*, p. 67.

seu interior, preparada cultural e intelectualmente, exemplar na moral e nos costumes, cumpridora nas suas obrigações.

É neste quadro que se deve entender a ideia da obrigatoriedade dos párocos fixarem residência nas freguesias. A «*obrigação contínua e pessoal da residência do pastor no meio das suas ovelhas*» revelava-se como necessidade do padre se conservar «*no seu posto como sentinela vigilante em presença do inimigo*»²⁰³. A advertência do bispo prende-se com a necessidade de promover hábitos exemplares no clero e uma boa administração paroquial.

Ao pároco competia a administração espiritual, a formação do povo, a organização de reuniões de carácter religioso e social e a manutenção dos registos paroquiais que lhe eram reservados e que deveria ter constantemente actualizados. O pároco não podia esquecer que era um homem da Igreja mas também um funcionário do Estado.

Querendo impôr em Beja a linha eclesiológico-pastoral que observara na diocese de Coimbra, esquecia-se da realidade sacerdotal da diocese do sul. Como é que um bispo podia afirmar aos seus sacerdotes que «*ausências frequentes tem consequências funestas para os interesses espirituais das almas*» e que «*os paroquianos acham-se emancipados quando o pároco não está na freguesia*»²⁰⁴, se o próprio bispo dava a entender que o exercício do seu cargo episcopal era mais de carácter legislativo e de supervisão? Que autoridade sentia o clero e os fiéis no seu bispo ausente? Certamente o sentimento de um estrangeiro que em nome do poder governativo vinha, de tempos a tempos, legislar, administrar e punir aqueles que eram denunciados.

A exigência do exemplo dos sacerdotes passava evidentemente pelo fortalecimento da sua castidade. A castidade constituía-se em ponto importantíssimo neste debate, em relação à inserção do clero na sociedade e à relação do sacerdote com os seus fregueses. Pelas vozes anticlericais, os padres eram apontados como sendo contrários à evolução da sociedade: sendo celibatários eram vistos como a negação da sociedade e adversários dos princípios que a Igreja defendia, nomeadamente a nível da desordem moral. Estes aspectos eram geradores de mau estar no seio da própria Igreja, sobretudo pelos casos de sacerdotes que conheciam a existência da mancebia na sua vida.

²⁰³ IDEM, *Provisões sobre a residência paroquial*, p. 90.

²⁰⁴ *Ibidem*.

O bispo Sousa Monteiro exige disciplina e castidade aos sacerdotes, entendendo-a e defendendo-a como o exercício da supremacia do espiritual sobre o temporal. A Igreja precisava manter-se firme e conduzir o clero, de molde a garantir a influência moral da religião sobre a sociedade ²⁰⁵.

Disciplinador e regulador, à frente de uma diocese que viveu quase um século sem imposições de qualquer quadrante, o bispo Sousa Monteiro sairá ferido de uma batalha com a qual não soube lidar. Com uma eclesiologia actualizada e dialogante e uma prática pastoral que se pautava pela ausência, incorreu na formação de uma consciência hipócrita no seio do clero da diocese, fruto das sucessivas cartas pastorais ao clero. O objectivo de disciplinar quem não era disciplinado levou-o a levantar a questão mais sensível e acomodada entre o clero diocesano: a questão sobre o viver dos sacerdotes.

«A casa é como um espelho [...], desordem na casa é escandaloso para os fiéis» ²⁰⁶. Esta carta pastoral — sobre o viver dos sacerdotes — reveste-se de especial importância e merece uma meditação mais aprofundada. O bispo sabia da falta de castidade praticada por parte de alguns dos seus sacerdotes e assim procura disciplinar através da legislação: é severo com a existência de criadas em casa do sacerdote; e proíbe ter em casa ou ser visitado por mulheres, excepto familiares em primeiro grau. Estas normas eram rigorosamente vigiadas através de relatório paroquial. Mas além do relatório, que podia ser adulterado, o bispo encarregara os sacerdotes — a começar no vigário da vara — de se vigiarem mutuamente e de informarem acerca das anomalias.

O suborno e a denúncia não funcionariam, pois não é conhecido nenhum caso de denúncia directa ²⁰⁷, a não ser as investidas da imprensa e mesmo essa fez questão de se distanciar, preferindo manter uma vigilância cerrada às acções e desabafos do bispo, por vezes comprometedores: «Primeira reflexão sobre pastorais, provisões e governo espiritual do sr. D. António Xavier de Sousa Monteiro bispo de Beja. (...) Dele copiamos o que se segue... a nova dada pelo bispo em

²⁰⁵ Cf. A.X.S.MONTEIRO, *Carta circular sobre os exercícios espirituais*, p. 17-22.

²⁰⁶ IDEM, *Carta ao clero sobre a prudente direcção do viver doméstico e público dos sacerdotes*, p. 56.

²⁰⁷ Isto no que se refere ao início da sua prelatura. Mais tarde, deparar-se-á publicamente com a questão dos padres Ançã.

Coimbra, perante respeitáveis cavalheiros, num momento em que a musa pouco o favorecia: os padres da minha diocese são todos uns devassos e imorais.

Todos uns devassos e imorais. E dizem que o Bejense é que é o primeiro na propaganda intrene contra o clero.

E o bispo D. António em que grau da escala o colocam?

Temos dito muito, mas nunca dissemos tanto como o bispo de Beja.

Tonsurados que respondeis?

*Olhai, se quereis tosquiar o bispo indagai o viver do padre Monteiro na Lousã, procurai informar-vos porque em Coimbra apareceu à porta do cônego Xavier um alguidar, em certa noite, etc., etc.*²⁰⁸. *Nós sabemos os casos mas não nos convém contá-los, porque, António Xavier tornou-se agora um dos nossos melhores colaboradores, um dos mais esforçados campeões contra os papa hóstias.*

Os padres da minha diocese são todos uns imorais.

*Quem mais competente para o dizer que o bispo?»*²⁰⁹.

Apesar destes pontos de vista acerca da sua pessoa, o bispo Sousa Monteiro protagonizou a defesa de uma sólida formação do clero. Enquanto sacerdote em Coimbra já manifestara esta concepção; em Beja, estabeleceu uma aproximação ao clero da diocese através de constantes pastorais, promovendo uma linha de acção que pretendia alargar o mais possível a presença da Igreja a todos os campos da sociedade.

4. O Seminário de Beja

4.1. Da fundação do Seminário ao início da década de 90

Autorizado por decreto real a 3 de Julho de 1884, só em 6 de Janeiro de 1885 o Seminário de Beja²¹⁰ era inaugurado, com 21 alunos²¹¹. Passara um ano e alguns meses desde a sagração de D. António Xavier de Sousa Monteiro como bispo da diocese.

²⁰⁸ São referências aos locais onde o padre António Xavier de Sousa Monteiro esteve antes de ser nomeado bispo de Beja.

²⁰⁹ B, 22 de Agosto de 1885.

²¹⁰ A. X. S. MONTEIRO, *Alocução na abertura do Seminário diocesano*, p. 179-184.

²¹¹ B, 10 de Janeiro de 1885: «No dia 6 inaugurou-se, com toda a solenidade o Seminário episcopal. No Salvador houve por música vocal e instrumental com assis-

O Seminário surgiu como uma das mais importantes obras deste bispo. Via na educação e formação, no aprofundamento dos conhecimentos religiosos e na preparação dos futuros sacerdotes da diocese, o grande cais de partida para a cruzada evangelizadora que se propunha levar a toda a diocese.

A dignificação do clero e elevação da função sacerdotal eram dois dos objectivos que se destacavam e impunham para a fundação do Seminário. Nas palavras de anúncio da inauguração do Seminário, uma vontade de mudança se anuncia: «*Nada temos tomado tanto a peito como a fundação dum Seminário. E na verdade os instintos desta natureza são o mais poderoso meio de restaurar os estudos eclesiásticos e de obter sacerdotes dignos, de Deus e da sua Igreja*»²¹².

Perante um poder civil que procurava superintender em todos os aspectos da formação do clero, impunha-se não só uma reforma nos estudos eclesiásticos como também a criação de um Seminário. A necessidade de um Seminário em Beja prendia-se ao facto de ser a única diocese do reino que não o tinha.

Era uma exigência que ao longo do século XIX várias vezes havia sido reclamada. A fundação do Seminário permitia vigiar e zelar pela direcção espiritual dos futuros sacerdotes e de lhes poder dar educação para os mistérios de Cristo e leis da Igreja. A falta de formação nas ciências religiosas e a noção vaga do que é a fé, são as características de um povo que, perante a grande movimentação e festividade nos meios eclesiásticos bejenses, não se excedeu na aclamação desta nova obra do seu bispo.

A imprensa pouco noticiou o evento e raras são as referências feitas à abertura do Seminário. O tão desejado Seminário nasceu não de vontade política local, mas de vontade e pressão pessoal do bispo. Esse facto, não foi visto com bons olhos sobretudo pela imprensa anticlerical que dominava a opinião pública em Beja.

Os comentários acerca do Seminário são escassos, salvo referências a pequenos incidentes à breve passagem do bispo pela cidade e aos seus polémicos serões no Seminário. Sempre que passava pela ci-

tência do prelado e dos principais cavalheiros e autoridades de Beja, e orou o reverendo capelão do 17 de Infantaria. Os alunos são 21; e do Salvador foram processionalmente para o Seminário acompanhados pelo corpo docente do mesmo, prelado, etc. [...] à noite o prelado diocesano abriu as salas».

²¹² A. X. S. MONTEIRO, *Carta circular anunciando aos reverendos párocos a inauguração do Seminário*, p. 175.

dade o bispo Sousa Monteiro procurava rodear-se de todas as forças sociais. Reunia no seu Paço as figuras que lhe eram favoráveis e as que lhe faziam oposição, o que lhe valia severa crítica e atiçava a hostilidade frontal à sua pessoa: «*O chá que o sr. bispo ofereceu em honra de Leão XIII, esteve pouco concorrido. Que pena! Dizem-nos que S. Ex^a reverendíssima ao brindar os seus convivas fez um brilhante discurso. Devia ser curioso! E daí pode ser que S. Ex^a. não sabendo escrever saiba falar. Querirá S. Ex^a imitar José Estevão de Magalhães? Não percebemos como S. Ex^a proíbe os padres de sua diocese que frequentem lugares públicos e distractivos como: clubs, cafés, boticas, jardins etc. e reúna no seu Paço gente que pode perverter o seu clero imaculado. Não admiramos isto; o que nos admira, é que, cavalheiros que vimos lá entrar que dizem ser democratas e amigos do povo, fossem todos enfatuados de sua importância beber uma pinga de chá e beijar o anel de um homem que os desconsidera a toda a hora. Que baixeza!*»²¹³.

Nas reuniões sociais referidas, o bispo procurava afirmar o seu papel como bispo. Não hesitava em escutar as várias posições, criar o debate religioso e cultural com os riscos que daí advinham. Vêmo-lo ser acusado de liberal ou de reaccionário, dependendo de onde lhe vinham as acusações. Acima de tudo é um bispo católico transportando uma sede de estabelecer o diálogo com os diferentes quadrantes da vida pública, congregando à sua volta um leque de personalidades de matriz cristã ou não. Na sua perspectiva procurava a criação de um movimento de cidadãos em que a inspiração cristã do bispo não concorria para fechar as portas aos seus adversários.

Protagonizando uma visão integral, este «chá em honra de Leão XIII» nada mais era do que um acontecimento do meio católico dessa época, que procurava fomentar em Beja. A acusação do jornal que dá a notícia, estava aquém dos objectivos deste tipo de reuniões que o bispo fomentava. Tratava-se de um embrião do que nos meios católicos da época era visto como sendo o espaço necessário para que, civicamente, a Igreja pudesse influenciar as medidas governativas decididas do seio das forças políticas. Estas reuniões «em Beja», procuravam gerar uma consciência e despertar para a harmonia necessária, a fim de que a Igreja pudesse garantir a sua influência social e moral e, deste modo, participasse no desenvolvimento da sociedade em geral.

²¹³ JNJ, 10 de Março de 1886.

A criação do Seminário teve por objectivo «*contribuir para o respeito ao clero, abrir nova era para a diocese, imprimir movimento intelectual à diocese e prestar serviços às ciências, à moral e à Igreja*»²¹⁴, de modo a que os trabalhos desta instituição de formação se constituíssem num «*poderosíssimo instrumento de renovação social*»²¹⁵.

A abertura do Seminário esteve ligada a uma reforma anunciada para o ensino eclesiástico da diocese. O Seminário começou a funcionar com o «*curso trienal de teologia e com o curso de preparatórios*»²¹⁶. No curso de preparatórios eram leccionadas as seguintes matérias: Língua e literatura portuguesa, Língua francesa, Latim, História natural e botânica, Matemática elementar, Geografia, Filosofia elementar, Desenho, Arqueologia, Física e Geologia. No curso de teologia, segundo o plano de estudos do ano lectivo de 1891/92, leccionava-se: no 1º ano — História da Igreja (até século XIV), História sagrada, Patrologia, Filosofia escolástica, Teologia dogmática geral e Liturgia; 2º ano — Teologia dogmática especial, Teologia Moral, História da Igreja (a partir do século XV) e liturgia; 3º ano — Teologia sacramental, Direito canónico e legislação civil portuguesa, Oratória sagrada e Liturgia. Para os três anos do curso de teologia havia ainda as disciplinas auxiliares, todas de carácter obrigatório: Ciências naturais (Física e Química), Belas artes (Desenho, Arqueologia e Iconografia), Cantochoão e Música (Orgão)²¹⁷.

A formação do padre adivinhava-se de uma exigência profunda, face à sociedade e ao confronto necessário da época. A nova visão do padre exigia que ele se preparasse como homem de Deus, homem da sociedade e homem de boa companhia. Para o bispo, «*o padre actual não pode ficar estranho aos usos da boa sociedade, ignorar a sua civilidade e a sua linguagem*»²¹⁸.

Até 1891 viveu-se uma tensão latente que teve um dos momentos altos na Primavera de 1887 — a revolta protagonizada por alguns dos seus alunos. A exigência disciplinar e intransigência na defesa da moral do clero trouxeram ao bispo alguns dissabores. A revolta dos semi-

²¹⁴ A. X. S. MONTEIRO, *Alocução na abertura do Seminário diocesano*, p. 183

²¹⁵ *Ibidem*, p. 184.

²¹⁶ José Mendes LIMA, *Op. cit.*, Beja, 1895, p. 6.

²¹⁷ A. X. S. MONTEIRO, *Relatório do estado e progresso do Seminário diocesano de Beja, durante o Ano Lectivo de 1891-1892*, p. 12-15.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 19.

naristas em 1887²¹⁹ iniciou o processo de provação da acção do bispo Sousa Monteiro na diocese. Tudo é colocado e trazido à discussão, nomeadamente os problemas que envolviam o Seminário pobre e de fracos recursos humanos, materiais e espirituais. Nas palavras do bispo²²⁰, a revolta premeditada dos alunos e desencadeada com a ajuda de forças exteriores ao Seminário conduziu a administração da diocese a uma situação delicada, comprometendo todos os projectos em curso. Após estes acontecimentos, as pastorais do bispo, sobre as mudanças a efectuar na diocese tornaram-se mais escassas.

O confronto com forças da cidade consideradas anárquicas, foi o pano de fundo do levantamento no Seminário: «*com o objectivo de agitarem os ânimos da população contra o Seminário e contra mim*»²²¹. Na carta-relatório dos acontecimentos refere-se a antecedentes já ocorridos. Mas, outros problemas estavam na origem da revolta.

O medo de ser morto «como quem mata um coelho», manifestado pela administração do Seminário — baseado em ameaças dos revoltosos — já vinha de trás e tinha como motivo a aplicação da disciplina do Seminário. Além das ameaças, outros actos de violência terão sido praticados por seminaristas em relação aos seus colegas: espancamento, ameaça corporal, lei do silêncio. Mas, o que desencadeia a revolta é a obrigatoriedade da confissão e direcção espiritual dos seminaristas. O principal responsável pela revolta contra a disciplina não seria muito assíduo à prática regular da confissão, como constava do regulamento do Seminário.

Para o bispo a questão da educação cívica e moral, como católicos e futuros padres, ultrapassava todas as barreiras. Apesar das ameaças, do medo e doutros problemas no que se refere à relação do Seminário com os seus alunos e com a cidade, o bispo na carta de 28 de Março de 1887, dirigida ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, terminava incisivamente sobre o estado da situação na cidade: «*Concluo por declarar que a falta de educação moral e religiosa nestas paragens é assustadora ameaçando [...] completamente a ordem social, tanto mais que os propagandistas do*

²¹⁹ Cf. AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 2.

²²⁰ Cf. *Ibidem*, Carta do bispo de Beja ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, 28 de Março de 1887.

²²¹ *Ibidem*, Carta do bispo de Beja ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, 29 de Março de 1887.

socialismo não cessam de agitar e proclamar contra as instituições vigentes e contra os princípios de ordem e moralidade; sendo por notar que até nas povoações mais sertanejas estas ideias estão mais em voga, e tal é a desconsideração com que tratam o clero que alguns dos seminaristas declararam que [...] a classe eclesiástica estava sendo o ludíbrio e escárnio de todos».

Seria apenas uma investida contra o clero? Não estaria por detrás um sentimento mais difuso contra a instituição religiosa e a instituição monárquica e contra tudo o que dela dependia? Em Beja, o alvo favorito de forças anticlericais era o bispo, o clero muito dado à indisciplina e o Seminário. Estes foram instrumentos utilizados como arma política para enfraquecer o regime ²²².

A questão da revolta dos seminaristas, que poderíamos ver reduzida a uma pequena insubordinação de alguns estudantes, revestiu-se de carácter mais profundo e ultrapassou as fronteiras da diocese. A 30 de Março de 1887, a Associação Académica de Lisboa acolheu dois estudantes fugitivos e apresentou a denúncia dos acontecimentos de Beja através de carta enviada ao governo do país, pedindo uma sindicância ao Seminário de Beja. A direcção do Seminário foi acusada de tornar a vida do Seminário num inferno «*a começar nos castigos e a acabar na alimentação*» ²²³.

²²² Cf. A. Matos FERREIRA, *A questão religiosa [...]*, p.134.

²²³ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 2, Carta da Associação Académica de Lisboa ao Governo de Sua Magestade, 30 de Março de 1887; e a petição continua: «[...] *O comer que é dado pela manhã aqueles infelizes compõe-se quasi invariavelmente de uma mistura muito usada nalguns sítios para a alimentação de certos animais; a sua base é a farinha de milho tendo por acessório uma hortaliça muito conhecida. O alimento da tarde e a frugalíssima ceia afinam pelo mesmo diapasão. Depois, e é muito particularmente sobre este ponto que chamamos a atenção do governo de Vossa Magestade, segundo os seminaristas nos dizem, as verbas da conta corrente das despesas do seminário encontram-se numa desproporção enorme com o verdadeiro valor dos alimentos consumidos. Ainda outras figuram lá, quasi quotidianamente, sem que com a mesma frequência sejam apresentados os alimentos a que se referem.*

A uma alimentação desta ordem junta-se uma disciplina verdadeiramente anárquica. Esta é mantida, não pelos prefeitos ou subprefeitos a quem de direito competia, mas pelos fâmulos do Sr. Bispo, tendo por chefe o criado favorito de Sua Reverendíssima, e tão favorito, que o Sr. Bispo tem chegado a dizer: que é mais fácil que o seminário acabe do que ele despedir o seu homem de confiança. Da natureza das autoridades pode-se inferir a que serão os seus actos. Intrigas, calúnias, vinganças e pancadas sobre os seminaristas são as naturais consequências da ma-

A estas manifestações contra o Seminário aliou-se a imprensa local. Se anteriormente as referências à actividade do bispo ou da Igreja eram breves, esta questão mereceu grande destaque sobretudo no jornal «O Bejense» que também defendeu a necessidade de uma sindicância ao Seminário: «[...] *que essa sindicância seja rigorosa e completa, e é a razão porque entendemos dever dar a conhecer alguns factos que nos referem, e que a não serem verdadeiros muito estimaríamos poder desmentir [...]*»²²⁴.

Na sequência da insubordinação, o bispo não se cansa de afirmar conceder o seu perdão aos revoltosos que lho peçam, num acto escrito de arrependimento. Acusa apenas dois seminaristas e desmente a notícia publicada em relação à disciplina e à alimentação. Os testemunhos dos arrependidos, que pouco a pouco iam pedindo perdão, não cansavam em repetir e elogiar o funcionamento do Seminário: a comi-

nutenção de tais disciplinas. Os estudantes são obrigados aos actos mais aviltantes da dignidade humana, substituindo no serviço os miseros serventuários [...]. E como se não bastasse tudo isto as denúncias de delitos imaginamos são frequentíssimas e o Sr. Bispo está sempre pronto a acreditá-las e a mandar aplicar os competentes castigos. Daqui evasões numerosas e frequentes efectuadas pelos desgraçados reclusos, e daqui finalmente o triste acontecimento que motivou ultimamente a fuga de quatorze alunos e a vinda de dois deles a Lisboa em busca de protecção e justiça. Este último conflito teve por origem uma falsa denúncia, de que resultou a prisão de um aluno no seu quarto por tempo que não lhe limitaram. No dia imediato notando o Sr. Bispo que este aluno faltava à refeição da manhã, mandou chamá-lo, depois alegando um motivo fútil mandou-lhe aplicar palmatoadas. Este castigo contrário às determinações duma lei especial do nosso país é muito usado naquela casa, onde se costuma aplicar muitas vezes em tal número que as mãos dos pacientes escorrem sangue. O seminarista de que nos ocupamos estendeu por duas vezes as mãos, depois movido pela dor e pela injustiça do castigo recusou estendê-las de novo. Sua Reverendíssima deu ordens aos seus criados para que segurassem a sua vítima e fosse continuado o castigo. Foi nesta ocasião que todos os condiscípulos do desgraçado intervieram, tentando impedir o reto do sacrifício. Os criados, porém, armando-se fazem debandar os estudantes, que, não tendo outro meio de fuga, se precipitam das janelas. Quatorze conseguiram o seu fim, mas os restantes foram apanhados e castigados. Até o Sr. Bispo, contam os fugidos exercitou nesta ocasião as suas forças esbofetando um seminarista.

Por tudo isto, Senhor e por muito mais que calamos com receio de fatigar, a Associação Académica de Lisboa vem muito respeitosamente pedir ao governo de Vossa Magestade para que se dê uma satisfação às vítimas do seminário de Beja mandando-as admitir no seminário de Évora, e para que se dê outra satisfação à justiça, ordenando uma rigorosa sindicância aquele estabelecimento de ensino [...].»

²²⁴ B, 16 de Abril de 1887.

da maravilhosa, a doce disciplina e o bom estudo proporcionado. Justificações que o bispo recolheu e enviou ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos com o ritmo de duas a três cartas por dia no espaço de uma semana.

Nem tudo estava esclarecido: de um lado havia dois estudantes não readmitidos e do outro lado estava o peso da palavra do prelado, as cartas de readmissão dos estudantes e o longo abaixo assinado dos seminaristas pobres em favor da acção do bispo ²²⁵. Que houve insubordinação é certo. Que a disciplina era dura são muitas vezes a dizê-lo. Que houve tentativas de aproveitamento político da situação parece evidente.

Passado o período mais turbulento, o bispo resolveu escrever uma longa carta ao Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça e procurou esclarecê-lo de tudo o que tinha acontecido desde a sua chegada à diocese, apresentando a sua própria defesa ²²⁶. Manifesta um sentimento de revolta, em relação à carta da Associação Académica de Lisboa e a todos os que levantaram obstáculos à sua acção na diocese. Revela, por outro lado, um certo cansaço de intrigas. A partir destes acontecimentos notamos um progressivo e semi abandono da diocese.

O desgaste provocado por estes acontecimentos é patente. O seu afastamento da diocese foi pensado e chegou mesmo a pensar-se que seria nomeado um outro bispo para coadjutor da diocese de Beja: «Diz

²²⁵ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 2, Carta abaixo assinado dos seminaristas gratuitos, 27 de Março de 1887: «[...] Já manifestaram a S. Ex^a. o seu desgosto, por este acontecimento, e protestavam contra caluniosas declarações feitas na cidade pelos estudantes fugitivos, vem cumprir também esse dever sagrado impulsionados pela gratidão que sentem por este estabelecimento, e pelas imperiosas exigências da verdade, que manda restabelecer a veracidade dos factos, para que os calúniadores sejam confundidos e a luz apareça em todo o seu esplendor. Nós Ex^a Sr. que na qualidade de alunos pobres habitamos o Seminário desde o dia da sua fundação recebendo o caritativo benefício [...] notamos impressionados o desvelo com que V. Ex^a tem tratado os estudantes do Seminário, não se desdenhando de ir pessoalmente visitá-los quando quaisquer incomodos os prendiam no leito, não podemos emudecer depois da manifestação dos nossos companheiros pensionistas. [...] Protestamos energeticamente contra essa revolta tristíssima, contra essas mentiras injuriosas que eles indignamente, não só contra a alimentação do refeitório, mas contra o procedimento dos criados e serventes, que, [...] nos tratam sempre com afecto[...].»

²²⁶ *Ibidem*, 9 de Abril de 1887. O bispo explica todos os acontecimentos e dá justificações para o sucedido. Veja-se a carta no apêndice documental: Anexo I.

o '*Jornal do Comércio*' que o bispo desta diocese vai solicitar um coadjutor e que para a Primavera irá ad sacra limina. Lá no negócio do coadjutor não entramos nós, mas no respeito à viajata a Roma aconselhamos o Sr. D. António Xavier a que se deixe disso e sabe porquê reverendo em Cristo? Porque vai confirmar o que o bom do Massella disse da sua pessoa quando foi da eleição. Deixe pois o Vaticano em dúvida. Olhe que ganha e não pouco. E pelo conselho nada lhe levamos amigo António»²²⁷. Continuam as notícias: «Diz o '*Jornal do Comércio*' que o bispo desta diocese anda em Lisboa, pedindo um coadjutor. Pobre homem!»²²⁸. Posteriormente nova referência à mesma questão: «Morreu o Bispo de Portalegre. Boa ocasião do nosso pedir a transferência. Olha António, diz o ditado muda de lugar mudarás de ventura. Porque não experimentas padre? Nós com certeza ganhávamos, e tu poderias não perder. Experimenta pois»²²⁹.

Não houve coadjutor nem transferência de bispo. Aconteceu sim um refrear da sua acção como bispo da diocese. As cartas pastorais passaram a ser mais escassas, pelo menos durante a década de 90. A permanência na diocese foi mais reduzida e com esta nova postura verificou-se a iminente reforma na administração do Seminário de Beja.

4.2. A acção dos padres Ançã e o processo de encerramento do Seminário

Em 1891, os padres Ançã chegaram à direcção do Seminário. O bispo Sousa Monteiro retirara a sua confiança ao padre Luís Augusto da Costa, exonerando-o de vice-reitor do Seminário de Beja e nomeando para o seu lugar o padre José Maria Ançã²³⁰. Este tinha vindo de Coimbra e, já em 1887, presenciara os acontecimentos da insubordinação no Seminário, colocando-se ao lado do bispo. Com a reestruturação no Seminário, o padre Manuel Ançã²³¹, mais novo que o seu irmão José Maria Ançã, foi nomeado prefeito, também em 1891.

Não teve um coadjutor episcopal, mas colocou à frente da diocese duas pessoas que eram suas conhecidas dos tempos em que tinha sido

²²⁷ B, 1 de Janeiro de 1887.

²²⁸ B, 22 de Janeiro de 1887.

²²⁹ B, 17 de Setembro de 1887.

²³⁰ Cf. B, 23 de Maio de 1891.

²³¹ *Ibidem*.

professor no Seminário de Coimbra. Os padres Ançã passaram a acumular os cargos de vice-reitor, prefeito, ecónomo, professor e secretário da Câmara Eclesiástica. Numa palavra, passaram a ter em seu poder o controle de toda a situação diocesana. A partir deste momento, o «império Ançã» será o braço do bispo que, ausente em Coimbra, apenas era informado do que interessava aos padres Ançã. Estes, por seu lado, tomaram o verdadeiro governo da diocese.

O Seminário tinha aberto, mas as condições de subsistência eram reduzidas. Havia o apelo aos fundos da Bula da Cruzada, destinados ao mantimento do padroado português e em que uma parte servia à sustentação dos seminários. Esta tradição permitiu constituir um grande e importante fundo para a formação do clero, principalmente para pagar a bolsa dos seminaristas pobres, já que os donativos mensais que os párocos «voluntariamente» pagavam não era o suficiente.

Os seminaristas pobres sujeitavam-se a uma candidatura e selecção para ocupação dos lugares que lhes eram destinados. Requisitos que ao serem preenchidos pelo pretendente, deveriam ser confirmados por declaração do pároco ²³². Deste modo, afirma-se a importância do pároco e é através dele que toda a rede pastoral diocesana se completa: inicia-se no bispo, passa pelo arcepreste e termina nos párocos.

Da confirmação do pároco sobre a petição para seminarista estava dependente ou não o seu ingresso no Seminário. O pretendente nos requisitos para a bolsa dos seminaristas pobres tinha de provar que era baptizado, pobre, saudável, tinha vocação e apresentava alguém que lhe prestava fiança. Esta era a situação indicada numa carta circular do bispo, a qual nem sempre foi posta em prática.

Embora o Seminário e a sua administração no princípio fossem razoáveis, com a chegada dos irmãos Ançã, o Seminário passou a ser dominado por estes. Para além da acção no Seminário, exerciam uma constante influência na vida eclesiástica da diocese e foi pela sua mão administrativa que o Seminário se tornou no refúgio de alunos expulsos de outros seminários do país ²³³. Sobre este assunto um ex-seminarista do Seminário de Beja, expulso por se rebelar contra o critério de disciplina vigente no Seminário, diz-nos frontalmente como era aí o ensino, bem como da situação de alguns padres: «*O seminário de Beja,*

²³² A. X. S. MONTEIRO, *Ofício circular às vigararias da vara*, p. 123.

²³³ Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 505.

dir-se-ia, conservava as velhas prerrogativas moçárabes [...]. A disciplina era branda e não se esfolavam os joelhos a rezar. Vestia-se de preto, mas andava comum, e nunca se saía à praça em formatura como os soldados [...]. Certo, certo, sobretudo, era emborcar-se a ciência tomística e canónica sem grande queimação de pestanas»²³⁴.

É sabido que a conduta moral e o zelo por uma boa postura representativa da dignidade de ser sacerdote era tema sempre focado nos discursos e cartas que o bispo fazia aos sacerdotes da sua diocese. Enquanto alguns guardavam e cumpriam os preceitos da Igreja, era sabido em toda a diocese que o bispo estava rodeado de pessoas que faziam precisamente o contrário, principalmente no Paço e Seminário: *«O sr. bispo de Beja não conhece bem quem tem dentro do seu Paço, e segundo informações, o prelado está vivendo sob uma vigilância inquisitorial, de forma que os Ançãs não deixam chegar nada às mãos do seu chefe e protector que os possa comprometer. Mas nós, quer nos custe pouco quer nos custe muito, havemos de fazer todos os possíveis para que o sr. bispo de Beja tome conhecimento dos factos, e se não os remediar o cardeal, como chefe supremo, tem forçosamente de tomar conhecimento de tais actos cometidos por padres a quem está confiada a educação da mocidade católica»*²³⁵.

Assim temos presente duas hipóteses: ou o bispo sabia o que se passava e não actuava, fechando os olhos aos abusos e indisciplinas cometidas por alguns sacerdotes da sua confiança, o que fazia o bispo entrar em contradição com o seu discurso e o seu compromisso de cristianizar a diocese; ou o bispo não queria ouvir os comentários daqueles que consideraria indiferentes e anti-religiosos devido à confiança que depositava nos padres Ançã²³⁶, os mais acusados de imoralidade.

²³⁴ Aquilino RIBEIRO, *Um escritor confessa-se*, Lisboa: Bertrand, 1974, p. 48. E o texto segue: *«Por isso era ali o refúgio dos rebeldes, dos cábulas e daqueles que encaravam o sacerdócio como uma profissão igual à de mestre-escola ou de veterinário. Beja tinha fama de diocese passa-culpas, perto de semi-pagã, e não havia padre colocado pelas freguesias que não tivesse uma em casa, às vezes filha de lavrador e a melhor borrega da terra. [...] O compadre prior era um homem como os mais. Podia sentar-se aos bródios do 'monte' e comer à tripa-forra que ninguém lhe levava a mal»*.

²³⁵ JNJ, 11 de Janeiro de 1905.

²³⁶ Saliente-se a expressão do JNJ, 11 de Janeiro de 1905: *«O prelado está vivendo sob uma vigilância inquisitorial, de forma que os Ançãs não deixam chegar nada às mãos do seu chefe e protector que os possa comprometer»*.

Ainda uma outra hipótese para esta questão, será a do bispo saber tudo o que se passava e afinal não ser tão forte quanto parecia. Terá sido traído por pessoas da sua confiança e o seu orgulho impelia-o a não voltar atrás nem demonstrar fraqueza perante os seus opositores na diocese. Muitas outras questões surgem e geram dúvidas sobre o verdadeiro conhecimento dos factos passados em torno do Seminário e da sua administração.

A crescente onda de republicanismo em Beja e a adesão da população a este ideal fez surgir na cidade muitas vozes contra as atitudes dos responsáveis religiosos em Beja que se serviram da imprensa transformando o jornal de propaganda no seu campo de batalha. Perante a incongruência na organização do clero e da Igreja diocesana, o bispo era constantemente acusado e criticado.

O Seminário era o alvo favorito dos críticos mais sarcásticos: «Consta-nos que já foi assinado o decreto que nomeia prior da freguesia do Salvador desta cidade, o sr. padre Luís Augusto da Costa, actual pároco de Santa Clara de Louredo e vice-reitor do Seminário de Beja. Até aqui eram duo in carne una. Agora ficarão sendo três?!

Não nos surpreenderia que o permitisse o sr. bispo desta diocese que parece, como o papa, infalível em fazer do direito torto e torto o direito.

[...] Ó sr. bispo, V. Ex^a., que é um faz-tudo, componha um hino em honra dessa gentinha e pinte um quadro alegórico ao caso sujeito. Depois tudo em exposição a ver-se por um pataco (hoje uma raridade), com destino a apressar a construção da sua sonhada Sé»²³⁷.

A agravante situação no Seminário conduzia, cada vez mais, a constantes denúncias e acusações aos actos ali praticados. Surgem vozes que incomodam aqueles que, na sua acção, caminhavam à margem de qualquer chamada de atenção em matéria disciplinar. Uma dessas vozes é a do cónego José Mendes de Lima, professor do Seminário que, em 1895, é acusado de espalhar pela cidade folhetos denunciando a vida do Seminário: ausência de vida piedosa, indisciplina e a festa de homenagem ao vice-reitor, que não teria seguido os termos correctos e desejáveis para uma casa de formação religiosa.

O padre José Mendes Lima era professor de ciências eclesiásticas desde 1874, portanto vinha ainda do tempo do cónego Boavida e tinha resistido a todas as mudanças efectuadas no Seminário. A denúncia

²³⁷ JNJ, 12 de Maio de 1886.

pública decorreu em plena Quaresma, na noite de 22 de Março de 1895, através da afixação em locais públicos de folhetos dirigidos ao povo da cidade e denunciando/censurando actos vividos no Seminário.

Os folhetos consistiam na expressão externa de uma denúncia que vinha sendo feita internamente na Igreja. Terá sido realmente o padre José Mendes Lima? Ou terá sido uma forma de provocar publicamente o processo de afastamento de alguém inconveniente à direcção do Seminário? Todo o processo foi o motivo para a exoneração dos cargos que este sacerdote ocupava no Seminário e numa paróquia da cidade.

Não chegaram até nós tão falados folhetos, mas temos o testemunho do padre José Mendes Lima que tomando a palavra viria a dizer publicamente: *«No dia 22 de Março do corrente ano os estudantes do seminário foram induzidos a fazer umas festas para a consagração poética duma das autoridades daquele instituto, que nesse dia fazia anos.*

Estas festas, todas profanas, foram acompanhadas de muito foguetório, que à meia noite estrondeou sobre a cidade, de alvorada com música, etc., etc.

Com a franqueza que me é habitual, lastimei o facto pelas suas manifestações exteriores, por ele se realizar no Seminário, instituto religioso para educação de futuros sacerdotes; no santo tempo da Quaresma e em uma sexta-feira em que os fiéis visitavam os passos do Senhor expostos em diferentes Igrejas. E neste meu sentir era acompanhado por todas as pessoas sérias e piedosas desta cidade, que o tomaram por um verdadeiro escândalo» ²³⁸.

Se por um lado o retrato do padre José Mendes Lima parece claro e, no mesmo texto, é transparente a afirmação da sua inocência, o

²³⁸ José Mendes LIMA, *Op. cit.*, p. 12. E o autor continua: *«No dia 23 pela manhã apareceram uns infames pasquins que, tomando por fundamento o facto aludido, insultavam todo o clero. O Senhor Bispo de Beja regressou à sua diocese no dia 24, e alguém, que queria fugir à responsabilidade dos factos praticados no seminário no dia 22, [...] procurou junto do prelado diocesano por meios ardilosos fazer esquecer os factos primordiais, para só avolumar as consequências deles e tornar-me responsável por elas vista a opinião que eu tinha manifestado, e outras razões que, por provarem demais, nada provam.*

[...] Todos sabem que costume tomar a responsabilidade dos actos que pratico, que tenho por costume manifestar abertamente a minha opinião, e que seria incapaz de usar meios indignos [...] para me insultar a mim próprio e à classe a que tenho a honra de pertencer».

mesmo sentimento não encontramos em todo o inquérito mandado instaurar pelo bispo e que prontamente foi iniciado pelo vice-reitor do Seminário, o cônego José Maria Ançã. O bispo pede que seja feito um «*exame directo sobre o impresso [...] a fim de reconhecer-se e descobrir-se qual a tipografia, onde foi composto e impresso*»²³⁹.

Segundo os inquiridos no auto de investigação, instaurado para apurar o tipo de papel, da letra e marca tipográfica, viria a concluir-se, sem reservas, que era o utilizado na tipografia da «Folha de Beja», jornal propriedade do padre José Mendes Lima²⁴⁰. Estes dados foram confirmados por pessoas «*conhecidas e fidedignas*» do escrivão do auto de investigação.

Além desta prova contra o padre José Mendes Lima, os alunos do Seminário subscrevem em peso um abaixo-assinado contra os métodos usados pelo docente no Seminário. Os estudantes, segundo o padre José Mendes Lima, foram forçados a assinar contra ele sob ameaça: «*quando é certo que entre os signatários se encontram crianças de 12, 13 e 14 anos, e muitos que nunca foram meus discípulos*»²⁴¹. Apresenta provas testemunhais clarificadoras para a acusação forjada em como os seminaristas assinaram sob ameaça: «*Um cavalheiro respeitável pelo seu carácter[...] e posição social tem no seminário dois protegidos seus. Quando se tratou do protesto [...] aconselhou-os a 'que se não metessem em manifestações nem protestos, porque eles só tinham vindo para o seminário para estudar'; ao que eles objectaram: 'mas diz-se que quem não assinar ou é expulso ou fica apontado'. 'Nesse caso façam o que entenderem, visto que precisam do seminário'. E os dois protegidos foram signatários do protesto*»²⁴².

Os alunos acusam-no de ensinar irregularmente, afirmando que as lições eram «*sempre passadas a dedo [...]. Quem não entendeu entendesse [...]. Exige rigorosamente a letra dos compêndios, decora da materialmente, e aí daquele que se desvia uma letra do texto [...]. Além do deficiente ensino, que presta, e sempre tem prestado aos alunos, trata-os com rigor e austeridade altamente grosseiras [...]. Este professor costumava faltar muito às aulas, chegando a dar, por*

²³⁹ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 3, 26 de Março de 1895, carta do bispo de Beja delegando no vice-reitor comissão para investigar acerca dos folhetos e nomeando o aluno padre José André Redes como escrivão.

²⁴⁰ *Ibidem*, 27 de Março de 1895, auto de investigação.

²⁴¹ José Mendes LIMA, *Op. cit.*, p. 13.

²⁴² *Ibidem*.

ano, cerca de setenta faltas; [...] não se demorando na aula o devido tempo, mas apenas um quarto de hora, e poucas vezes vinte minutos, quando não passa lição à porta da aula, depois de assinar o livro. [...] Não nos temos queixado nem reclamado: antes temos sofrido com a maior paciência e estávamos muito resolvidos a guardar segredo. Mas agora, mas agora, ofendidos no nosso crédito e em nosso bom nome, pelas censuras feitas, em nosso desfavor [...] nas lojas, clubs, e casas de jogo; e principalmente pela injúria dos tais pasquins [...]»²⁴³. Seguem-se trinta e oito assinaturas legíveis certamente de todos os alunos do Seminário. Como primeiro subscritor, surge o aluno padre José André Redes, o escrivão do auto de investigação.

O professor defende-se: «Ninguém me pode chamar de mau professor desde 1885 a Julho de 1895 [...] porquanto ninguém me acusa de faltas, mas antes me são dadas provas de consideração e distinção pelos meus serviços como professor»²⁴⁴. Poderemos aceitar que as afirmações dos alunos tenham alguma veracidade; mas porque é que mantiveram silêncio durante tanto tempo se se revoltavam pelo mais variado tipo de questões?

Façamos uma comparação com os factos ocorridos em 1887. Quando todos falavam dos maus tratos, da indisciplina e má alimentação no Seminário, os seminaristas pobres tinham surgido em bloco em defesa do bispo e do Seminário. Mas, nenhuma voz se tinha levantado contra o então já professor José Mendes Lima. Neste momento, em 1895, encontramos os seminaristas em conjunto a defenderem o seu Seminário, a orientação disciplinar nele praticada pelos padres Ançã e, em contrapartida, todos em uníssono contra o referido professor.

Por outro lado, não deixa de ser significativo constatar o papel desempenhado pelo então aluno José Maria Ançã, quando em 1887 aparece como o primeiro signatário nas declarações favoráveis à acção do prelado. Em 1895, nas declarações dos alunos e pelo punho do escrivão padre José André Redes, é notória a influência exercida pelo já vice-reitor do Seminário padre José Maria Ançã, que agora se encontra necessitado do apoio do bispo.

Em 1895, como se não fosse suficiente o auto de investigação, as assinaturas dos seminaristas e ainda um depoimento acusatório de três

²⁴³ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 2, 26 de Março de 1895, abaixo assinado dos alunos do Seminário de Beja.

²⁴⁴ José Mendes LIMA, *Op. cit.*, p. 8.

padres ex-alunos do padre José Mendes Lima, o próprio padre José Maria Ançã confirma tudo e afirma só não ter dado parte anteriormente, na esperança de que os seus «*conselhos amigáveis o levariam à emenda*»²⁴⁵.

Para um melhor esclarecimento dos acontecimentos, de 1895, é necessário verificar com que minúcia os acusadores do padre José Mendes Lima descrevem a festa que originou todo o escândalo: «*Nesse dia fui visitar o Reverendo Sr. vice-reitor do seminário pelo seu aniversário natalício [...] apareceram alguns alunos convidando-me a visitar [...] a sala que tinham vestido festivamente [...] bem traduzia o amor e a consideração ao Reverendo Sr. vice-reitor [...]. Dirigi aos seminaristas duas palavras animadoras manifestando-lhes a minha manifestação por ver que no seminário de Beja se considera e enaltece a autoridade que sabe manter a disciplina e fazer respeitar e amar pelos seus súbditos. Esta alegria inocente, amiga e profundamente significativa fazia-se sentir cá fora pela multidão de foguetes que estalavam*»²⁴⁶. Nesta descrição os factos de que o vice-reitor e seminário eram acusados aparecem esbatidos.

José Maria Ançã era conhecido na cidade pela direcção do Seminário, pelas suas opiniões políticas pró-republicanas e pelos seus poemas eróticos publicados em livro. Politicamente foi acusado de traidor e ingrato, pelo jornal de propaganda republicana «Nove de Julho», em 1905: «*Depois de tantos favores que lhe dispensamos em diversas épocas, a ele e ao irmão, pedidos por ambos, por cartas ou pessoalmente*»²⁴⁷. O jornal referia-se à querela que, desde 1899, envolvia os padres Ançã e o estudante Manuel Ribeiro, crítico literário que censurava mordazmente os seus poemas.

A poesia do padre José Maria Ançã, publicada em 1891, praticamente ao mesmo tempo que era elevado ao cargo de vice-reitor do Seminário, está em contradição com a anunciada moral e disciplina eclesiástica, preconizada pelo bispo e pelos responsáveis mais directos do bispado e Seminário. Estes poemas, nunca referidos pelo bispo — que nos parece ignorá-los apesar da divulgação literária que a obra do pa-

²⁴⁵ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 2, 28 de Março de 1895, informação do vice-reitor do Seminário de Beja.

²⁴⁶ *Ibidem*, 27 de Março de 1895, carta do promotor apostólico do bispado, padre António Camacho de Brito.

²⁴⁷ JNJ, 11 de Janeiro de 1905.

dre José Maria Ançã tinha tido, são um dos factores apontados na autodefesa que o padre José Mendes Lima procura fazer: *«Há uma perfeita contradição entre um tal proceder e as máximas do compêndio de civilidade do prelado diocesano, que ele manda explicar aos alunos do seu seminário em instruções bissemanais pelo seu vice-reitor. Mas talvez que esta contradição se possa explicar pelas seguintes razões: em primeiro lugar entre os alunos do seminário há alguns, que, tendo sido expulsos ou alijados de outros seminários, encontraram neste guarida e protecção especial, talvez por identidade de origem. Em segundo lugar, porque o ilustre catequista não quer alhear os seus sentimentos e opiniões para se sujeitar ao texto do catecismo»*²⁴⁸.

A poesia do padre José Maria Ançã sofreu duras críticas da opinião pública, pois vinha da mão e pensamento de uma pessoa que assumira responsabilidades elevadas na educação e formação do futuro clero. Mas, o conflito latente entre o padre Ançã e o padre José Mendes Lima, assentava em duas visões do mundo. E não se restringia a versos de amor e erotismo; era-o também no campo político.

²⁴⁸ José Mendes LIMA, *Op. cit.*, p.14-15. E o texto continua: *«Assim, para arreigar a virtude da castidade e fazer manter o desprezo pelos prazeres mundanos, nada como os seguintes versos [da autoria do vice-reitor do Seminário de Beja, padre José Maria Ançã e publicados, em 1891, no seu livro 'Expansões d'Alma', referidos pelo padre José Mendes Lima em sua defesa]:*

*'No seio farto, ondeado,
D'alvas rendas mal coberto,
transluz um sulco nevado
Doce, cor de leite... em suma,
Um vale por Deus aberto
Entre Dois montes de espuma.*

*Éramos sós. E nessa noite escura
Sobre o seu nívco corpo aveludado,
Libei o doce néctar do pecado
Pela taça da lúbrica ventura.*

*É teu olhar um sol que me fascina
E teus lábios de rosa que me prendem
São petalas setineas que rescendem
A fragância do céu mulher divina!*

*Deixa sorver-te, com lascivia doce
O nectar nessa boca preciosa...
Oh! Deixa-mo sorver-te, como se eu fosse
A borboleta de ouro e tu... a rosa.»*

O campo político dos padres Ançã era largamente conhecido da sociedade bejense. O padre José Mendes Lima não hesitou em referir-se ao tipo de política defendida pelo padre José Maria Ançã, através da publicação de um poema que o vice-reitor do Seminário ofereceu a Magalhães Lima após a revolta do 31 de Janeiro de 1891, no Porto ²⁴⁹.

Onde estava o bispo que nada manifestou em relação às posições dos padres Ançã, quer no campo político quer no seu carácter moral? O afastamento do padre José Mendes Lima, por pedido expresso do bispo, deixa perceber uma certa falta de controlo no governo diocesano. Por outro lado, não se compreende que um defensor acérrimo da verdade, como o bispo, não tenha recebido o padre José Mendes Lima quando este o solicitou, evitando escutar a outra versão dos acontecimentos.

A sua indisponibilidade prendeu-se com a apertada vigilância, o zelo rigoroso e o controlo apertado dos padres Ançã acerca das figuras que rodeavam ou se aproximavam do bispo, arrastando-o assim para uma situação que era visivelmente contrária ao seu projecto de evangelização da diocese. Era o afastamento do diálogo largamente defendido nos textos pastorais, agora manifestado pelo silêncio do bispo.

Os padres Ançã, durante toda a década de 90 e princípio do século XX, assumem a condução da diocese de Beja. Após 1891, o bispo pouco escreveu e nos jornais são escassas as referências à sua pessoa. A década de 90 é de incompreensão relativamente à atitude do

²⁴⁹ Poema de intervenção e actividade política do padre Ançã, referenciado pelo padre José Mendes Lima, *Op. cit.*, p. 16:

*«Democrata!
Que vejo?... A dignidade foi-se.
O templo dos heróis - o altivo Portugal
É hoje o quê? O alcoice
Da política vil, da imprensa mundanal
Em cujos braços nós se entregam monarquistas,
Diplomatas e reis, ministros e estadistas,
São eles, eles só, que hão-de levar um dia
Ao cadafalso, à morte, a nossa autonomia;
[...]
Compõe... Compõe-lhe um hino igual à marselhesa
E manda-o combater, em luta encarniçada.
Na mão esquerda o facho, e na outra mão a espada.»*

prelado: por um lado, um reduzido número de cartas pastorais; e, por outro lado, uma inércia entre a classe sacerdotal.

A incompreensão atinge toda a diocese que vendo as movimentações dos padres Ançã ficou estupefacta com a consideração que estes mereciam do bispo. Seria por terem vindo de Coimbra? Que razões levariam o bispo a satisfazer as exigências dos padres Ançã? Chantagem sobre um homem que escrevia bem e tinha um pensamento claro a nível do movimento eclesial e social? Que medos ensombravam o espírito do bispo Sousa Monteiro que o levavam a expressar, por escrito, aquilo que pelas suas acções e voz não se ouvia, não era visível, nem tinha qualquer expressão? O que é que o jornal «O Bejense» pretendia insinuar acerca do viver do padre Monteiro na Lousã, depois cônego António Xavier em Coimbra? ²⁵⁰. Como explicar que os padres Ançã tivessem tanta influência sobre um bispo que, na sua postura pastoral, não partilhava das suas ideias? Ou será que no seu íntimo as compreendia? A expressão «consideração e confiança» não nos satisfaz nem nos esclarece, tal como ao padre José Mendes Lima, o facto de ao mesmo tempo o padre José Maria Ançã ser «*pároco colado, vice-reitor, professor e concorrente ao lugar de contador do Juízo Eclesiástico; e que seu mano, que terminou o curso o ano passado, seja perfeito do Seminário, professor, contínuo das aulas, tesoureiro da bula e concorrente ao lugar de escrivão da Câmara Eclesiástica*» ²⁵¹.

Com o controlo da diocese e o incompreensível silêncio do bispo, os padres Ançã tornam-se os protagonistas da diocese de Beja. O bispo Sousa Monteiro, ausente ou forçado a prolongadas ausências, com uma saúde que já não lhe possibilitava grandes combates ideológicos, «passava por ser um bom e justo homem e eu creio que o fosse. Mas era um ancião que se ia alheando, por imposição da natureza caduca, das obrigações episcopais» ²⁵².

²⁵⁰ B, 22 de Agosto de 1885.

²⁵¹ José Mendes LIMA, *Op. cit.*, p. 17.

²⁵² Aquilino RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 90-91. O escritor e ex-seminarista em Beja continua: «*Aquela santa singeleza era única e destoava naquele casarão de tijolo e maus relentos de toda a ordem. Os Ançãs, quando ele se ausentava da diocese, ficavam uma espécie de ulemas, com o gozo do barão e caldeira.*

Do entendimento especial que ligava os dois, além do vínculo familiar, quanto à administração da casa, nunca se falou. A férula do vice-reitor raramente se mostrava. Por ventura fosse a potestade, e o mano, antigo grumete, o braço direito. A sua estatura quadrada, maciça, habilitava-o a exercer o executivo com segu-

Logo em 1896, através de um ofício datado de 12 de Setembro desse ano o bispo Bastos Pina alertara o bispo de Beja para actos de indisciplina praticados pelos padres Ançã na diocese de Coimbra, concretamente na terra natal destes: «*Não ignora Vossa Reverência certamente que os seus padres Ançãs, um vice-reitor e o outro professor do seu seminário vieram, nestas férias de Beja para Ílhavo levantar uma cruzada contra mim por causa da disciplina que, no meu legítimo e indisputável direito estabeleci no meu bispado para todos os clérigos ordenados fora dele e mediante as cláusulas com que lhes passo as respectivas demissórias, e que, além dessa cruzada, ora escrevendo, ora inspirando artigos contra o Bispo de Coimbra nos jornais que puderam, porque outros os repeliram, ousaram interpor recurso dos meus despachos para a Excelentíssima Relação de Braga*»²⁵³.

ro êxito. Para as relações com o antistite ou ainda com o ministro dos cultos lá estava o mais velho, mesureiro, melífluu, mestre na lisonja, sabiamente condimentada com a cortesia. Face nédia, rósea, dir-se-ia que carminada, olhos de veludo sobre o orbicular, falas mansas, discretas, sempre muito bem posto nos hábitos talaras, não lhe faltava nada, afora o título para uma personagem da cúria. Para cúmulo de qualidades era poeta, poeta do divino como Diogo Bernardes, na forma dialogada por vezes que Guerra Junqueiro experimentara num ou outro livro. Por esta sorte de escada funicular devia ter-se insinuado nas graças de D. António Xavier de Sousa Monteiro, como já se disse, artista e mesmo com obra de pintor, ainda que os seus versos fossem bastante chochos, dobrados ao macete, e para cantar à mandolina».

²⁵³ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 4. Trata-se do documento nº 3 do processo de exoneração dos padres Ançã, instaurado pelo bispo D. Sebastião Leite de Vasconcelos. Este conjunto — provas — documental era composto por 9 a 10 documentos apresentados pelo bispo D. Sebastião, segundo referências suas. No entanto, encontrámos vazias as pastas referentes aos documentos nº 2, 5, 6 e 7 que, segundo observações remissivas do bispo D. Sebastião em carta de 2 de Setembro de 1909 ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, eram de extrema importância.

Na folha 2 verso e seguintes da carta enviada pelo bispo em 2 de Setembro de 1909, este refere que o padre José Maria Ançã não pode exercer os cargos que exerce na diocese: «*O padre José Maria Ançã que ousou escrever e publicar livros de versos em que se lêem poesias lúbricas e desonestas (cfr. doc 4, pág. 14). [...] Sua vida irregular e escandalosa [...], e que não teve dúvida em dizer que tinha só um filho, e que seu irmão, que vive escandalosamente com uma concubina é que tinha dois! [...] Nós não queremos nem podemos ter no nosso seminário quem, além de outras razões, dá tais exemplos aos seus discípulos [...]. Era a esta gente que estava entregue a formação do clero! [...] Era o que acontecia: todos sabem como vivia parte do clero da diocese de Beja e o mal causado à religião com a sua vida irregular. Com estes dirigentes nem outra coisa se poderia esperar: — a descristiani-*

O padre José Maria Ançã viera para Beja logo após a abertura do Seminário, quando foi expulso de Coimbra. Facto presente num ofício do bispo de Coimbra, arquivado na Secretaria Episcopal de Beja e tornado público pelo bispo D. Sebastião Leite de Vasconcelos ²⁵⁴. À expulsão do Seminário de Coimbra ocorrida na década de 80, valeu-lhe a protecção do bispo Sousa Monteiro que o trouxe para Beja. Foi mais tarde que trouxe também o seu irmão Manuel Ançã.

Com o tempo, o Seminário de Beja tornara-se um foco de imoralidades e era o alvo das observações públicas dos alunos acerca da deficiente alimentação, dos maus tratos, das injustiças, das irregularidades no ensino e na administração do Seminário. Irregularidades que eram do conhecimento dos seminaristas e eram assunto nas reuniões «secretas», nos quartos, entre eles ²⁵⁵.

zação do Alentejo. [...] Dadas estas informações nada mais era necessário para responder: mas há mais [...].» E seguem-se outras provas, entre as quais, o caso do padre José Mendes Lima.

²⁵⁴ AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 4. Trata-se do documento nº 1 referenciado no processo de exoneração do padre José Maria Ançã. Em que o bispo de Coimbra declara que «[...] ele foi expulso do seminário deste bispado, pouco depois de ter entrado, por nos ter vindo à mão uma carta de namoro por ele escrita a uma menina sua patriciã, pouco depois da sua entrada para o mesmo [...]».

²⁵⁵ Aquilino RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 64-66. Vejamos:

«- Vês aquela casa lá em baixo?... Casa e granja [...].

- Vejo [...].

- É a herdade de Manuel Ançã. Todas as noites, entre as nove e as dez, mal nos dormitórios se faz silêncio, despe a batina e raspa-se. Tupa, tupa em três minutos planta-se lá...

- E que tem lá isso? É um pequeno senhor proprietário, está no seu direito... Os cânones não condenam...

- Chega a casa e um menino agarra-se-lhe às pernas: papázinho! Papázinho!

- É eternecedor!

- E uma mulher relativamente nova...

- ... Deita-lhe os braços ao pescoço: viva o meu Manuel!

- Como sabes?

- Avaliei o que ias dizer.

- Toda a gente o sabe. Duvidas?... Pergunta ao Jonas quando tiveres confiança com ele.

- O Jonas é um bebedolas!...

- Mas basta olhar daqui... Não vês? [...].

- O celibato é uma virtude eclesiástica, mas pode ser que não seja sempre uma virtude moral. Deus é que nos julga!

- Pois sim, sim, mas tudo quanto ali vês, quinta, vaca, violetas, safu-nos do pêlo. Quer dizer do pêlo de ordenados. Para o Ançã ser dono, comemos nós todos

Em Beja sabia-se quais os sacerdotes com ou sem responsabilidades no Seminário que quebravam o voto de celibato e incorriam em outras infracções à lei da Igreja. O celibato eclesiástico, sendo uma lei da Igreja católica que o Estado não podia controlar, gerou um conflito cultural e religioso quer no interior da Igreja, quer na sociedade no virar do século XIX-XX.

Apesar de ser criticado o bispo gozava de algum prestígio — e era considerado ter simpatias próximas dos liberais. O Seminário funcionava como o chamariz para os insubmissos das outras dioceses. Oriundos, sobretudo, dos seminários de Coimbra, Lamego e Beira interior, dioceses mais severas e rigorosas na disciplina, contribuíram para preencher, deste modo, as necessidades sacerdotais que o Alentejo vivia ²⁵⁶.

os dias um caldo de couves chilras e uma sardinha a nadar num prato de azeite. Como é o secretário do seminário, muitos dos seminaristas que pagam a mensalidade por inteiro, 12\$000 rs, a mais alta de todas as dioceses, são inscritos como pobres. Eu, com certeza, provavelmente tu... É um explorador!

- Será. E diz-me cá uma coisa: as couves chilras que comemos ao jantar e à ceia, é também ele que as impinge ao seminário?

- As couves e o mais. Não é o ecónomo? Também de lá vem o leite... depois de baptizado.

- Para que é ele padre? Lá as couves não lhe perdoo... Pela qualidade. Mas ouve, amigo... Li que no Colégio Montaigu, rival do Colégio de Sainte-Barbe, de Paris, duas casas que deram ao mundo grandes luminares na teologia e até nas artes, o prato da resistência eram feijões, feijões, mais feijões. Saíam de lá com dentes afiados que nem sedeiros. Mas sabichões! A fome aguça os entendimentos...

- Bom, bom, mas agora não olhes mais para lá... Vem lá o Brito. Se adivinhasse que estávamos a cortar na casaca do prefeito [...] ía-lho dizer de caminho e amanhã largávamos daqui a toque de caixa».

²⁵⁶ Cf. *Ibidem*, p. 104-105. Diz o escritor: «No Alentejo, província formada por gente pobre de todo ou rica em excesso, não encontrava recrutas o seminário. Para que o de Beja tivesse lotação que justificasse a sua existência, era necessário que viessem das outras dioceses os díscolos, os indisciplinados, os cábulas e os brancos, um ou outro como eu que não sabia o que era sotaina e vinha ao tentame, sem deixar de ver o mundo pelo seu caco de ametista, numa palavra, o rebotalho. As exigências da admissibilidade eram reduzidas ao mínimo. Os bispos concediam com mão solerte dimissória a estes ordenandos, que na hipótese mais provável viriam a ser um peso morto na diocese ou um estorvo. Livravam-se assim de pastores, averiguadamente maus ao primeiro toque, e não atiravam ao século com rebeldes que podiam tornar-se abrolho para a Igreja. Na aluvião era rara que se salvasse um que desse honra à classe.

O Feio, pois que era da própria diocese de Beja exorbitava deste quadriculado. Era um rapaz gordo, bem-parecido e plácido. Contava anedotas saborosas,

Este primeiro período do Seminário de Beja esteve intimamente ligado aos padres Ançã e ao grupo de homens que aí reuniram e que na maior parte do tempo terão feito letra morta da castidade, lisura, pobreza e preceitos divinos. A sua falta de recato levou a Igreja a alimentar nas suas entranhas o escândalo e a hipocrisia. O bispo Sousa Monteiro sem se aperceber alimentou aqueles que nos bastidores iam corrompendo o sagrado em descarada paganidade. O bispo Sousa Monteiro não pertencia «à raça desses homens a quem foi dado salvar Israel» (1 Mac 5, 62) — como afirmou Monsenhor Francisco Torrão — «ele não seria o homem de que Beja necessitava, como o provou um futuro de prolongadas ausências na Coimbra dos seus encantos, enquanto por cá se deteorava a herança do seu antecessor recebida, nomeadamente no Seminário, onde a degradação atingia incontidamente as raías do paroxismo»²⁵⁷.

Através da sua conduta e exemplo contrário à sua condição de sacerdote, vivendo «aconchegados» perante Deus e os fiéis, os padres, levaram alguns seminaristas a reflectir nos factos que observavam e a deixar «cair dos seus olhos algumas escamas», contribuindo assim para a crescente laicização da sociedade portuguesa²⁵⁸.

Meses depois da morte do bispo Sousa Monteiro, em Novembro de 1906, mais uma vez os seminaristas se revoltaram. Deu-se a sua saída e, como consequência o Seminário foi encerrado em Janeiro de

como um condutor de camelos sabe contá-las à luz das estrelas, com o infinito deserto à volta a ouvi-lo siderado como os demais cameleiros».

²⁵⁷ Francisco TORRÃO, *Evocação do seminário de Beja na diocese restaurada pelo Breve Pontifício «Agrum Universalis Ecclesiae» de Clemente XIV, de 10 de Julho de 1770*, Texto dactilografado da Conferência pública: *No cinquentenário da inauguração do Seminário de N^a S^a de Fátima*, em Beja, 13-14 de Outubro de 1990, p. 9.

²⁵⁸ Aquilino RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 115. Diz o escritor: «Se em vez deles, clamorosas trombetas de injustiça e da hipocrisia religiosa, eu tivesse encontrado no meu caminho padres no género do padre Gonçalves, santo beneditino que no Colégio de Lamego não sabia guardar rancor das minhas diabruras, ou o padre Santos, do Convento de Fraga, bom e tolerantíssimo franciscano, eu teria aguentado no redil; ter-me-ia tornado ovelha dócil; balido os latins; e não teriam conto as vezes que me encanizasse contra herejes e pedreiros-livres. Não deixaria tão-pouco de defender César pela cólera e o escravo pela brandura. Teria desempenhado, em suma, o papel de cola-tudo, um xisgaravis de cola-tudo na admirável ordem social. Assim vim para a berlinda e joguei, como nos circos baratos que vão de feira para feira puxados por duas pilecas lazentas, o meu ar de lutador aos satisfeitos da vida e a todos os plesiossauros da política».

1907. Apesar de ter autorização para tal, em Outubro desse ano o Seminário não reabriu.

A 2 de Fevereiro de 1908, D. Sebastião Leite de Vasconcelos ²⁵⁹ era sagrado na Sé do Porto, novo bispo de Beja. Na sua primeira pastoral de saudação à diocese, o Seminário e a formação do clero ocupavam lugar de destaque e definia a sua prioridade pastoral: «*Sim, jovens seminaristas, depois de actos que são do domínio público e que tanto amarguraram o coração da nossa Mãe, a Santa Igreja, cabe-nos a obrigação de promover de um modo particular o vosso levantamento moral e intelectual, esquecendo o passado, se o vosso arrependimento for sincero*» ²⁶⁰.

Em Beja, após a morte de D. António Xavier de Sousa Monteiro, acentuaram-se as linhas de hostilidade para com a monarquia e a Igreja. D. Sebastião Leite de Vasconcelos foi recebido com hostilidade, mas tomou a seu cargo a responsabilidade de reorganizar a diocese. O Seminário foi o primeiro a sofrer a mudança, com a destituição dos padres Ançã por motivos morais, disciplinares e campanha difamatória em relação ao prelado ²⁶¹. Era o princípio de uma nova dinamização pastoral, que iria acender novo rastilho com graves consequências na vida episcopal e diocesana.

A nível nacional, o regicídio de 1908 foi exaltado em Beja com grande fervor. Na cidade, o Paço Episcopal e o Seminário, entretanto reaberto, passaram a ser olhados como as primeiras vítimas a abater ²⁶². Os padres Ançã tinham sido afastados «das fileiras da Igreja militante por um breve de D. Sebastião de Vasconcelos, mal foi sagrado Bispo de Beja. Manuel, suspenso, a sacris, acabou por integrar-se na vida civil com barbas e tudo. José não rompeu os vínculos, posto haja transitado com o seu poder de insinuação e talento múltiplo para a república» ²⁶³. No entanto e apesar de afastados da Igreja, a sua

²⁵⁹ Fortunato de ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 505.

²⁶⁰ D. Sebastião Leite de VASCONCELOS, Primeira carta pastoral de saudação à diocese, 2 de Fevereiro de 1908, referido por Francisco TORRÃO, *Op. cit.*, p. 9.

²⁶¹ Cf. AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº 4.

²⁶² Cf. J. Gonçalves SERPA, *Op. cit.*, p. 63.

²⁶³ Aquilino RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 114. Contactos estabelecidos recentemente entre nós e descendentes dos padres Ançã, dão-nos a conhecer uma nova realidade sobre o que posteriormente se passou com estes padres e sua família. Segundo nos foi dado a saber, estiveram, anos mais tarde, na rectaguarda da implantação em

influência na cidade continuava. Com a queda da monarquia e a implantação da República a 5 de Outubro de 1910, os padres Ançã, invadiram o Paço Episcopal e o Seminário. Sendo os chefes dos revoltosos, hastearam a bandeira republicana, assaltaram, saquearam e destruíram parte dos arquivos diocesanos ²⁶⁴.

Em visita pastoral à região de Moura, o bispo foi aconselhado a seguir para o exílio em Espanha ²⁶⁵. No bispado, no Paço e no Seminário convergiam a identificação com o regime deposto. Na diocese a maioria das igrejas foram encerradas, sequestradas, demolidas ou vendidas em hasta pública. Aproximava-se a lei da separação Igreja-Estado.

O Seminário foi então definitivamente encerrado e a diocese passou por mais um período de vacância. Nos dez anos seguintes a diocese ficou confiada ao arcebispo de Évora D. Eduardo Augusto Nunes, que manteve correspondência com o bispo exilado em Espanha ²⁶⁶.

A partir de 1920, com o novo bispo D. José do Patrocínio Dias, Beja iniciou outra etapa da sua história. D. José, o bispo soldado e reconstrutor, encontrou a sua diocese na absoluta pobreza material e espiritual. A diocese não tinha Sé Catedral, nem Cabido, nem Paço, nem Seminário ²⁶⁷. Após a hostilidade inicial, conquistou a simpatia de todos. Em 1925 abriu o Seminário de Serpa e em 1940 re-fundava o Seminário de Beja.

Conclusão

A intervenção pastoral de D. António Xavier de Sousa Monteiro pautou-se pelo constante apelo à **harmonia, entendimento e diálogo** entre a Igreja e o Estado liberal, com base num objectivo comum: o desenvolvimento e a salvação da sociedade e inscreve-se no marco leonino que caracteriza a atitude comum do catolicismo no final do século XIX.

Portugal de um dos ramos da Igreja Evangélica Pentecostal. Assunto que poderá constituir um largo campo de trabalho para um melhor conhecimento e aprofundamento dos novos movimentos cristãos no período pós-República.

²⁶⁴ Cf. J. Gonçalves SERPA, *Op. cit.*, p. 63.

²⁶⁵ Cf. *Ibidem*.

²⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 65.

²⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 69.

Antecedendo o governo de D. António Xavier de Sousa Monteiro, foi determinante a acção que o cônego António José Boavida exerceu na diocese de Beja. Orientou a sua pastoral e eclesiologia em relação a dois princípios: a resposta da Igreja à sociedade liberal, insistindo na paz, na concórdia e na caridade em ordem à defesa da diocese.

O cônego Boavida privilegiou sobretudo o clero paroquial, enquanto que o bispo Sousa Monteiro na sua intervenção pastoral e eclesial valorizou os contornos jurídicos e legislativos, preocupado em disciplinar o funcionamento da diocese. O bispo utilizou os documentos pastorais como instrumentos da sua acção episcopal e as suas ausências da diocese não constituíam, aparentemente, problema para si, revelando, pelo contrário, uma determinada concepção da função do bispo.

Aqueles que estavam na rectaguarda do apoio ao cônego Boavida inscreviam-se numa concepção eclesial ultramontana e intransigente, apoiando-se, de certo modo, no desenvolvimento de obras de caridade, associações pias e grupos, características de uma religião que se queria social e não individual, e transparecendo uma necessidade de equilíbrio entre a Igreja e a sociedade. Estes, opuseram-se à acção pastoral protagonizada pelo bispo Sousa Monteiro, ao ver nele uma pessoa que vinda de fora, tinha sido nomeado e surgia como representante do poder liberal.

Quando entrou na diocese, o bispo, encontrou-a a funcionar numa enorme precariedade espiritual. Logo pretendeu efectuar uma organização de todos os sectores eclesiais, perspectivando um protagonismo, baseado no apaziguamento, na moderação e na concórdia, no sentido de restabelecer a **harmonia** e o **diálogo** com todas as forças sociais e políticas.

A liberdade defendida pelo bispo não podia conduzir à desordem moral da sociedade. Para o católico, a liberdade era entendida como o pilar da justiça e da moral cristã expressa nas suas atitudes interiores e exteriores.

A referência constante aos ensinamentos do papa Leão XIII evidenciam uma abordagem e deslocação das problemáticas eclesiais que se encaminhavam para a questão social, numa orientação eclesiológica de reconciliação da Igreja com a sociedade. Desse modo pretendia incrementar o florescimento da função religiosa, moral e social que a Igreja devia ter na sociedade. Poder-se-á dizer que Sousa Monteiro é um bispo que, por um lado, exprime as características da funcionalização do clero produzida pelo liberalismo, mas por outro,

assume a postura leonina de tentar definir as prioridades da relação da Igreja com a sociedade.

Assim, a cristianização contraposta à indiferença religiosa assume no pensamento do bispo Sousa Monteiro contornos particulares. Ele pretendeu uma refundação cristã da sociedade em geral, visando educar e instruir na doutrina cristã cada uma das pessoas que integram essa mesma sociedade. Mas, na diocese encontrou uma oposição interna e também por parte de forças anticlericais, atribuíam a corrupção e a decadência da monarquia à falsidade da moral, vivida imoralmente pelo clero, funcionário do regime vigente.

O bispo Sousa Monteiro é um católico liberal, no sentido em que pretende que a religião seja funcional à sociedade. Defende o funcionalismo da religião, pois aceita as regras da sociedade liberal, considerando-se, no fundo, como um administrador. Situado num modelo eclesiológico ultramontano, reconhece a liberdade de intervenção dos católicos na sociedade subordinando-a, contudo, à autoridade eclesiástica enquanto expressão de defesa da missão da Igreja: a cristianização e salvação da sociedade.

SIGLAS ***Siglas de fontes manuscritas**

AACL	= Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa.
AHMB	= Arquivo Histórico Municipal de Beja.
AUC	= Arquivo da Universidade de Coimbra.
ASC	= Arquivo do Seminário de Coimbra.
AN/TT.MNE	= Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.
AN/TT.MR	= Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ministério do Reino.
AN/TT.RGM	= Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês.
AN/TT.RP	= Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Registos Paroquiais.
AR/AHP	= Assembleia da República/Arquivo Histórico-Parlamentar.
CRCB	= Conservatória do Registo Civil de Beja.

Siglas de periódicos

<i>B</i>	= <i>O Bejense</i>
<i>DB</i>	= <i>O Distrito de Beja</i>
<i>I</i>	= <i>O Instituto</i>
<i>IC</i>	= <i>Instituições Cristãs</i>
<i>JN</i>	= <i>Jornal Nove de Julho</i>
<i>RCE</i>	= <i>Revista das Ciências Eclesiásticas</i>

Siglas de obras gerais

<i>DHCBHNA</i>	= <i>Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico</i>
<i>DHGE</i>	= <i>Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques</i>
<i>DHIP</i>	= <i>Dicionário de História da Igreja em Portugal</i>
<i>DSAMDH</i>	= <i>Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique, Doctrine et Histoire</i>
<i>GEPB</i>	= <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i>

* No texto e nas notas actualizei a ortografia.

D. António Xavier de Sousa Monteiro = bispo Sousa Monteiro, no texto
= A.X.S.MONTEIRO, nas notas de rodapé

BIBLIOGRAFIA

A) Fontes manuscritas

Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa:

- Ficheiro de Associados

Arquivo da Universidade de Coimbra:

- Ficheiro de Ordenações Sacerdotais
- Livro de Matrículas 1850-1851
- Livro de Actos e Graos 1852-1856

Arquivo Histórico Municipal de Beja:

- Câmara eclesiástica

Arquivo do Seminário de Coimbra:

- Ficheiro de professores do Seminário de Coimbra

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

- Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça
 - Caixa 31, maço 35, nº 2, 3 e 4
 - Caixa 580, maço 510, nº 13
 - Maço 463, doc. 2
 - Maço 534, doc. 1
- Ministério do Reino
 - Livro 925, fl. 47v-48
- Registo Geral de Mercês
 - D. Luís I, Lv. 11, fl. 119v
 - D. Luís I, Lv. 28, fl. 206
- Registos Paroquiais
 - Lisboa, Sé, Livro B - fl.81

Assembleia da República/Arquivo Histórico-Parlamentar:

- Bispos nomeados para a Câmara dos Pares, Livro 1546

Conservatória do Registo Civil de Beja:

- Óbitos, Livro do Ano de 1906

B) Fontes impressas

ALMEIDA, José Valentim Fialho de, *Os Gatos/4*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

IDEM, *O país das uvas*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1992.

BOAVIDA, António José, *Trabalhos Pastorais*, Lisboa: Diário da Manhã, 1883.

LIMA, José Mendes, *O Senhor Bispo de Beja e um ex-professor do seu Seminário*, Beja, 1895.

MONTEIRO, D. António Xavier de Sousa, *Documentação pastoral constante no apêndice documental I a III*.

RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se. Memórias*, Lisboa: Bertrand, 1972.

C) Periódicos (vai indicado o local)

Bejense (O) (Beja)

Districto de Beja (O) (Beja)

Instituições Christãs (Coimbra)

Instituto (O) (Coimbra)

Jornal Nove de Julho (Beja)

Revista das Sciencias Ecclesiásticas (Coimbra)

Consultados no período compreendido entre 1871-1906.

D) Estudos

A.A.V.V., *Um século de cultura católica em Portugal*, Lisboa: Laikos, 1984.

ABREU, Paulo, *A doutrina Social da Igreja em D. Augusto Eduardo Nunes*, in *Lusitania Sacra*, 1991, III, p. 265-289.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal, III-IV*, Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1970.

ANTON, Angel, *El misterio de la Iglesia. Evolución histórica de las ideas eclesiológicas. De la apologética de la Iglesia-sociedade a la teología de la Iglesia-misterio en el Vaticano II y en el posconcilio*, Madrid-Toledo: B.A.C., 1987.

As grandes datas do Cristianismo, dir. de François Lebrun, Lisboa: Notícias, 1990.

AUBERT, Roger, *Vatican I*, Paris: L'Orante, 1964.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira, *Historiografia religiosa portuguesa contemporânea*, separata do *Anuário de Historia de la Iglesia*, 1995, IV, p. 271-305.

- BARBOSA, David Sampaio, *O Concílio Vaticano I e o Governo Português (1869-1870)*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 11-40.
- Boletim Cultural*, VI série, Novembro de 1985, Nº 5, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BOUTRY, Philippe; CINQUIN, Michel, *Deux pèlerinages au XIXe siècle, Ars et Paray-le Monial*, Paris: Beauchesne, 1980.
- Cadernos do Centro Histórico de Beja*, 1988, Nº 1, Beja: Câmara Municipal de Beja.
- CALVO, A.; RUIZ, A., *Para conhecer a Ecclesiologia*, Porto: Perpétuo Socorro, 1993.
- CARDOSO, A. Brito, *Figuras da Igreja na diocese de Coimbra. D. Manuel de Lemos*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1987.
- IDEM, *Figuras da Igreja na diocese de Coimbra. D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1987.
- CARDOSO, A. Pinto, *A fundação do Colégio Português em Roma e a formação do clero em Portugal no final do século XIX*, in *Lusitania Sacra*, 1991, III, p. 291-347.
- CLEMENTE, Manuel, *A Igreja e o Liberalismo. Um desafio e uma primeira resposta*, in *Communio*, 1992, IX (6), p. 548-553.
- IDEM, *A sociedade Portuguesa à data da publicação da Rerum Novarum: o sentimento católico*, in *Lusitania Sacra*, 1994, VI, p. 47-60.
- IDEM, *Católicos, Estado e Sociedade no Portugal oitocentista (Congressos Católicos 1891 e 1895)*, in *Communio*, 1984, I (3), p. 245-255.
- IDEM, *Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840)*, in *Lusitania Sacra*, 1991, III, p. 111-153.
- IDEM, *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal. A Sociedade Católica*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993.
- IDEM, *O Congresso Católico do Porto (1871-1872) e a emergência do laicado em Portugal*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 179-195.
- IDEM, *Oração e racionalismo no século XIX em Portugal. A posição de I. Roquete e J. Moonsabré*, in *Communio*, 1985, II (4), p. 360-366.

COMBY, Jean, *Para ler a História da Igreja, III*, Porto: Perpétuo Socorro, 1989.

CONGAR, M.-J., *Esquisses du Mystère de L'Eglise*, Paris: Cerf, 1941.

COSTA, Avelino de Jesus da, *A Santíssima Eucaristia nas Constituições diocesanas portuguesas desde 1240 a 1954*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 197-243.

CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa: Presença, 1980.

IDEM, *Os católicos e a política nos finais do século XIX*, in *O século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Presença, 1979, p. 289-300.

CRUZ, Robson, *Camilo Castelo Branco e o livro 'Divindade de Jesus' (1865)*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 81-118.

Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismático e Artístico, VII, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa: João Romano Torres, 1912.

Dicionário de História da Igreja em Portugal, I-III, dir. de António Alberto Banha de Andrade, Lisboa: Resistência, 1980-1985.

Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques, Tome VII, dir. de Baudrillart et [...], Paris: Letouzey, 1934.

FERNANDES, Rogério, *Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal*, in *Colóquio Educação e Cultura*, 1993, Fevereiro (2), p. 115-144.

FERREIRA, António Matos, *A questão religiosa: um aspecto das relações Igreja-Estado no Portugal oitocentista*, in *Estudos Contemporâneos*, 1982, 4, p. 113-135.

IDEM, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal contemporâneo (1820-1958)*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1988.

IDEM, *Portugal. Le Catholicisme aux 19eme et 20eme siècles*, in *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique, Doctrine et Histoire, XII*, Paris: Beauchesne, 1986, col. 1973-1986.

IDEM, António Matos, *Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico*, in *Lusitania Sacra*, 1994, VI, p. 31-45.

- FONTES, Paulo, *A doutrina social da Igreja numa perspectiva histórica, separata do Curso de Doutrina Social da Igreja. Questões sociais, desenvolvimento e política*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 67-96.
- FREITAS, Senna, *A alta educação do padre*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1909.
- GAMEIRO, Fernando Luís, *O alfabetismo no Alentejo, 1860/90: um estudo de caso*, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, Fevereiro (2), p. 69-85.
- GOMES, J. Pinharanda, *Política e acção social cristãs em Portugal (1830-1980)*, separata de *Democracia e Liberdade*, 37/38, Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1986.
- IDEM, Roberto Guilherme Woodhouse (1828-1876). *Resposta aos detractores e Mofadores da Religião e dos seus Ministros*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 149-177.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa -Rio de Janeiro, 1935.
- Historia de la Iglesia en España*, dir. de Ricardo Garcia Villoslada, Madrid: B.A.C., 1979.
- História de Portugal em datas*, coord. de António Simões Rodrigues, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- História de Portugal*, 6, dir. José Hermano Saraiva, Lisboa: Alfa, 1983
- História Económica e Social do Mundo. A dominação do capitalismo 1840-1914*, IV-2, dir. de Pierre Léon, Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- JORGE, Ana Maria Castelo Martins, *Literatura e Religião nas Conferências do Casino. As Conferências de Augusto Soromenho e Eça de Queirós*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 121-148.
- LEAL, Ernesto Castro, *Quirino Avelino de Jesus: um católico «pragmático». Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926)*, in *Lusitania Sacra*, 1994, VI, p. 355-389.
- LORTZ, Joseph, *Historia de la Iglesia en la perspectiva de la Historia del pensamiento. II - Edad moderna y contemporanea*, Madrid: Cristiandad, 1982.
- MACEDO, Jorge Braga de, *O anti-clericalismo em Portugal no século XIX, ensaio de uma perspectiva sociológica*, in *Communio*, 1985, II (5), p. 440-450.

Manual de História de la Iglesia, VII-VIII, dir. de Hubert Jedin, Barcelona: Herder, 1978.

MARCADÉ, Jacques, *Le Diocèse de Beja dans la seconde moitié du XVIII siècle*, in *Bulletin des Etudes Portugaises*, 1971, XXXII.

IDEM, *Une comarque portugaise - Ourique - entre 1750 et 1800*, Paris: F. C. Gulbenkian, 1971.

MARTIN HERNANDEZ, Francisco, *La Iglesia en la Historia, II. Una vision serena e desapasionada de la Iglesia*, Madrid: Atenas, 1984.

MARTINS, António Manuel, *Recepção em Portugal das Encíclicas sobre o Liberalismo: «Mirari vos», «Quanta cura» e «Immortale Dei»*, in *Lusitania Sacra*, 1989, I, p. 41-80.

MAYEUR, Jean-Marie, *Catholicisme social et démocratie chrétienne. Principes romains, expériences francaises*, Paris: Cerf, 1986.

IDEM, *Des partis catholiques à la Démocratie chrétienne*, Paris: A. Colin, 1980.

Memórias da Academia Real das Ciências - 2ª Classe, Lista dos sócios da Academia em 12 de Dezembro de 1875: Associados provinciais, Tomo IV, Parte II, Nova Série, p. XXXVIII.

Memórias da Academia Real das Ciências - 2ª Classe, Lista dos sócios da Academia em 17 de Dezembro de 1893: Sócios correspondentes nacionais, Tomo VII, Parte I, Nova Série, p. XXXV.

OLIVEIRA, Miguel de, *História Ecclesiástica de Portugal*, Ed. revista e actualizada, Mem-Martins: Europa-América, 1994.

PALMA, Carlos Augusto Botelho, *Notícia estatística e chorografica do Districto e Bispado de Beja*, Coimbra: Imprensa Académica, 1885.

PEREIRA, José Pacheco, *As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve*, in *O século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Presença, 1979, p. 135-156.

PIRES, António Machado, *O século XIX em Portugal. Cronologia e quadro de gerações*, Amadora: Bertrand, 1975.

POLICARPO, João Francisco de Almeida, *Para ler a história de um pequeno grande problema. O descanso dominical no pensamento social do grupo católico d'«A Palavra»*, in *Biblos*, 1986, LXII, p. 487-496.

- IDEM, *Anteprojecto de um laicismo cristão*, in *História e Filosofia*, 1985, IV, p. 143-218.
- IDEM, *Deveres de Estado e pensamento social n' «A Palavra»*. Uma interpretação, in *História e Filosofia*, 1982, I, p. 115-173.
- IDEM, *O «bom operário» - estudo de uma mentalidade*, in *Revista de História das Ideias*, 1978-79, II, p. 53-65.
- IDEM, *Os Círculos Católicos de Operários. Sentido e fontes de inspiração*, in *História e Filosofia*, 1986, V, p. 365-384.
- Portugal Contemporâneo, II*, dir. de António Reis, Lisboa: Alfa, 1990.
- POULAT, Émile, *Eglise contre bourgeoisie. Introduction au devenir du catholicisme actuel*, Tournai: Casterman, 1977.
- QUARESMA, Vitor Sérgio, *A regeneração. Economia e Sociedade*, Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- RAMOS, Rui, *O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX)*, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, Fevereiro (2), p. 41-68.
- REIS, Jaime, *O Analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação*, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, Fevereiro (2), p. 13-40.
- RIBAS, Tomaz; PALMA, Manuel J., *Beja. À descoberta de um passado*, Carnaxide: Difel, 1995.
- RIBEIRO, José Silvestre, *Beja no anno de 1845 ou primeiros traços estatísticos daquela cidade*, Ed. fac-similada da Câmara Municipal de Beja, Beja: Câmara Municipal de Beja, 1986.
- RIBEIRO, Reis, *A Doutrina Social da Igreja e o seu enquadramento Histórico*, in *Communio*, 1987, IV (3), p. 197-210.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, *Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu*, in *O século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Presença, 1979, p. 437-458.
- SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*, 10ª Ed., Mem-Martins: Europa-América, 1986.
- SERPA, J. Gonçalves, *Enciclopédia diocesana. Estudo histórico, geográfico, etnológico, religioso da diocese de Beja*, Beja, 1961.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, IX, Lisboa: Verbo, 1986.

SERRÃO, Joel, *Do pensamento político-social de Antero de Quental (1858-1873)*, in *O século XIX em Portugal. Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Presença, 1979, p. 373-391.

TORRÃO, Francisco, *Evocação do Seminário de Beja na diocese restaurada pelo Breve Pontifício «Aegrum Universalis Ecclesiae» de Clemente XIV, de 10 de Julho de 1770*, Texto dactilografado da Conferência Pública: *No Cinquentenário da inauguração do Seminário de N^a S^a de Fátima*, em Beja, 13-14 de Outubro de 1990.

TORRE, José M. de, *La Iglesia y la question social. De León XIII a Juan Pablo II*, Madrid: Palabra, 1988.

APÊNDICE DOCUMENTAL

ANEXO I

Carta de D. António Xavier, bispo de Beja ao Ex.^{mo} Snr. Secretário D'Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em 9 de Abril de 1887.

[AN/TT.MNEJ, Caixa 31, Maço 35, nº2]

1887 - Abril 12

2ª Rep.ão

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Em ofício de 5 do corrente, expedido por essa Secretaria de Estado, sou mandado informar, sobre uma representação feita a Sua Majestade, pela Associação Académica de Lisboa, acerca da ocorrência desagradável que no dia 23 de Março próximo passado teve lugar no Seminário desta Diocese. Esta representação ou antes acusação, tem por base as informações da imprensa bejense, e as declarações de dois seminaristas fugitivos e expulsos, que foram a Lisboa recomendados por alguém desta cidade à Associação Académica, a fim desta promover contra mim perante o governo as acusações caluniosas e falsas de que esta representação está recheada.

A imprensa bejense, compõe-se de três jornais, a saber: O Correio de Beja, O Bejense e o Nove de Julho. O Correio de Beja, não se ocupou da ocorrência do dia 23 de Março; porém O Bejense e o Nove de Julho, ocuparam-se dessa ocorrência propalando falsidades, inventando calúnias e deturpando os factos. Não admira que assim procedesse, porque os redactores destes dois jornais, são republicanos-socialistas, inimigos das instituições vigentes e da religião do reino, tendo por sistema constante insulta-lo e caluniar e desacreditar o clero, e a mim especialmente, desde que entrei para esta diocese, procurando em quase todos os números deturpar e desvirtuar todos os meus actos, expondo-me constantemente ao ridículo ao escárnio e à irrisão pública. Jornais desta categoria que miram a enfraquecer ou destruir a religião do reino atacando por esta forma o respeito, a consideração dos seus ministros, certamente que as suas informações, não podem merecer o menor crédito, ocupando-se da direcção e administração dum estabelecimento que tem por fim fornecer padres à diocese, o que os seus redactores sequazes de modo nenhum podem sofrer nem tolerar. Portanto as informações de semelhante imprensa não pode[m] servir de base a uma representação séria e digna como inteiramente suspeitas e filhas do ódio sistemático contra o clero.

Pelo que respeita agora à outra base da representação, isto é, as declarações dos dois alunos fugitivos e expulsos também deve ser posta de parte, por quan-

to estas declarações são igualmente suspeitas, por isso que tem por fim justificar a fuga do seminário e encobrir a sua desobediência e insubordinação. Mas além de suspeitas, são falsas.

As declarações destes dois fugitivos, resumem-se, segundo se vê da representação, a acusar a péssima alimentação do seminário, os castigos que neste se dão, dum rigor inquisitorial, e a acusar de falsificada a conta corrente, das despesas, e de ser anárquica a disciplina do seminário.

Ora convém que V. Ex.^a saiba que se eu, nos dias 23 e 24 de Março os quisesse admitir no seminário, eles entravam sem condições algumas; e então já não receavam, nem a péssima alimentação, nem o rigor dos castigos, nem a falsificação das despesas, nem a anarquia da disciplina; de sorte que admitindo-os eu no seminário a alimentação era ótima, os castigos desapareciam e as contas das despesas eram dum escrúpulo inexcusável e a disciplina boa. Na verdade, no dia 23 do mês próximo passado cerca das dez horas da manhã, poucos momentos depois de terem fugido do seminário, os primeiros 4 seminaristas, cabeças de motim, entre os quais um dos que foram a Lisboa, e que se recolheram em casa do padre José Mendes Lima, professor do seminário, veio este propor-me da parte deles, a sua readmissão no seminário, sem condições, à qual me recusei por serem cabeças de motim. No mesmo dia à tarde, depois de terem fugido mais 10 seminaristas, entre os quais outro dos que foram a Lisboa, procurou-me o professor do seminário Bernardo Guilherme da Matta Veiga e propôs-me da parte dos 14 seminaristas fugitivos a readmissão de todos eles no seminário; recusei-me declarando que os não admitia a todos, necessitando de fazer uma escolha, daqueles de menor idade que tinham sido arrastados pelos outros a sair do seminário. No dia seguinte, 24 de Março, igual proposta me foi feita da parte dos 14 fugitivos pelo professor Francisco Xavier de Menezes ao qual dei a mesma resposta.

Ora não será isto refutarem-se a si mesmos? Pois o empenho em quererem tornar a entrar para o seminário sem condições, não prova evidentemente que a alimentação nele dada é boa e farta e que os castigos são suaves, e que não há falsificações nas contas, nem anarquia na disciplina?

Estou certo que este facto não pode passar desapercibido a V. Ex.^a. que facilmente reconhecerá a contradição em que se colocaram os tais dois fugitivos, em cujas declarações a Associação Académica fundou a sua representação.

Passarei agora a ocupar-me destes quatro pontos em especial.

A Alimentação

A alimentação do seminário de Beja é farta e abundante; por quanto cada aluno tem ao almoço um prato cheio de comida de carne ou de peixe, de magro ou de gordo, conforme é ou não dia de abstinência para a Igreja; uma chávena de almoço cheia de chá ou de café, um pão de 200 gramas, um pedaço de queijo ou duas sardinhas fritas. A comida de que consta o prato, é sempre variada; para aqui a especificar seria necessário descrever uma longa lista das suas qualidades, o que não faço para não molestar V. Ex.^a. Ao jantar tem cada aluno aos

dias de carne, sopa, vaca, arroz, e pão sem limite, comem quanto querem, repetindo os pratos, a ponto de muitas vezes provocar indigestões. Aos dias de peixe, sopa, arroz ou feijões de molho, bacalhau, ou outro qualquer peixe, com batatas, e pão as vezes que quiserem. A sobremesa consta sempre de frutas secas, por aqui não as haver verdes, senão laranjas de que agora consta a sobremesa ordinariamente; e aos domingos todos os alunos tem vinho ao jantar. À noite, no fim do estudo, tem chá e um pão de 200 gramas com manteiga.

Esta é a verdade, e tudo o que na representação se alega em contrário, é absolutamente falso, incluindo a tal mistura de farinha de milho em hortaliça, de que fala cronicamente a representação. Esta comida que aqui se desfigura não é mais do que o caldo verde muito usado nas províncias da Beira e Trás-os-Montes, engrossado com farinha fina de milho que apenas por três vezes foi dada ao almoço, em dias interpolados: porque tendo os alunos declarado logo à primeira vez que muito gostavam deste caldo se lhes deu mais duas vezes; e tanto assim que sempre o comeram tão avidamente que deixavam os pratos absolutamente limpos. Além de que os signatários da representação, esqueceram-se de dizer naqueles três dias cada aluno também teve ao almoço além daquela comida, um pão de 200 gramas, duas sardinhas fritas e uma chávena, grande, de chá. Também se esqueceram de dizer que nas ocasiões das festas costuma haver um ou dois pratos do meio, constando de carne assada em abundância e sobremesa de doce.

Os Castigos

Os castigos no seminário de Beja, são moderados e certamente mais moderados, do que em outro qualquer seminário do reino. É certo que ultimamente os prefeitos com autorização do vice-reitor, applicaram, ainda que poucas vezes, a alguns alunos pequenos, de uma a três palmatoadas, para os corrigir e conter na ordem; porque reconheceram que neles já não faziam efeito algum os outros castigos tendentes a excitar o brio e [pudor]. São rapazes tirados da rua e das pedradas, filhos de pais sem educação, que lhes não souberam nem puderam transmitir princípio algum de ordem, subordinação e respeito; e reconheceu-se, que era indispensável o uso da palmatória, posto que raro e muito moderado.

Diz-se na representação que uma lei especial proibiu o castigo de palmatoadas. Esta asserção, não é de todo verdadeira; porque o que a lei proibiu foram palmatoadas nas aulas públicas; porém não prohibia os pais de applicarem este castigo a seus filhos, em suas casas, para os corrigir na educação. Com isto se conforma o artigo 141 do Código Civil declarando que o poder dos pais, em quanto às pessoas dos filhos menores não é sujeito a cautela alguma preventiva. Ora como V. Ex.^a perfeitamente sabe, os superiores dos internatos, colégios e seminários substituem legalmente os pais no poder sobre os seus filhos menores, durante o tempo que neles estão a educar-se; e na verdade durante esse tempo os superiores das casas de educação gozam de uma perfeita delegação do poder paternal. Não se lhes pode pois, tolher o direito de castigar os alunos, uma vez que se não cometam abusos como jamais se cometeram no Seminário de Beja.

Tudo o que além disto se diz na representação contra os castigos, é absolutamente falso.

As Contas

As contas das despesas do Seminário são feitas debaixo de uma rigorosa fiscalização, minha e do vice-reitor. Há três fornecedores de géneros alimentícios; fornecedor do pão, fornecedor da carne, e fornecedor de mercearia. Todos os fornecimentos são diariamente requisitados por meio de vales, feitos e assinados pelo vice-reitor ficando ele com os respectivos talões. No fim do mês, os fornecedores remetem ao vice-reitor os vales, que são conferidos pelos talões e depois de somados se pagam, mandando cada um dos fornecedores ao vice-reitor, recibo competentemente legalizado. Aqui não pode haver o mais leve desvio de fundos. A única despesa que se não faz por meio de vales, porque não pode fazer-se, é a compra das hortaliças na praça e da água. Resta-me agora afiançar a V. Ex.^a que eu respondo pela exactidão da conta corrente das despesas do seminário, sendo absolutamente falso e calunioso o que na representação se alega a tal respeito.

A Disciplina

A disciplina do Seminário é mantida pelo prefeito e sub-prefeito debaixo da direcção e inspecção do vice-reitor que dirige o estabelecimento. Tudo o mais que a este respeito se alega na representação é absolutamente falso. Fâmulos, não os tenho; os meus criados não intervêm na disciplina do seminário, nem eu consinto que intervenham e se algum se intrometer em tal assunto será logo despedido. Estranho que se diga que eu tenho um criado favorito, porque ignoro o que seja criado favorito. Eu tenho em minha casa três criados, a quem sustento e pago o ordenado e um deles governa-me a minha casa, desde que de Coimbra vim para esta Diocese. É homem de uma fidelidade e moralidade inconcussas, e de quem eu confio absolutamente a minha casa. Não é criado do Seminário nem intervêm na disciplina dele. Se é a este criado que a representação pinta como mantenedor da disciplina do Seminário, é a maior das calúnias que pode inventar-se.

Antes de ir mais adiante devo aqui declarar, que os meus criados, quando podem, auxiliam e ajudam, os criados do seminário, no serviço e que o vice-reitor, é sustentado em minha casa, e não pelo seminário, e servido pelos meus criados. Esta circunstância também esqueceu declarar aos signatários da representação! Também se diz na representação que os estudantes são obrigados a serviços próprios dos serventuários. Isto é absolutamente falso. Nem eu consentia em semelhante aviltamento.

Diz-se mais que tudo isto tem dado origem a numerosas evasões, o que também é falso. No seminário nunca houve senão duas evasões, além da do dia 23. A 1.^a foi dum aluno que tendo chegado das primeiras férias grandes declarou não querer estudar para padre; e a 2.^a foi dum aluno pensionista secular, que não querendo estudar e reconhecendo que se não habilitava para o exame, fugiu do Seminário, onde seu pai o obrigava a estar, contra sua vontade, sendo dificultoso

ao pai o encontrá-lo, senão passado dias, em casa dumas tias, que o acolheram e de quem o pai muito se queixou. A 3ª. foi a evasão de 23 de Março último.

Seguia-se agora, naturalmente ocupar-me do que a representação diz acerca do conflito do dia 23 de Março; todavia para não molestar mais a V. Exª. limito-me a declarar, que confirmo em tudo a informação que deste acontecimento dei a V. Exª. no meu ofício de 26 do referido mês por ser a expressão sincera e pura da verdade. Tudo o que a este respeito se diz na representação, ou é absolutamente falso ou são factos deturpados. Julgo ter dito o suficiente sobre a matéria da representação, reservando todavia para dizer mais em outra ocasião se tanto for necessário.

Deus guarde a V. Exª. Beja, 9 de Abril de 1887.

*Ex.mo Snr.
Secretário de Estado
[dos Negócios] Eclesiásticos
e da Justiça*

[Assinatura:] † António Xavier, Bispo de Beja

ANEXO II

Recensão da documentação pastoral de D. António Xavier de Sousa Monteiro

Para a elaboração deste anexo, a nossa pesquisa partiu da seguinte publicação: *Cartas pastorais e outras providências diocesanas do bispo de Beja, D. António Xavier de Sousa Monteiro, 1883-1889*, Vol. I, Lisboa: Universal, 1889.

Os outros documentos pastorais foram consultados no decurso da pesquisa documental. Identificámos e não consultámos por indisponibilidade do momento, os seguintes títulos:

1903 - *Carta pastoral sobre o Santíssimo Sacramento da Eucaristia na Quaresma de 1903.*

1904 - *Carta pastoral sobre o Quinquagenário da Imaculada Conceição* [no entanto, sobre a Imaculada Conceição escreveu ainda, em 5 de Janeiro de 1904, a *Ordem diocesana mandando publicar a encíclica «Esupremi Apostulatus do N. S. Padre Pio X, datada de 4 de Outubro de 1903»].*

1906 - *Carta pastoral sobre a ignorância da religião.*

S. d. - *Provisão sobre a restauração do canto gregoriano e a sua divulgação na diocese.*

Sempre que, no presente anexo, se verificar esta situação: ex. **1885.00.00** = [ano.mês.dia], ou semelhante, significa que não foi possível determinar com exactidão a data precisa da publicação.

1883.11.25 - *Carta Pastoral ao clero e fiéis por ocasião da entrada na sua Diocese:*

O bispo expressa a sua admiração perante a notícia de ser bispo de Beja. Face à importante missão de ser pastor de um povo preferia ficar na obscuridade e no esquecimento, estudando ciências e artes cristãs. Afirma que o episcopado é um caminho de grandes dificuldades na acção espiritual da Igreja. Ao bispo exige-se santidade, zelo, ciência, caridade, prudência e paciência. A religião é combatida por diversos males: a indiferença religiosa, os desvios da razão, o apego aos bens terrenos. Apesar de lhe ser difícil aceitar a missão, manifesta disponibilidade e confiança no Espírito. Apela à necessidade de **unidade** entre todos. Apesar de reconhecer que a sua escolha para bispo não é aplaudida, alerta para a necessidade de comunicação entre o pastor e o povo; é preciso ouvir a voz do pastor — o bispo. Realça o carácter do povo alentejano: franco, generoso, espiritual, sólido, recto, de coração bom e amável, manifestando afecto à Igreja e aos pastores.

Apesar de também existirem na diocese as correntes do século, o bispo traz a paz e o amor (reconciliação), motivando à união e afecto para todos. Verifica que a Fé «*está mais adormecida do que apagada*». Contudo, e apesar das dificuldades, espera resolver os problemas e seguir os trabalhos dos seus antepassados. A Igreja e a sociedade devem estar unidas. O bem deve estar acima de tudo: da Igreja e do Estado. Para ser útil a um não é preciso ser inimigo do outro. A separação é prejudicial para todos. Exige-se proteger os interesses legítimos e ter em conta, em simultâneo, os homens e os tempos.

Seguindo de perto Leão XIII, apela ao poder público em relação às coisas humanas e administrativas dos negócios civis; ao poder religioso para requerer também liberdade para as coisas espirituais. Pede a referência à unidade para as coisas comuns: **a harmonia, a amizade e a concórdia**. Tudo se transforma sob a acção de Deus. Os factos do século são vontade de Deus para que haja dinamismo e mudança. Por isso a sociedade está em permanente mudança.

À Igreja cabe a função de conduzir a Deus «*por meio das transformações sociais*». Os dogmas são imutáveis mas as relações Igreja-sociedade são mutáveis. A sociedade é móvel de acordo com os costumes e os povos desenvolvendo relações diferentes. À Igreja (hierarquia e padres) não cabe fazer preferências pois o único senhor é Cristo: «*a caridade não tem cor política, nem conhece partido*». O ministro sagrado deve permanecer isento. Pede ajuda aos padres para seguir o caminho da paz e harmonia na diocese; aos professores de ciências eclesiais a dedicação; aos *seminaristas* ciência e piedade para enfrentar os desafios do mundo; aos párocos e clérigos a prudência e a moderação.

O sacerdote é sinal de renovação moral, é um instrumento activo da renovação e salvação social, não deve participar nos partidos para que o povo não perca o respeito porque «*o povo vê com maus olhos aqueles que disputam lugares no parlamento*». O sacerdote, deve ser *modelo* dos fiéis: dar instrução religiosa ao povo, ensinar a doutrina, entregar-se de todo o coração. É importante que promova o respeito pelos direitos, pela ordem e pela unidade, de modo a conduzir o bom desenvolvimento da Pátria.

Quanto aos oficiais e soldados, pede obediência e humildade perante os superiores e docilidade face à direcção moral e religiosa do capelão. Ao nível social defende a necessidade de trabalhar e poupar; a existência de riqueza deve-se aos ricos e estes exercem a partilha da sua riqueza pelos ordenados e salários: «*quando não houver ricos, não há capital*». Por fim, manifesta a esperança de ver aumentar a vida e costumes cristãos.

1884.02.25 - *Provisão para as pessoas pobres que desejam celebrar o sacramento do matrimónio:*

Verifica que na diocese há muitas pessoas pobres que desejam celebrar o matrimónio católico. Embora haja falta de meios é necessário e urge actuar. Para tal apresenta soluções: os pobres que pretendam celebrar o matrimónio recorram directamente ao bispo, podendo ser isentos da despesa na paróquia.

1884.03.04 - *Regulamento dos vigários da vara:*

Expõe os catorze artigos referentes à necessidade da regulamentação para o bom governo da diocese, promovendo a uniformidade e aproximação entre povo/sacerdotes/bispo. Os vigários são os delegados do bispo, as vigias, dão posse e aconselham os párocos, participam as ausências e/ou morte de párocos, reorganizam a paróquia em caso da morte do pároco, têm de possuir uma arca onde guardar a documentação da administração do seu distrito, benzem os artigos religiosos e de culto, visitam uma vez por ano as Igrejas do seu distrito, insistem junto do clero para que a participação nos exercícios espirituais seja de pelo menos um terço, presidem às conferências de casos de consciência que se fizerem, reúnem todos os anos o capítulo dos párocos do seu distrito, vigiam os párocos na sua actuação, rubricam os livros paroquiais, dão cumprimento às comissões indicadas pelo bispo e todos os anos, em Maio, propõem os escritos da vigararia.

1884.04.06 - *Carta pastoral sobre o uso de rezar o Santo Rosário:*

Aponta as dificuldades que ameaçam a Igreja: desprezo pela Graça e Verdade Divina. Coloca hipóteses de resposta face à questão a partir do pensamento de Leão XIII. O Papa perante os factos manda recorrer ao ensino da sã filosofia e história, levando ao verdadeiro caminho: o cristianismo. «*O Papa deseja*

que a Virgem seja diariamente invocada restabelecendo o hábito de rezar o Santo Rosário» na família, nas catequese, igrejas paroquiais e entre os militares. Exige-se oração para combater a nova espécie de infiéis, de incrédulos, de quem procura eliminar Deus e se opõe ao cristianismo. Os cristãos são chamados a constituir uma liga pacífica-espiritual, uma cruzada de orações e boas obras: «*A arma é o rosário, colar de flores em que os cristãos estão unidos*».

1884.04.09 - *Provisão sobre instruções para a celebração do capítulo dos párocos:*

A partir do artº 10 do regulamento dos vigários da vara, exige reunião anual na igreja do vigário. Define quem preside e os pontos a serem tratados: doutrina cristã, culto de Deus, devoção à virgem, veneração dos santos/reliquias, procissões, festas e dias de guarda — Domingo —, jejum e abstinência, blasfémias, leituras preciosas à moral e à religião, pregação da Palavra de Deus, ensino da doutrina cristã — catequese —, primeira comunhão, cemitérios, suicídios, exercícios espirituais, fábrica da Igreja, limpeza e ornamento do templo, cumprimento das missas e ofícios divinos, administração dos sacramentos, casos reservados, instrução dos confessores, indulgências, temática das pastorais, ordens e provisões, irmandades e confrarias, institutos e obras de caridade, e outros que possam promover a glória de Deus. Após a reunião devem lavrar acta para enviar ao bispo e, vão à Igreja celebrar um *Te-Deum* de acção de graças. Quinze dias antes da reunião o vigário deverá dar conhecimento aos párocos da sua realização.

1884.04.30 - *Provisão sobre o hábito eclesiástico:*

Elabora uma explicitação a pedido de alguns sacerdotes quanto ao modo de como se devem apresentar em público: hábito eclesiástico. Remete para o Concílio de Trento: «*decência exterior mostra a honestidade interior*». Faz uma descrição completa da indumentária a vestir para o hábito eclesiástico bem como para o secular e o que lhe é permitido fazer. Toda a actividade do ministério sacerdotal só pode ser exercida com hábito eclesiástico. É obrigatório observar a provisão totalmente. Excepções só com licença do bispo. [Ver também a provisão de 1898.05.09].

1884.05.02 - *Carta pastoral sobre a celebração da Ladainha de Maio:*

Orar é um dever para a vida do espírito, é obrigação de todos e não só do clero. Rezar é comunicar com Deus, prestar-lhe homenagem, expor as necessidades, solicitar graças, alcançar o perdão dos pecados. Na oração presta-se respeito a Deus e reconhecê-mo-lo como o autor do bem, confessamos que ele é o nosso refúgio e salvação. Deus dá a sua dívida a quem ora.

As ladainhas são orações públicas, rogações, orações de petição para afastar a desgraça, libertar e defender dos inimigos. A Igreja pede confiança, abstinência de carne para mortificação do corpo, oração para livremente seguir a Cristo e recomenda procissões pelos campos. O bispo pede disponibilidade para rezar: se não for o *patrão* vá o *criado*. Por fim, pede aos fiéis para irem à Igreja rezar *«humildemente, com fé e perseverança»*.

1884.05.13 - *Carta de Instruções aos párocos sobre a caridade e assistência pública aos pobres:*

Aludindo à necessidade de acudir e assistir aos pobres refere as Constituições Apostólicas e diversos Concílios, de entre os quais destaca o Concílio de Trento, e os Concílios Provinciais do século XIX — Paris, Avinhão, Bourges entre outros. Diz que os sacerdotes tem a obrigação de socorrer os pobres. Em relação à Igreja: *«era como um lago de caridade, que com suas águas saciava todas as indigências da terra»*. Esta deve dar provas da bondade para com os que estão infelizes.

Os padres não devem possuir fortuna exercitando a beneficência pública junto daquele que é o seu povo, protegendo-o e visitando os mais pobres (velhos, viúvas, orfãos, presos, cegos, aleijados e doentes), promovendo a simpatia por todos eles. O padre não pode reduzir a sua intervenção apenas aos aspectos teóricos.

Praticar a caridade e assistência é ir ao encontro e socorrer o pobre com caridade, sem ofensa e com amor. A esmola deve ser dada através de palavras, da benevolência e pela consolação. A prática caritativa pode ser feita por meio da fundação de associações de caridade e beneficência, ou pessoalmente pela recolha de fundos — esmolas — e sua distribuição. Deverá existir um local para armazenar as esmolas — Banco dos Pobres. Devem existir dois livros: o primeiro, de matrícula dos pobres; o segundo, de depósito dos pobres. Todos os sacerdotes devem auxiliar-se nesta causa.

1884.06.13 - *Provisão sobre a residência paroquial:*

Mostra ter conhecimento de que *«não é observada a lei da residência paroquial»* pelo modo dos cânones da Igreja. Aponta a obrigatoriedade contínua e pessoal da residência do pastor no meio das suas ovelhas. Define as funções do pároco residente na freguesia: *vigiar os fiéis, esclarecê-los, formar-lhes os corações, purificar-lhes os costumes, promover as necessidades e dirigi-los*. Determina com base no Concílio de Trento as possíveis ausências do pároco na freguesia e ordena a fixação domiciliar dos párocos na freguesia. Proíbe a ausência do pároco por mais de três dias sem sua autorização e estipula as licenças a conceder quando houver necessidade delas.

1884.06.13 - Carta ao clero sobre a perfeição sacerdotal:

Os sacerdotes, milícia eclesiástica, são um modelo para os fiéis: na caridade, na fé e na castidade. A eles compete instruir, promovendo a sua própria salvação e a dos outros. O sacerdote é chamado à santidade e à perfeição pela celebração da missa, pela recitação do ofício divino, pelo exercício da piedade e pela devoção à Virgem Maria. O estudo do sacerdote é fundamental para a sua perfeição: escritura sagrada, teologia, obras dos santos, direito canónico, liturgia, história eclesiástica e patrologia. Como estudo especial: catecismo romano e rubricas do missal. Devem evitar ler publicações duvidosas e de cultura profana. A vida do sacerdote deve ter por base a unidade, a castidade, a temperança no beber e no comer, bem como evitar difamações.

1884.07.01 - Provisão sobre as obrigações e direitos dos coadjutores:

O bispo tem conhecimento de que «alguns coadjutores têm levantado dúvidas e dificuldades» aos párocos «no cumprimento das obrigações de suas coadjutorias». O coadjutor tem a sua função definida na lei de 20 de Julho de 1839, artº 2. O coadjutor é próprio e verdadeiramente dado à pessoa do pároco, é para curar simultaneamente com o pároco devido ao muito trabalho do pároco. Regula as obrigações e direitos do coadjutor.

1884.07.02.- Carta aos párocos sobre a obrigação de visitar a freguesia e de fazer o rol dos confessados:

É necessário que os sacerdotes se aproximem da sociedade, conheçam o seu rancho, saibam reconhecer o espírito do século e acabem com as hostilidades promovendo um diálogo entre a religião e a sociedade. As visitas são momentos de apostolado, de cuidados particulares, para com as ovelhas errantes. O pároco não restringirá a sua missão a rezar missas e ao sermão, vai também ao encontro e ensina o caminho para a Igreja. Deve visitar as famílias exercitando a caridade dos mais ricos para com os pobres, e a estes para não invejarem os ricos. As visitas levam à estima e confiança do povo, bem como ao conhecimento dos fregueses.

Em relação ao rol dos confessados, é obrigatoriedade do padre fazê-lo anualmente, indicando o número, a idade e as qualidades pessoais dos fregueses. Deve constar uma descrição pormenorizada dos confessados e comungados. Os estrangeiros, vagabundos e presos também são inscritos como fregueses.

1884.07.03 - Provisão sobre a idade em que devem ser admitidos os padrinhos no baptismo:

Tendo por base as constituições sinodais das dioceses (século XVI), o ritual romano de Paulo V, os teólogos e canonistas, esclarece as dúvidas quanto às capacidades para o múnus de padrinho de baptismo. Refere os Concílios Provinciais de França e outros do século XIX. Confronta-se com as decisões dos concílios e elabora recomendações próprias: que um dos padrinhos, pelo menos,

tenha recebido a primeira comunhão e, o outro, ter feito sete anos. É necessário saber o «rendimento da fé» dos padrinhos. Nos casos difíceis os párocos devem consultar directamente o bispo.

1884.07.26 - *Ofício circular aos vigários da vara [sobre a bolsa dos seminaristas pobres]:*

A maior causa e cuidado para bem da diocese é a organização do Seminário. No entanto, o bispo constata que a cidade de Beja é a mais cara do reino. O Seminário precisa de rendimentos para o seu sustento — é pobre, sem meios e sem fundos. Apela à caridade dos párocos no sentido de constituírem um pequeno fundo de esmolas para que seja possível abrirem lugares a estudantes pobres. Os vigários da vara dão conhecimento aos párocos e os párocos aos fiéis.

1884.10.07 - *Carta aos párocos sobre a instrução religiosa do povo:*

A religião é o elemento mais importante para moralizar a sociedade: «*é impossível falar em moralizar e civilizar a sociedade, sem ao mesmo tempo falar de Deus, imortalidade da alma, céu e inferno*» e mais, «*educar a mocidade e as classes populares sem religião é preparar habitantes para as prisões e para o degredo*». O sentimento religioso é natural ao homem e necessário à sociedade democrática. A educação religiosa é a base para a regulamentação das crenças e dos costumes.

Ao padre cabe a responsabilidade de educar as gerações e de lhes dar o conhecimento de Deus, levando o homem a ser homem de bem. A mocidade é a terra nova e virgem para inocular os sentimentos e os princípios do cristianismo. Deste modo evita-se na mocidade o aparecimento das paixões, modera-lhes o desejo e previne-as do vício. Formam-se consciências rectas de onde nascerá o sentimento de bem, belo e justo. A tristeza do pecado levará à confissão e à emenda dos erros. Diariamente à fé expõem-se os sarcasmos dos incrédulos, a irreligião que corrompe os fregueses e as críticas do culto. Por isso, os instruídos serão bons «*soldados cristãos*» para a defesa da causa nobre.

A lei portuguesa tem previsto o ensino da doutrina e da história cristã, punindo com suspensão quem ensinar contra a religião de Estado. O bispo aponta as insuficiências do ensino da época através da valorização da razão: criam-se homens inteligentes e sem coração, sem o conhecimento do eterno. É preciso estabelecer a ligação entre a instrução secular e o ensino religioso. O padre estando numa posição privilegiada pode entregar-se à educação religiosa: deve empregar todos os meios de zelo, ganhando confiança, amizade e promovendo a harmonia para com os professores e pais.

1884.10.15 - *Carta pastoral estabelecendo a devoção da novena das almas no mês de Novembro:*

Faz saber da necessidade de rezar pelas almas dos defuntos para aliviar o sofrimento destas. Baseia-se em textos bíblicos, padres da Igreja (S. Gregório de

Nisa, S. Gregório Magno, Santo Agostinho e S. Tomás) e concílios (Latrão, Florença e Trento).

Apela à contrição e penitência neste mundo. Descreve os modos e meios de praticar este dogma: a) A Igreja dá Salvação pela missa, pelos jejuns, esmolas, vigílias e mortificações a favor das almas, pela oração em favor das almas e pelo cumprimento de certas obras concede indulgências; b) Não se pode duvidar destes meios pois são princípios sobre a segunda vida no purgatório; c) São criticados os que atacam estes princípios — são incrédulos, de razão desvairada, ignorância estólida; d) É urgente ter caridade e compaixão; e) Apela ao sentimento e emoção dos laços familiares e de amizade; f) Apela ao recurso aos meios da Igreja referidos em a).

Novembro é especialmente dedicado ao socorro das almas do purgatório. Pede aos párocos para reunir todos os dias os seus fregueses e exercitarem a novena das almas. O bispo quer saber *se e como* a ordem é cumprida.

1884.10.18 - *Carta ao clero sobre a prudente direcção do viver doméstico e público dos sacerdotes:*

O bispo diz que o sacerdote, como exemplo que é para os demais, deve primar pela disciplina e regularidade tanto na vida pública como na privada. Devem também ter atenção a quem têm por criadas — religiosa, modesta, mais de 40 anos. Contudo, existem casos excepcionais aos quais se podem adquirir autorizações (mãe, avó, tia). Chama à atenção para o cuidado a ter no trato com as mulheres, de molde a evitar escândalos.

No dia a dia do sacerdote deve prevalecer a simplicidade dos hábitos: alimentação, vestuário, casa, posse de bens temporais. Os sacerdotes estão proibidos de obter lucros inconvenientes: arrendar campos, dar dinheiro a juros. Não devem frequentar locais susceptíveis de escândalo: tabernas, vendas, parques, bosques, casas de jogo. Devem regrar as entradas nos teatros públicos e locais afins. Toda a sua actuação deve primar pela discrição no trato com pessoas seculares.

1884.10.29 - *Carta aos párocos sobre a consagração do mês de Dezembro a N^a S^a do Rosário:*

Refere-se à encíclica de Leão XIII dedicada à devoção do rosário. Esta devoção dá aos crentes a protecção da Mãe de Deus e concede-lhes graças. É durante o mês de Outubro que se celebra o mês do Rosário; contudo, para a diocese os fregueses estão em tempo de trabalho nos campos, ao que não é possível a sua meditação. Deste modo, ordena que durante o mês de Dezembro seja rezado o Rosário com Ladainha e apela às Confrarias/Irmandades do Rosário para proporcionarem momentos de glorificação à Santa Mãe.

1884.12.27 - *Carta circular anunciando aos reverendos párocos a inauguração do Seminário:*

Desde a sua entrada na diocese que o bispo reuniu esforços no sentido de fundar um Seminário. O Seminário inspira as virtudes do Novo Testamento, inflama o desejo do bem público contraposto ao egoísmo, à vaidade e à ambição. O objectivo do Seminário é de formar sacerdotes de carácter elevado, de sentimentos generosos que vivam para os outros e de educação esmerada. Sem um Seminário não se pode dar essa formação.

1885.00.00 - *Carta pastoral sobre a santificação do Domingo:*

O Domingo é o dia de Deus. Só pode haver bênçãos de Deus quando o dia do descanso não é violado. Na diocese há abusos que levam a um desprezo pela lei do Senhor que se espalhou das cidades para os campos: *«trabalham ao Domingo, consomem o tempo nos divertimentos e nas tabernas, preferem a loja de bebidas, cantam cantigas obscenas, incitam à desmoralização profanando o Domingo»*.

O patrão não religioso faz do operário *«um instrumento, um escravo, um animal do trabalho»*. A Igreja defende a lei do repouso cristão ao Domingo: *«dá protecção ao operário, santifica o dia, faz parar o curso dos trabalhos»*. A violação da lei do descanso semanal conduz os patrões e operários a preocupações materiais e os pobres ao atrofamento das faculdades intelectuais. Observar o Domingo livra o homem do mando de outro homem.

A prática dominical é promotora da dignidade pessoal e colectiva. O Domingo é o dia do convívio: protege os operários e é o dia dos trabalhadores se reunirem: *«A reunião dá instrução, conselho, animação e perseverança moral»*. A reunião leva a confiança, a benevolência e a familiaridade ao seio da *«relação de classes altas e inferiores»*. Por outro lado, as irmandades têm um papel importante na protecção e defesa dos trabalhadores, *«constituem uma organização fraternal e democrática e unificam as classes no mesmo pensamento, devoção e assistência»*, ligando as classes pelo vínculo da religião.

O bispo define o modo de praticar o Domingo: assistir à missa, ouvir a Palavra de Deus, frequentar as solenidades públicas, praticar actos de compaixão e misericórdia de modo a vencer a indiferença: *«deixai de fazer do dia do Senhor um dia de enfado, que vos oprime, ou um dia de prazeres e de festins que vos dissipam. Deixai de trocar a casa de Deus pela ignóbil taberna, e o santo repouso pela crápula»*. A recompensa é a felicidade. Exorta à persistência: o Domingo é o repouso, é a imagem do repouso eterno — a paz.

1885.00.00 - *Provisão sobre a administração do Baptismo:*

Confirma a realidade vivida pelos pais para com os seus filhos no que se refere ao sacramento do Baptismo. Os pais carecem de informação sobre a

importância e necessidade do sacramento para a salvação. É fundamental fazer uma divulgação, diligenciar e exortar ao Baptismo.

1885.01.06 - Alocução na abertura do Seminário diocesano:

Como Beja nunca teve Seminário a existência de uma casa de formação com estas características reveste-se de extrema importância na diocese. O bispo através do Seminário poderá exercer o seu papel de zelador e cuidar da direcção espiritual dos jovens, educando-os nos *santos mistérios*. A formação do clero necessita de ser dotada de virtudes para defender a fé. O padre precisa de alcançar ciências que satisfaçam a época, por isso é importante a longa preparação recebida no Seminário. A abertura do Seminário é manifestação da concordância e harmonia entre o bispo (Igreja) e o governo (Estado). Referindo-se ao fundo da bolsa dos seminaristas pobres agradece o acolhimento e as ofertas dos párocos. O Seminário abre uma nova etapa para a diocese: contribuirá para o respeito, prestará serviço às ciências, à moral e à Igreja imprimindo um movimento intelectual no distrito. O desejo do bispo é que o Seminário seja um *«poderosíssimo instrumento de renovação social»*.

1885.02.16 - Carta pastoral para a Quaresma de 1885 sobre a necessidade de confissão:

O facto do homem ter alma fá-lo procurar um bem desmesurado. A alma humana é imortal e o homem providente é aquele que não acumula riquezas do mundo mas que assegura o seu bem estar, preocupa-se e assegura a salvação eterna. Pela Igreja e vida dos santos os fiéis têm o exemplo de como ter esperança para alcançar a felicidade eterna. Por Jesus Cristo o homem tem a oportunidade de recuperar o estado de Graça pela reconciliação-confissão.

A prática da confissão vem apagar os pecados, reparar a inocência perdida e pela penitência conduzir à salvação. A confissão: é difícil e repugnante para o amor próprio, é difícil ajoelhar-se diante de um homem e declarar pensamentos, acções e desejos; ela vem desde os apóstolos e é a consequência do poder dado por Cristo de reter ou perdoar os pecados. É um dever confessar-se pelo menos uma vez por ano e cumprir a penitência. Se não o fizer fica privado da Igreja em vida. Na morte fica privado da sepultura eclesiástica. Esquecer de se confessar conduz ao indiferentismo. A confissão aviva a piedade do fiel.

O bispo refere-se à confissão a partir de textos do concílio de Latrão. O acto de confessar-se é *«um acto religioso, exige fé e não é de homem para homem»*. *«O padre é o representante de Jesus Cristo»*: recebe o arrependimento, ouve, exorta, abençoa, perdoa. Exige-se oração, ela é a luz do Espírito Santo. É preciso um *«exame de consciência: pensamentos, desejos, palavras, acções, enumerar os pecados mortais, nada omitir»*. Pede o arrependimento de todos os pecados *«com sinceridade, firmeza e eficácia para obter a graça de Deus»*. A reparação/reconciliação/penitência gera disposição para com Deus e com o próximo

e leva ao cumprimento das obras de penitência com prontidão, zelo e fidelidade: «*A reparação torna o homem filho de Deus*». Na missa devia proceder-se à leitura do rol dos confessados: nome, sexo [...]. Os confessados deviam ser elogiados e louvados.

1885.06.14 - *Carta pastoral anunciando a visita geral à diocese:*

Dezoito meses após ser bispo de Beja e ter iniciado o processo de organização da diocese deseja visitá-la e falar com os fiéis. Aponta como necessário para a preparação da visita a oração e disposição de coração para produzir frutos e receber graças. A visita é obrigação do bispo e tem como função conhecer as freguesias, interessar-se pelas «ovelhas», tomar conhecimento do bem existente, dos abusos e das necessidades. O bispo quer saber se o padre cumpre as suas funções com inteligência, zelo e caridade; se entre o padre e fiéis existe harmonia, respeito e afeição; se os meninos estão instruídos na doutrina cristã e educados na piedade e no amor a Deus; se os adultos recebem o Pão e vão aos sacramentos; se os doentes são visitados e se os pobres são socorridos. Não deseja festejos à sua chegada. Pede recolhimento nas atitudes e docilidade na escuta.

Em anexo à carta encontram-se as *instruções sobre a ordem a observar-se na visita episcopal*.

1885.06.22 - *Provisão para as instruções da visita dos vigários da vara às freguesias de seus distritos:*

O vigário da vara deve visitar as freguesias da vigararia avisando os párocos da sua visita. Aos párocos compete avisar toda a freguesia: coadjutores, professores e o povo de modo a todos estarem presentes. O vigário deverá celebrar na Igreja da freguesia que visitar. Deverá inteirar-se acerca do estado da Igreja, casa paroquial, cemitério e outros locais da freguesia. No final deverá elaborar um relatório final sobre o questionário mencionado nas instruções e enviar ao bispo deixando uma cópia no arquivo vicarial.

1885.10.28 - *Provisão: o catecismo diocesano:*

O bispo proíbe o catecismo que está em uso na diocese, pois não tem a sua aprovação. O ensino da doutrina cristã deve fazer-se obrigatoriamente pelo catecismo que ele próprio organizou, elaborou e aprovou.

1886.01.02 - *Ordem diocesana para mandar fazer a publicação da encíclica «Imortale Dei» :*

Explica os conteúdos da encíclica «*Imortale Dei*» de Leão XIII (01.11.85): nela, o Santo Padre expõe como deve ser e fazer-se para a aproximação das sociedades e da Igreja. Coloca como acção o término das lutas entre católicos, havendo a moderação em todas as relações.

O papa fala a todas as nações dizendo que foi quebrada a unidade religiosa pela reforma, pela filosofia racionalista e pelas doutrinas materialistas e ateias.

Afirma que «*não existe rumo de separação entre o cristianismo e a sociedade moderna*».

O bispo pede a leitura obrigatória da encíclica em todas as Igrejas ao Domingo.

1886.02.15 - *Ordem diocesana para a publicação de um jubileu concedido pelo Sumo Pontífice:*

Pela encíclica «*Quod auctoritate Apostolica*» o papa demonstra a sua preocupação para com o bem da sociedade civil. Esforça-se para atrair à prática das virtudes cristãs. Leão XIII lamenta o estado da situação da sociedade: desaparecimento das virtudes dos antepassados, desencadeamento das paixões, divulgação de opiniões loucas, influências dos maus exemplos e o procurar separar o povo de Deus do dever da fé. Daí, procura melhorar a situação através do convite de todos os católicos a orarem e à prática de boas obras para obter socorro da sociedade. O bispo pede que seja correspondido o pedido do papa, ouvindo com respeito e submissão à carta encíclica de 22.12.1885. Espera que aproveitem as graças oferecidas e que todas as suas práticas sejam válidas para o ganho das indulgências. Ordena o Jubileu desde 18 de Abril até 31 de Dezembro, para toda a Diocese. É aplicado às almas do purgatório e devem constar de cinco condições: seis visitas às igrejas, dois jejuns, confissão, comunhão e esmola. Encerra o Jubileu no dia de S. Silvestre.

1886.02.22 - *Carta pastoral sobre os deveres dos pais para a Quaresma do ano de 1886:*

Deus manifesta-se no dom da vida dada pelos pais. Os pais educam, cuidam e alimentam. Têm dois deveres: um referente ao corpo e outro à alma. A educação dos pais deve ser completa: formar o espírito pela instrução religiosa e formar o coração pelo amor e virtude. O primeiro conhecimento de Deus e da religião deve ser dado pelos pais. Dos pais depende a culpa da ignorância dos filhos. Deus pedirá contas aqueles que não cultivaram o coração dos seus filhos. A mãe tem a função de cultivar nos filhos a virtude: ensinar os nomes de Deus, vigiar e confiar os filhos aos mestres. Os filhos não nascem perfeitos, é preciso ter meios para os educar: o castigo proporcional à idade, conversar, advertir, aconselhar, recomendar, contar histórias, e que os pais dêem o bom exemplo — ir à Igreja, servir a Deus e amar o próximo. A educação cristã dos filhos santifica os pais.

1886.04.02 - *Provisão sobre a época em que devem ser requeridas as cartas de provisão anual dos párocos encomendados, dos coadjutores, dos tesoureiros ou sacristães e dos escrivães dos vigários da vara:*

Tem havido repreensíveis descuidos nas cartas de provisão anual de ofícios e empregos. Deste modo, ordena aos coadjutores que anualmente em Maio devem apresentar requerimento a pedir carta de provisão, para terem jurisdição pa-

ra curar os fregueses (Constituições do Arcebispado de Évora, título 11, cap. 2). Os párocos colados e encomendados devem apresentar anualmente os requerimentos dos seus tesoureiros e sacristães, proposta e certidão de desobriga. Os vigários da vara deverão apresentar na Câmara Eclesiástica os escrivães das vigararias, requerimento e proposta de desobriga.

1887.01.02 - *Carta pastoral aos párocos sobre a Bula da Santa Cruzada, para a Quaresma de 1887:*

O bispo queixa-se do fraco interesse dos fiéis pela Bula; existe uma contínua indiferença e crescente decadência pela crença do dogma do Purgatório. Manifesta-se envergonhado e dá graças pelos párocos que conseguiram aumentar as esmolas, exortando os restantes. Afirma que a diocese recebe benefícios do cofre da Bula mas não contribui. Coloca a questão: é honroso tirar benefícios das outras dioceses para a de Beja? De seguida faz uma comparação com as demais dioceses e conclui que há um abatimento e degradação para a diocese de Beja. Lança a esperança e o apelo de se poder ultrapassar a situação.

1887.04.16 - *Carta pastoral por ocasião da primeira visita a Roma:*

Após quatro anos no governo do bispado e dos esforços que tem feito, verifica a necessidade de como bispo fazer um retiro para fortificação e descanso: vai ao centro da fé — Roma. O bispo sofre: «a vida actual do bispo é um conjunto de trabalhos custosos, angústias e tribulações; é uma luta permanente contra o mal». A aceitação da herança de Jesus contrasta com a «indiferença e a depravação da época». Em Roma verá a Igreja mãe e mestra, prestará filial dedicação e renovará compromissos.

Visitará palácios e monumentos e elogia Roma como capital espiritual. Lembra-se dos que estão desunidos espiritualmente de Roma. Junto do papa dirá que os padres são compreensivos, zelosos e defensores, observantes da verdadeira disciplina, dedicados à Igreja e professam os deveres que cumprem. Quanto aos fiéis dirá que são dóceis, assíduos nas Igrejas, diligentes em receber os sacramentos e exactos nas observâncias cristãs. Certificará junto do papa a disposição do povo no combate pela fé: «*todos unidos*».

1887.10.17 - *Carta pastoral depois da primeira visita a Roma:*

O bispo Sousa Monteiro agradece as orações durante a peregrinação a Roma. Narra o sucedido em Roma e os esforços que Leão XIII empreende face à sociedade da época. Descreve o roteiro da peregrinação e locais visitados em Roma. Na conversa com o papa falou da diocese, da fé do povo e dos sentimentos espirituais. O papa abençoou o representante da diocese: «*Nós te abençoamos, a todo o clero, ao seminário, e a todos os fiéis da diocese de Beja com todo o afecto do Nosso coração*». Leão XIII manifestou-lhe o seu sofrimento pelos perigos e males que a Igreja corre: a) a perda da influência moral e social; b) a quebra da harmonia entre as classes sociais e entre povos e seus soberanos; c) o enfra-

quecimento do sentimento religioso; d) vê espírito de revolta; e) vê a incapacidade das leis restabelecerem a sociedade; f) vê a progressão da irreligião — almas que se perdem, sacerdotes dizimados, poucas vocações, Igrejas sem pastores, culto fraco, calúnias contra o clero —; g) a esperança do papa está nas suas encíclicas de reconciliação e nos seus ensinamentos: a conciliação entre a Igreja e os governos para a paz e harmonia. Com o papa, a Igreja, é benfeitora e amiga, renova e reata as relações com as nações. O bispo destaca o amor manifestado por Leão XIII aos seus inimigos. A salvação da sociedade só pode vir da Igreja através da sua influência moral. Tem muita esperança no futuro.

1887.10.23 - *Carta pastoral sobre a celebração do Jubileu Sacerdotal de Leão XIII:*

Segundo o bispo até os *não católicos* têm admiração e respeito pelo mérito e sabedoria do papa. D. António Xavier de Sousa Monteiro institui comissões diocesanas: uma para a celebração e outra para a promoção do jubileu. As comissões nacionais e diocesanas coordenam, incitam e promovem ligas de oração entre todos os católicos. Espera dos párocos e fiéis provas de fé e apoio aos membros da comissão. O jubileu é a 31 de Dezembro e indica, de seguida, o programa das celebrações na catedral e nas paróquias.

1888.01.08 - *Carta pastoral aos párocos sobre a Bula da Santa Cruzada para a Quaresma de 1888:*

O bispo elogia o aumento dos rendimentos devido à acção e zelo de alguns párocos. Elabora uma relação dos nomes dos párocos e interroga-os acerca do estado das freguesias no respeitante à crença do dogma do Purgatório: como o fazem chegar aos seus rebanhos e se é da forma certa. Mostra-se confiante na mudança de atitudes e responsabiliza os párocos face ao seu papel.

1888.02.29 - *Provisão sobre a prestação das contas da Bula da Cruzada:*

Refere-se à não pontualidade e falta de obediência dos párocos face ao cumprimento da determinação de prestar contas das esmolas da Bula da Cruzada aos vigários da vara ou ao próprio bispo. Como consequência a diocese não prestou contas dentro do tempo legal tendo sido censurada pelo Comissário Geral da Bula da Cruzada. Fixa de novo os prazos para prestação de contas e decreta nova legislação.

1888.06.11 - *Carta pastoral publicando a Encíclica de S. S. Leão XIII em favor das almas do purgatório:*

Os incrédulos e hereges não vêm para além do túmulo, mas os cristãos acreditam na vida para além da morte. Os cristãos têm fé no purgatório, consolam as almas, sufragam e crêem que apenas se afastaram. O bispo explicita o que é o purgatório. Analisa as atitudes e reacções dos cristãos, hereges e não crentes face à morte. Afirma a necessidade de rezar pelos defuntos. A oração e sufrágio pe-

las almas é tradição da Igreja e já estava presente no Antigo e Novo Testamento. A *«intercessão dos santos e comunicação dos santos tem o poder de reduzir e suavizar os tormentos»*. Pelas orações e boas obras serão dadas indulgências: *«quando a Igreja oferece e ora é o Espírito Santo quem oferece e ora nela e por ela»*. Ensina que a caridade conduz à consolação dos *«desgraçados»*.

Da carta de Leão XIII destaca o espírito de alegria universal manifestado entre todos os católicos, o pedido de unidade na fé pela caridade e comunhão do Pão em sufrágio pelas almas, a afirmação da Igreja e sua unidade entre bispos, párocos e povo.

1889.02.03 - Carta pastoral sobre a necessidade da religião:

A Quaresma para o cristão é um tempo propício para dedicar-se a Deus, ao exame de consciência e purificação pela penitência. Deus criou leis conforme à sua natureza, o homem recebeu uma lei para prestar culto a Deus. A lei é a religião e é individual e social. A lei/religião para o indivíduo impõe-lhe obrigações que são condições para a perfeição divina. A lei é caridade, fraternidade e amor, proíbe o prejuízo aos semelhantes e obriga a tratar a alma e o corpo como pertencente a Deus. Por outro lado, o homem é um ser social. A sociedade é composta por indivíduos. O indivíduo necessita de religião logo a sociedade também necessita de religião. A sociedade humana *«depende da autoridade suprema»*. A religião é o fundamento da constituição social e a sociedade necessita desta para subsistir. O homem procura acabar com a religião mas *«negar Deus não é acabar com Ele»*. A religião é boa, necessária e indispensável aos pobres e aos ricos.

A sociedade tem falta de religião: afasta-se do Evangelho, produz interesses e comodidades materiais, desenvolve o orgulho, desmoraliza as artes, modifica o ensino, desenvolve tendências materialistas e ateias, obscurece as verdadeiras noções de direito e há perturbação da vida privada e pública. O bispo identifica o socialismo, niilismo e comunismo como causa principal dos males da sociedade. O *«remédio»* para a sociedade está em Jesus Cristo: *«a salvação da sociedade actual está na renovação das santas práticas da religião cristã, tanto em particular como em público»*.

O cristão professa a fé, pratica e exerce a oração e as virtudes cristãs. Do povo exige a prática da religião e dos sacerdotes o exemplo nos preceitos e virtudes cristãs em público e em privado: *«Na emenda e reforma dos costumes aproveitaram os homens muito mais com o bom exemplo do que com os discursos»*. O exemplo do sacerdote leva-o a ser *«sal e luz do mundo»*, a obter a sua salvação e a salvação da sociedade.

1889.03.28 - Carta pastoral ordenando a publicação de Encíclica «Exeunte Jam Anno»:

Na apresentação da encíclica destaca o agradecimento do papa Leão XIII aos católicos pelo seu afecto e dedicação, o reconhecimento do papa pelo avivar da

fé e sentimento religioso. Resume a encíclica que envia aos párocos, em anexo, à carta pastoral. A encíclica, segundo o bispo, destaca os pontos doutrinários, lembra os deveres da vida cristã, exorta para a necessidade de praticar as virtudes — principalmente entre o clero — e conclui pedindo a paz para a humanidade, tranquilidade e ordem.

1889.10.24 - *Carta pastoral sobre a dedicação do mês de Março ao Patriarca S. José:*

Denuncia a inauguração de uma estátua dedicada a J. Bruno, considera tal acto um afrontamento ao papa e revela impiedade e ódio ao catolicismo. A estátua é obra das seitas, das religiões inimigas e daqueles que não professam religião afirmando a hostilidade aos princípios cristãos. O bispo afirma que o cristianismo é indestrutível. O papa necessita de mais liberdade: «*se o Papa tivesse independência e liberdade não sofria as afrontas*». O poder civil precisa de conter os seus promotores. À liberdade do papa está ligada a liberdade do culto — individual e colectivo — e de manifestar as crenças católicas: «*Se o papa não for independente e livre o culto e a fé cristã estão em risco*».

O bispo exorta à não ilusão nas palavras dos maldizentes, e pede para os católicos não cederem, não se desunirem do pai comum — o papa —, não perverterem os costumes cristãos, evitarem a convivência com os adversários do catolicismo e evitarem as más doutrinas. Devem defender as crenças cristãs por palavras e obras, com coragem como os primeiros cristãos — sofrimento e martírio por causa do nome de Cristo —. Os cristãos com empenho e meios honestos, justos e lícitos tem de conduzir e conseguir a liberdade para o papa.

Apela à oração por intercessão dos santos, da Virgem Mãe e de S. José. Pede aos fiéis obras expiatórias e penitência para «*conduzir à paz e ao bom caminho os inimigos*». Daí, durante o mês de Outubro acrescentar à recitação do Rosário uma oração a S. José e no mês de Março dedicação especial a honrar S. José.

1890.02.22 - *Carta circular sobre a subscrição para a defesa nacional:*

Face à realidade vivida por Portugal na época — Ultimato — e a urgência de auxiliar o governo na defesa nacional, o bispo ordena que clero e fiéis não fiquem indiferentes e paralisados mas que reajam através da abertura de subscrições perante o vigário. O clero como imagem de Cristo também deve amar a sua pátria. Deste modo deve auxiliar o governo, defender e sustentar intacto o território da nação.

1891.09.23 - *Carta circular sobre a «questão operária» :*

A questão operária é um problema importantíssimo que preocupa homens de estado e dirigentes das nações. A solução está exposta e é tratada com clareza e perfeição na encíclica de Leão XIII, diz o bispo Sousa Monteiro. Sua Santidade, diz o bispo, expõe o seu pensamento acerca da individualização e minuciosidade social, aponta defeitos e perigos, ensina a regra a seguir para evitar esses

perigos. A encíclica define-se do seguinte modo: «esta encíclica, é um deslumbrante foco de luz, é um clarão imenso, que irradiando da preciosíssima pena do inevitável chefe da igreja, cai sobre o universo todo, iluminando a giorno uma questão obscuríssima, que pelos sabedores de ciências sociais era considerado irresolúvel». O bispo ordena que a encíclica seja lida e se faça abundante divulgação aos paroquianos — repartida por domingos e solenidades e «quantas vezes for necessário», dependendo do número de fregueses.

1892.07.01 - *Relatório do estado e do progresso do Seminário diocesano de Beja, durante o ano lectivo de 1891-92:*

O relatório divide-se em três partes: a educação literária, a educação religiosa e civil e a administração. A formação do padre deve ser sólida e extensa passando pelo conhecimento da religião em unidade à ciência para saber ensinar bem os seus fiéis. O bispo elabora uma descrição pormenorizada de cada disciplina leccionada no Seminário: Escritura Sagrada — a árvore da ciência e luz da vida —, Padres e doutores da Igreja — para aprender a refutar a impiedade e a heresia —, Filosofia Cristã/tomística — recomendada por Leão XIII, gera harmonia entre a razão e a revelação e prepara o caminho seguro para o estudo —, Direito Canónico e legislação civil — para saber os direitos, deveres e obrigações —, Oratória Sagrada — ensinar o pároco a falar bem e *adquirir respeito* —, História da Igreja — admirar os feitos do cristianismo, aprender a refutar as críticas e descrições falsas —, Liturgia — aprender o sentido místico das cerimónias —, Ciências Humanas — estar com os conhecimentos do século e ter abertura às sociedades científicas: o padre tem de ir ao encontro dessas ciências pois «*estima-se hoje no padre o homem apenas, e não é respeitado senão pelo seu valor individual*» —, Belas Artes — o canto, a cítara, o órgão com e um bom coro eleva o culto e faz com que os indiferentes se sintam atraídos.

Quanto à situação do Seminário, este encontra-se pouco desenvolvido de recursos e com dificuldades nos estudos teológicos. A manutenção do Seminário deve prender-se com a sua função na sociedade: dar educação religiosa e civil diariamente. O bispo dá também instruções para a formação do padre. Perante uma sociedade exigente requer-se do padre virtude e santidade, maneiras distintas, linguagem pura, dignidade simples e boa educação pois sendo um homem de Deus, da sociedade e da boa companhia «*não pode ficar estranho aos usos da boa sociedade, ignorar a sua civilidade e a sua linguagem*».

Em relação à administração do Seminário descreve-a como sendo esmerada, económica e com uma alimentação farta. Considera os resultados positivos pois tem uma economia *sem deficit*, reconhece os convenientes auxílios dados pela Bula e constata que a diocese não corresponde aquilo que recebe. Justifica-se com a grande falta de clero na diocese, o mau serviço paroquial, a falta de confesores, a existência de freguesias muito dispersas onde não há confissão, para salientar que esses factores são a causa principal do insignificante rendimento da Bula na diocese.

1893.10.28 - Carta circular sobre a instrução religiosa do povo:

O bispo começa por fazer referência à sua carta pastoral de 1884, na qual já abordara este tema. Retoma a sua posição pedindo de novo que o povo receba homilias e que seja feita catequese aos meninos. Ao abrigo do concílio de Trento esclarece que os párocos que não fizerem cumprir esta ordem ficam na Censura Eclesiástica. Para provimento de benefícios eclesiásticos deve existir bom comportamento moral, civil, religioso e bom desempenho das funções eclesiásticas. Pede aos párocos que cumpram as suas funções e que meditem sobre o risco espiritual e temporal a que estão expostos.

1894.03.08 - Carta circular sobre os exercícios espirituais:

Sobre o tema dos exercícios espirituais o bispo aborda a questão para Portugal, para outros países e para a Igreja. Apesar da Igreja em Portugal muito falar acerca dos exercícios espirituais, para o bispo não é um tema novo ou algo inovador: é o caminhar da Igreja que os criou. O bispo refere o atraso material e espiritual vivido em todo o reino comprovando-o por dados comparativos em relação a outros países. «*Este país vai caminhando vagarosamente no progresso material atrás de outras nações*». Refere que os exercícios espirituais existem noutros países desde o século XVIII e que muito contribuíram para o progresso espiritual. «*É fatalidade Portuguesa! Sempre no conce [rectaguarda] da evolução*». Pela análise da História da Igreja, de diversos papados e concílios provinciais, justifica a importância, o proveito e a obrigatoriedade do clero romano «*se entregar alguns dias ao sagrado retiro e oração*» — exercícios espirituais. Exercícios espirituais são novidade para «*este nosso bom e católico Portugal, que sempre a panos vagarosos vai caminhando no conce da evolução social da Europa*».

Os exercícios espirituais são o exercício do espírito e são indispensáveis para a sua alimentação e desenvolvimento. São realizados em certos espaços de tempo, pondo em acção o espírito e as faculdades mentais. Os exercícios espirituais são feitos pelo cristão recolhido em si mesmo, com a sua consciência, reflectindo, pensando e meditando sobre as verdades da religião, as acções da sua vida e a responsabilidade que daí resulta. Para a sua realização torna-se necessário a existência de silêncio, de repouso, isolamento e desenvolvendo-se a reflexão. Fazem exercícios espirituais os professores (ao preparar as lições), os alunos (quando trabalham naquilo que aprendem), os cristãos (reunidos em comum ou em separado, que assistem às *conferências* sobre as verdades da Fé e depois na solidão e em silêncio meditam na responsabilidade dos seus actos).

Os exercícios espirituais servem para que o homem possa meditar e reflectir sobre: para quê Deus o criou, tomar consciência e responsabilização pelas suas más acções, esclarecer o cristão transviado, exercitar e produzir no coração o desejo da glória de Cristo e o Seu amor puríssimo. Podem adicionar-se aos exercícios espirituais colóquios e/ou meditações. O homem através destes exer-

cícios pelo raciocínio conhece Deus — o ente necessário e infinito. A utilidade e resultados desta actividade permitem a reforma da vida do homem pela verdade da religião, pela certeza da penalidade das más acções tornando-se «*um cidadão modelo e amigo da sua pátria*». Produz resultados em todos os cristãos.

O padre não está isento de dedicar tempo a exercícios espirituais. Pode tornar-se digno, piedoso, modelo de virtudes, sendo capaz de reformar a sociedade em que vive — o meio. O sacerdote vive ocupado no seu ministério e em actividades temporais não lhe restando espaços próprios para si mesmo. Deste modo precisa de interromper as ocupações habituais e descansar entregando-se à meditação, ao exame de consciência e à purificação do coração. O exercício espiritual fá-lo ocupar-se apenas de Deus, prevenir o perigo da negligência e a falta de fervor e devoção retemperando-se e restitui o estado de graça de quando foi ordenado. Como utilidade dos exercícios espirituais para os padres, o bispo refere: o despertar do sono da indiferença, recordar as verdades e deveres esquecidos, as infelicidades e omissões, reanimar a tristeza, purificar, saindo todos abrasados pelo fogo do divino. Refere ainda, a cura das paixões e os vícios que por influência do meio adquirem, os meios para levantar o ministério do Senhor através de conferências e orações e a revisão de todo o seu interior — «*só um milagre ou os exercícios espirituais podem retirar da perdição um padre desviado*». O bispo deseja saber quem está interessado em «*adoptar este meio de aperfeiçoamento espiritual*», sendo-lhe enviados os nomes para procurar casa e designar a época da realização do exercício espiritual.

1895.02.12 - Defesa das arguições feitas à diocese de Beja:

Nesta arguição efectuada à diocese, o bispo protege e defende-a das acusações: *de que é a mais pobre do país, a que menos rende e mais usufrui da Bula da Cruzada*. As suas respostas são do seguinte teor: «*há sem dúvida um diminuir nos anos de 1889-1890 na receita da Bula da Cruzada*». No entanto compara-a com outras dioceses e verifica que é das que «*tem menos população e com fracos rendimentos gastando o mínimo*». A Bula «*também diminuiu em relação ao Algarve, Coimbra, Évora e Portalegre, Lamego e Lisboa*. [...] *A diocese de Beja não é favorecida pela Bula, não consumindo excesso*». Em relação à questão dos rendimentos demonstra que a diocese não tem rendimentos próprios.

1897.11.16 - Provisão aos párocos das freguesias mais pobres:

O bispo faz saber que foi concedida a faculdade de dispensar por cinco anos os párocos das freguesias mais pobres. Os párocos são obrigados a aplicar «*pro populo*» nas missas dos dias santos abolidos, salvo quatro excepções: 1º dia da oitava do Natal, 1º dia da oitava da Páscoa da Ressurreição, 1º dia da oitava do Espírito Santo e Natividade de Nª Sª — 8 de Setembro. Considera freguesias pobres as que não estão anexadas a outras e as que não têm rendimentos superiores a 200\$000 rs.

1898.05.03 - Provisão sobre o ensino da doutrina cristã:

Verifica que os padres têm afrouxado o zelo no dever de ensinar a doutrina cristã aos meninos. Ordena que sejam cumpridos os deveres na íntegra, fazendo uma planificação de como os executar. Recorda que os párocos devem insistir junto dos pais e educadores para a importância do ensino cristão. Ao pároco compete organizar as pautas, enviando-as regularmente ao bispo para que possa acompanhar os processos.

1898.05.08 - Provisão sobre o provimento dos benefícios eclesiásticos:

O pouco zelo dos párocos: no ensino religioso, no serviço ao registo paroquial e na administração e difusão da Bula da Cruzada, coloca em risco as pretensões nos concursos para provimento das Igrejas paroquiais.

1898.05.09 - Nova provisão sobre o hábito eclesiástico:

Refere-se à provisão de 1884 acerca do hábito eclesiástico e tonsura. Recorda a obrigatoriedade do uso do mesmo para a totalidade do clero. Ordena a observação com exactidão do determinado. As infracções serão punidas e a vigilância será feita pelos vigários e promotores do bispo.

1899.00.00 - Regulamento provisório dos alunos do Seminário de Beja:

Elabora uma resenha histórica até ao Concílio de Trento e a partir deste descreve as orientações no sentido de que cada diocese se constitua com um seminário próprio ou em conjunto, define as regras de admissão ao Seminário e apresenta o regulamento interno do Seminário de Beja. O regulamento divide-se em duas partes, dezanove capítulos e noventa e seis artigos.

Na 1ª parte regulamenta os seminaristas: I - Obrigações diárias nos dias lectivos; II - Obrigações nos dias de feriado — dia comunitário; III - Obrigações no Domingo; IV - Obrigações mensais; V - Obrigações anuais; VI - Dos actos religiosos; VII - Disciplina interna; VIII - Disciplina externa; IX - Casos de expulsão; X - Da enfermaria e dos enfermos; XI - Das férias.

Na 2ª parte regulamenta o serviço administrativo: I - Do vice-reitor; II - Do ecónomo; III - Do perfeito; IV - Do secretário; V - Do contínuo das aulas; VI - Do bibliotecário; VII - Do médico, monitores, enfermeiros; VIII - Do director espiritual. Em anexo ao regulamento algumas orações diárias.

1899.06.12 - Carta pastoral para a publicação do Jubileu Universal do Ano Santo concedido pelo Nosso Santo Padre o Papa Leão XIII:

Nas palavras do bispo, o papa Leão XIII convida à penitência, à oração e, ao empenhamento dos fiéis. O jubileu é uma indulgência plenária, é concedido pelo papa e tem como finalidade «a santificação e conversão das almas». O jubi-

leu exige atitudes de vida cristã: a confissão, a comunhão e a oração. Os motivos que o papa apresentou para decretar o jubileu são os seguintes: a sedução do livre pensamento, a influência das más doutrinas, o «abandono» da vida cristã, a difusão dos maus costumes, o desejo insaciável, os pensamentos afastados de Deus, o espírito de revolta da sociedade, o movimento confuso de aspirações populares e os crimes trágicos. Daí é dever dos homens despertar da letargia, cuidar da sua salvação, procurar os bens celestes e dizer não à sedução do progresso material. O jubileu, vivido em humildade e contrição, «*é uma obra de renovação social, que se completa pela conversão das almas*» e gera «*uma completa renovação da vida cristã em toda a diocese*».

1899.10.00 - *Carta pastoral sobre a encíclica «Annum Sacrum»:*

Constata-se que após a doença do papa Leão XIII aumentou a devoção ao *Santíssimo Coração de Jesus*. A carta trata do anúncio e celebrações da consagração da humanidade ao Sagrado Coração de Jesus pelo papa Leão XIII. Na diocese devem ser promovidas homenagens ao Santíssimo Coração de Jesus nas primeiras sextas feiras de cada mês através da recitação da ladainha e fórmula de consagração; no Seminário às sextas feiras promoverão exercícios devotos ao Sagrado Coração. A devoção ao Sagrado Coração de Jesus feita com respeito é a base da religião cristã e é obra de amor divino, torna-se asilo sagrado e única esperança de salvação contra as ameaças e o mal. Os incrédulos e indiferentes que nada compreendem do impulso da fé, no fundo «*reconhecem a acção da Suprema Providência*». O mistério da Encarnação é o amor, o amor de Deus para com os homens e esse permanece porque «*Deus não se arrepende de dar*». A consagração da humanidade, aqui anunciada, é fonte «*de nova luz, para os novos tempos*».

1900.03.09 - *Carta pastoral sobre a peregrinação a Roma, por ocasião do Jubileu Universal do Ano Santo, concedido e promulgado por S. S. o papa Leão XIII:*

Refere-se à encíclica «*Properante ad exitum saeculo*» e de novo diz o que é o Jubileu. O Jubileu vem dar ao mundo a solicitude paterna do papa, é concedido o perdão e remissão dos pecados aos fiéis que cumpram as instruções definidas. Perante o constrangimento do papa Leão XIII para com os cristãos desvairados, a corrupção dos costumes, o decréscimo do nível moral, os crimes, o espírito de revolta contra a autoridade, a impiedade, o abandono da fé e o afastamento da Igreja e de Deus, o «remédio» é o Jubileu do Ano Santo. Apresenta de seguida o roteiro para a visita a Roma, faz uma descrição minuciosa de locais e pormenores de maior interesse — das Basílicas às Catacumbas. Esta peregrinação diocesana integrar-se-á, segundo refere o bispo, na peregrinação nacional a Roma. Exorta à participação na peregrinação, pois ela «*apura o bom gosto do espírito ao contemplar os monumentos*», educa e dá instrução religiosa. O bispo não participará devido à sua idade e a «*recentes desgostos*».

1900.12.06 - *Ordem diocesana para mandar fazer a publicação da Encíclica de «Jesu Christo Redemptore» do N. S. Padre Leão XIII:*

Esta encíclica vem focar a necessidade de remediar os males que afligem a sociedade da época. Reunindo o esplendor da forma e a precisão da doutrina, explicita a necessidade de recorrer a uma força mais que humana, e de sentir Jesus Cristo como Redentor: «*faça-se reviver o espírito cristão no estado e o estado será restaurado*». Deverá reanimar-se a devoção de Cristo Redentor, pois será apaziguado o conflito entre as classes inferiores e superiores, mostrando os direitos das duas partes. A civilização depende da reintegração do Cristo Senhor. O bispo ordena a sua publicação e leitura.

1900.12.07 - *Provisão sobre o decreto Urbis et orbis:*

O bispo faz saber que para além da faculdade concedida: expor o Santíssimo Sacramento, cantar e rezar missa perante o Santíssimo Sacramento e os fiéis poderem comungar; o papa concede indulgência plenária aos fiéis que diante do Santíssimo Sacramento desde a meia-noite de 31 de Dezembro até ao meio-dia de 1 de Janeiro dirigirem preces a Deus segundo as intenções do papa. A oração deverá ser durante uma hora. O papa deixa à prudência dos ordinários a marcação do tempo. O bispo entrega ao bom senso dos párocos a marcação do tempo para essa hora de oração desde que seja feita no período dessas doze horas. Em anexo tem a tradução do decreto.

1901.04.00 - *Provisão sobre o Jubileu Universal:*

Faz saber que o papa Leão XIII estendeu por mais seis meses o Jubileu Universal. Publica as «*letras apostólicas*». A provisão dá conhecimento aos fiéis das indulgências e aos confessores das faculdades de que gozam.

1901.12.27 - *Carta pastoral para a celebração do 25º aniversário do pontificado no Nosso Santo Padre Leão XIII:*

Devido aos acontecimentos deste pontificado o 25º aniversário do papa será um sucesso quando no dia 20 de Fevereiro de 1902 se celebrar. O bispo apresenta uma comparação entre o homem da época — orgulhoso do progresso material, quer ser semelhante a Deus e a sua marcha para a queda — e a Igreja — que mostra Deus revelando-se às criaturas, que aprova o «*uso legítimo da razão natural*» pois Deus «*deu razão e levou-a aos conhecimentos pela luz da revelação*». Seguidamente defende a Igreja e o papa: a Igreja é sociedade «*exterior e visível estabelecida por Cristo, fundada sobre Pedro e sobre o papado*»; o papa é o depositário do poder espiritual e não pretende governar interesses temporais. Daí, quando «*violam os seus direitos e regras não faz silêncio*». Levanta a questão das «*ameaças à sociedade*» e pergunta se a ameaça é a Igreja e os princípios que ela defende. Por outro lado refere que *as ameaças à sociedade es-*

tão, não na Igreja mas, «nas doutrinas subversivas, na negação do Deus justo e da imortalidade da alma, na ruína da lei moral e na destruição da família e do Estado». Dá instruções para que os seus fiéis se protejam através de uma educação na doutrina e moral cristã, seguindo as instruções do papa que é o *«defensor da sociedade»*. A festa anunciada, nesta carta, tem como objectivo gerar um *«movimento de testemunho de amor ao vigário de Cristo»* expresso na unidade à cadeira de Pedro.

1902.02.03 - *Carta pastoral aos párocos sobre os seus deveres na Quaresma de 1902:*

O bispo recorda o modelo ideal de pároco, como deve agir para com os seus fiéis e o exemplo de vida a dar. Pede aos fiéis que respeitem os seus pastores, que lhes sejam obedientes. Os párocos têm o dever de estar com o povo, de o ensinar e de o ouvir. Lança um apelo para a boa prática da fé dos fiéis: convida a ouvir a palavra e a colocá-la em prática. Enumera os deveres do pároco e o papel do bispo. Finalmente exorta os fiéis a unirem-se aos seus guias e padres, respeitando-lhes o seu ministério.

1904.01.05 - *Carta pastoral recomendando o cuidado pelos pobres:*

Tem conhecimento de que há extremos de miséria e de riqueza, por isso pede que haja cuidados com todos os que sofrem. Exorta os padres e fiéis a exercerem a caridade: visitar as casas dos pobres e distribuir bens. Explica que a caridade se faz pela dedicação às obras de beneficência. O exercício da caridade *«aproxima as diversas classes da sociedade e faz que seja um só coração e uma só alma»*.

1904.01.05 - *Ordem diocesana publicando aos fiéis a Encíclica «Esupremi Apostulatus do N. S. Padre Pio X», datada de 4 de Outubro de 1903:*

Faz alusão ao conhecimento da encíclica de Pio X. O bispo quer que a encíclica seja comunicada pelos párocos e ouvida com acato, respeito e docilidade. Pio X propõem um remédio para a sociedade: *«restaurar tudo em Cristo»*. Anuncia o Evangelho e mostra-se pastor e pai. O Jubileu é pela Imaculada Conceição. Pio X tem unicamente em vista formar Jesus Cristo em todos. Reivindica os direitos da Santa Igreja pelos deveres do seu cargo Apostólico para manter os sagrados direitos da religião e promover ao bem comum e à segurança dos povos. Os fiéis devem ocupar-se nos interesses de Deus e das almas sob a direcção do bispo. A oração de súplica e intercessão auxilia na restauração do género humano em Jesus Cristo, obtendo misericórdia. O bispo ordena que a encíclica seja lida, tal como a sua ordem diocesana.

1905.02.04 - *Carta pastoral sobre o indiferentismo religioso na Quaresma de 1905:*

O indiferentismo «*é um prejuízo e perigo para a fé*», é uma opinião perversa que «*afrouxa a obediência à Igreja [e] aceita somente aquilo que agrada*». O bispo nota que na diocese «*essa fonte infecta do indiferentismo*» é a causa de todos os males. A religião leva o homem a alcançar a vitória sobre si mesmo e sobre os sentidos: sem religião «*priva-se da instrução e cai na estupidez*». Alerta para o perigo de que aqueles que tendo sido religiosos e abandonaram a religião «*deixam de ser humildes, tornam-se egoístas e esquecem-se de Deus*». Faz, de seguida, uma apologia da religião cristã, católica: a verdadeira. Transmite, na parte final da carta pastoral, conselhos sobre o modo de escapar ao indiferentismo religioso: *seguir a voz do papa e os conselhos do bispo*. Aos sacerdotes remete para a leitura e estudo da *carta pastoral sobre a instrução religiosa do povo* [ver: 1884.10.07].

1905.05.22 - *Ordem diocesana para a publicação da Encíclica do N. S. Padre Pio X, datada de 15 de Abril de 1905:*

A partir das palavras dirigidas por Pio X, sobre a doutrina cristã, dirige-se aos fiéis. Os párocos publicarão a encíclica, recomendando aos fiéis o pedido de ouvir, meditar, receber os conselhos, guardar submissão e defender-se dos erros. Ordena o rigoroso cumprimento da encíclica sem demora.

ANEXO III

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Indicamos, por ordem cronológica, o título e local de edição de outras obras publicadas por **D. António Xavier de Sousa Monteiro** *.

1850 - Dicionário geográfico das províncias e possessões portuguesas no ultramar (Lisboa).

1863 - Ainda o decreto de 2 de Janeiro de 1863 — crítica Histórica, Filosófica, e Canónica (Lisboa).

* Para a elaboração desta cronologia consultamos as seguintes bibliotecas: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Municipal de Beja, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca Universitária João Paulo II - U.C.P. - Lisboa, Seminário de Coimbra e Seminário Diocesano de Beja.

1863 - Carta de Junius ao Senhor Ferrer ou análise e história do seu voto separado (Lisboa).

1866 - Manual de Direito Administrativo Paroquial para uso dos Párocos obra igualmente necessária aos Administradores dos Concelhos, Presidentes das Câmaras Municipais e Vogais das Juntas de Paróquia, 2ª edição (Coimbra).

1867 - Manual de Direito Eclesiástico Paroquial para uso dos Párocos obra extraída das Constituições Sinodais das principais dioceses do reino anotada com a legislação eclesiástica posterior e com a civil e criminal correlativas, vol. I-II (Coimbra).

1870 - Código das confrarias, resumo do Direito Eclesiástico Civil, Administrativo e Criminal relativo a estas associações (Coimbra).

1870 - Manual de Direito Administrativo Paroquial para uso dos Párocos obra igualmente necessária aos Administradores dos Concelhos, Presidentes das Câmaras Municipais e Vogais das Juntas de Paróquia, 3ª edição aumentada (Coimbra).

1871-1875 - Revista das [S]Ciências Eclesiásticas (Coimbra).

1872 - Relatório da administração da massa do cabido da Sé Catedral (Coimbra).

1873 - A sepultura eclesiástica (Coimbra).

1873 - Subrogação da propriedade eclesiástica por títulos de dívida pública carta ao [...] Bispo de Coimbra (Coimbra).

1874 - A sepultura eclesiástica, segundo opúsculo, resposta ao Sr. Desembargador António Maria do Couto Monteiro (Coimbra).

1874 - Manual de Direito Eclesiástico Paroquial para uso dos Párocos obra extraída das Constituições Sinodais das principais dioceses do reino anotada com a legislação eclesiástica posterior e com a civil e criminal correlativas, vol. I-II, 2ª edição (Coimbra)

1875 - Das obras de misericórdia do Sr. Alexandre Herculano a propósito da supressão das Conferências do Casino (Porto).

1876 - Compendium Juris Canonici Seminariorum Lusitanae Studis Adcommodatum (Coimbra).

1876 - Manual de Direito Administrativo Paroquial obra igualmente necessária aos Administradores dos Concelhos, Presidentes das Câmaras Municipais aos Párocos e Vogais das Juntas de Paróquia, 4ª edição (Coimbra).

1880 - Associações Cristãs e a actualidade (Coimbra).

1880 - Sociabilidade cristã (Coimbra).

1881 - A Questão de Cedofeita (Coimbra).

1887 - Elementos de Arqueologia e Iconografia cristã (Coimbra).

1889 - Cartas pastorais e outras providências diocesanas do Bispo de Beja, vol. I (Lisboa).

1889 - Compendium Juris Canonici Seminariorum Lusitanae Studis Adcommodatum, 2ª edição (Coimbra).

1889 - Elementos de Arqueologia e Iconografia cristã, 2ª edição (Coimbra).

1890 - Manual de Direito Eclesiástico Paroquial para uso dos Párocos obra extraída das Constituições Sinodais das principais dioceses do reino anotada com a legislação posterior e com a civil e criminal correlativas, 3ª edição (Coimbra).

1891 - Elementos de Arqueologia e Iconografia cristã, 3ª edição (Coimbra).

1891 - Manual de Civilidade para uso dos seminaristas (Coimbra).

1894 - Manual de Civilidade para uso dos seminaristas, 2ª edição (Coimbra).

1901 - Compendium Juris Canonici Seminariorum Lusitanae Studis Adcommodatum, 3ª edição (Coimbra).

1902 - Catecismo da Diocese de Beja (Coimbra).